



# **ACADEMIA MILITAR**

## **DIRECÇÃO DE ENSINO**

**Mestrado em Ciências Militares - Especialidade de Segurança (GNR)**

### **TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

## **AS IMPLICAÇÕES DA REESTRUTURAÇÃO DA GNR NO RESTABELECIMENTO E MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA**

**AUTOR: Aspirante GNR/Cavalaria Fábio Micael Guerra Bento**

**ORIENTADOR: Capitão GNR/Cavalaria Marcelo Filipe Ferreira Lourenço Pessoa**

**LISBOA, JULHO DE 2010**



**ACADEMIA MILITAR**

**DIRECÇÃO DE ENSINO**

**Mestrado em Ciências Militares - Especialidade de Segurança (GNR)**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**AS IMPLICAÇÕES DA REESTRUTURAÇÃO DA GNR NO  
RESTABELECIMENTO E MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA**

**AUTOR: Aspirante GNR/Cavalaria Fábio Micael Guerra Bento**

**ORIENTADOR: Capitão GNR/Cavalaria Marcelo Filipe Ferreira Lourenço Pessoa**

**LISBOA, JULHO DE 2010**

## DEDICATÓRIA

À minha Família e à minha Pátria.

## AGRADECIMENTOS

Atendendo ao apoio prestado, por todas as pessoas, intrínsecas e extrínsecas a esta nobre Instituição que é a Guarda Nacional Republicana, esta página demonstra-se, claramente, pequena para manifestar todo o meu reconhecimento pelos contributos cedidos durante a realização deste Trabalho de Investigação Aplicada. Ainda assim e não querendo menosprezar ninguém que pelo esquecimento aqui não figure, quero expressar o meu sincero agradecimento:

Ao meu orientador, Capitão de Cavalaria Marcelo Pessoa, pela camaradagem, pela disponibilidade, e por toda a ajuda e apoio que me deu na realização deste trabalho, em detrimento do seu tempo livre, tendo-se revelado um verdadeiro farol nos momentos mais tenebrosos.

A todos os militares que prestam serviço na Escola da Guarda, na pessoa do Exmo. Comandante da Escola da Guarda, pelo apoio e preocupação em proporcionar todas os meios para que a realização deste trabalho decorresse o melhor possível.

À Biblioteca/Centro de Documentação da Inspeção-Geral da Administração Interna, na pessoa da Sra. Dona Cesaltina Castro e ao Arquivo Histórico da GNR, ambos uma ajuda preciosa na busca de matéria documental.

Ao Dr. Hugo Lucas pelo precioso auxílio na revisão do presente trabalho e sugestões fornecidas para a execução do mesmo.

À minha família, pilar fundamental no meu percurso académico, que pelas vicissitudes da vida, se defrontaram com sacrifícios e inúmeras dificuldades, sempre em prol da minha formação e de um futuro melhor.

A todas as pessoas que directa ou indirectamente colaboraram comigo na realização do trabalho, cedendo dados e informações, contribuindo com a sua experiência pessoal e profissional ou com palavras de incentivo.

Por fim, mas não menos importante, ao Colégio militar, pelos valores em mim inculcados e pelo idealismo que me guia diariamente, por ser tudo aquilo que sou hoje.

A todos, o meu profundo e sincero Obrigado.

## RESUMO

Com a entrada em vigor da lei que aprova a reestruturação orgânica da Guarda Nacional Republicana, lei nº 63/2007 de 6 de Novembro, motivou-se uma das transformações de maior relevo das últimas décadas no seio desta Instituição. Decorrente deste facto o tema do presente Trabalho de Investigação Aplicada, versa sobre “As implicações da reestruturação orgânica da GNR no Restabelecimento e Manutenção da Ordem Pública”, particularmente no plano da articulação operacional das forças a Cavalo com as restantes valências, perante um cenário de empenhamento conjunto em missões de manutenção de ordem pública.

O trabalho divide-se em duas partes fundamentais, consistindo a primeira numa abordagem teórica ao tema sobre o qual versa o trabalho, resultante da análise documental de diversa bibliografia e legislação, a segunda destinada à metodologia prática, análise e discussão de resultados, culminando com a apresentação de conclusões e recomendações.

A metodologia da parte teórica alicerça-se essencialmente na análise bibliográfica e numa abordagem à legislação em vigor. A parte prática é constituída por entrevistas semi-directivas, dirigidas a um conjunto de oficiais, seleccionados de acordo com os critérios de experiência profissional, conhecimento sobre o tema e função desempenhada.

Concluí-se que decorrente da reestruturação orgânica, houve, de facto, uma inovação a nível dos normativos legais quanto às responsabilidades em matéria de ordem pública, no entanto, considera-se insuficiente para que resulte, por si só, numa melhoria ou benefício para a articulação das diversas valências em missões deste âmbito, não tendo resultado na prática em benefícios concretos, contudo, houve um ligeiro incremento da conjugação dos esforços e dos treinos conjuntos.

Propõe-se um investimento na concepção de doutrina de empenhamento conjunto das valências em missões de restabelecimento e manutenção de ordem pública, uma calendarização da instrução e treinos conjuntos, bem como a inclusão de um módulo de articulação de forças nos conteúdos programáticos dos cursos de manutenção de ordem pública ministrados na Unidade de Intervenção e na Unidade de Segurança e Honras de Estado.

**PALAVRAS-CHAVE:** GUARDA NACIONAL REPUBLICANA; MANUTENÇÃO DE ORDEM PÚBLICA; ARTICULAÇÃO DE FORÇAS; EMPENHAMENTO CONJUNTO; CAVALARIA.

## ABSTRACT

Having the law which approves the organic restructuring of The Republican National Guard (GNR in Portuguese) come into effect, Law no. 63/2007, of November 6th, one of the last decades most important transformations occurred within this Institution. Bearing this in mind, the theme of this Applied Research Paperwork will focus on “The Implications of the Organic Restructuring on Public Order Reestablishment and Maintenance”, particularly in the operational articulation plan between horseback mounted forces and others forces, when facing a joint commitment scenario in public order maintenance.

The present paper is divided into two main sections, being the first dedicated to theoretical approach and the second to the practical methodology, analysis and discussion of the results, ending by presenting the resulting conclusions and recommendations.

The methodology used in the theory section is based mainly on bibliographic analysis and an approach to the law in effect. On the other end, the practice section is composed of semi-directive interviews, addressed to a group of Officers, selected according to professional experience criteria, knowledge of the theme and the functions they carry out.

One can conclude that from the organic restructuring there was, indeed, an innovation on the applicable legal frame as far as responsibilities in public order are concerned, however, it is considered insufficient so that it may turn out, by itself alone, in an improvement or benefit to the articulation of the different groups of operations in missions of this kind. Although the changes have not resulted in tangible benefits, there has been a slight increase in effort conjugation and joint trainings.

The propositions brought forward consist of in investment in the conception of a commitment doctrine of the different operational groups in missions of public order reestablishment and maintenance, an instruction and joint trainings scheduling, alongside with a module on forces articulation in the programmatic contents of the public order maintenance course ministered by the Intervention Unit and the Security and State Honours Unit.

**KEY WORDS:** REPUBLICAN NATIONAL GUARD (GNR); PUBLIC ORDER MAINTENANCE; FORCES ARTICULATION; JOINT COMMITMENT; CAVALRY

# ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS .....	ii
RESUMO .....	iii
ABSTRACT .....	iv
ÍNDICE GERAL .....	v
ÍNDICE DE FIGURAS .....	viii
ÍNDICE DE QUADROS .....	ix
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	x

## **CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DO TRABALHO ..... 1**

1.1. INTRODUÇÃO .....	1
1.2. ENQUADRAMENTO .....	1
1.3. ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA .....	1
1.4. PERGUNTA DE PARTIDA .....	2
1.5. QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO.....	2
1.6. OBJECTIVOS.....	3
1.7. METODOLOGIA UTILIZADA .....	3
1.8. MODELO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO .....	5
1.9. SÍNTESE DOS CAPÍTULOS .....	5

## **PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO ..... 6**

### **CAPÍTULO 2 – A VALÊNCIA EQUESTRE NOS CORPOS DE POLÍCIA..... 6**

2.1. INTRODUÇÃO .....	6
2.2. A ORIGEM DA VALÊNCIA EQUESTRE .....	6
2.3. A GÉNESE DA GNR E A VALÊNCIA EQUESTRE AO LONGO DOS TEMPOS .....	8
2.4. A VALÊNCIA EQUESTRE NA ACTUALIDADE.....	13
2.5. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO .....	13

<b>CAPÍTULO 3 – O RESTABELECIMENTO E MANUTENÇÃO DE ORDEM PÚBLICA NA GNR – ENQUADRAMENTO LEGAL .....</b>	<b>14</b>
3.1. INTRODUÇÃO .....	14
3.2. AO NÍVEL DA CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA.....	14
3.2.1 Lei De Segurança Interna - Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto .....	14
3.2.2. LEI N.º 63/2007, DE 6 DE NOVEMBRO .....	16
3.2.3. PORTARIA 1450/2008 DE 16 DE DEZEMBRO .....	16
3.3. AO NÍVEL DO MODELO ORGANIZACIONAL .....	17
3.3.1. Despacho Nº 57/09-OG e Despacho Nº59/09-OG.....	17
3.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO .....	18

## **PARTE II – TRABALHO DE CAMPO ..... 19**

<b>CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DA PARTE PRÁTICA .....</b>	<b>19</b>
4.1. INTRODUÇÃO .....	19
4.2. O PLANO DE INVESTIGAÇÃO.....	19
4.3. HIPÓTESES .....	20
4.4. UNIVERSO DE ANÁLISE E ESCOLHA DA AMOSTRA.....	20
4.5. INSTRUMENTOS E TÉCNICAS .....	22
4.6. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO .....	23

<b>CAPÍTULO 5 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>24</b>
5.1. INTRODUÇÃO .....	24
5.2. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	24
5.2.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO Nº1 .....	24
5.2.2. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO Nº2 .....	27
5.2.3. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 3.....	29
5.2.4. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 4.....	32
5.2.5. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO Nº5 .....	36
5.2.6. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO Nº6 .....	38
5.3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	41

<b>CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>43</b>
6.1. INTRODUÇÃO .....	43
6.2. VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES FORMULADAS .....	43
6.3. REFLEXÕES FINAIS .....	45
6.4. RECOMENDAÇÕES .....	46



6.5. LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO .....	46
6.6. INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....	47
6.7. FECHO.....	47
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>48</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>50</b>
APÊNDICE A: GUIÃO DA ENTREVISTA .....	51
APÊNDICE B: TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº1 .....	54
APÊNDICE C: TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº2.....	58
APÊNDICE D: TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº3.....	60
APÊNDICE E: TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº4 .....	63
APÊNDICE F: TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº5 .....	66
APÊNDICE G: TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº6.....	69
APÊNDICE H: TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº7 .....	73
APÊNDICE I: TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA Nº8.....	75
<b>ANEXOS .....</b>	<b>78</b>
ANEXO J: DECRETO CRIADOR DA GRP DE LISBOA, DE PÉ E DE CAVALO .....	79
ANEXO K: SUBORDINAÇÃO DA GRP DE LISBOA - DECRETO DE 1801 .....	81
ANEXO L: COMPOSIÇÃO, ARTICULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA GRP .....	82
ANEXO M: CONSTITUIÇÃO DA GML.....	83
ANEXO N: CONSTITUIÇÃO DA GMP .....	84
ANEXO O: DECRETO DE 12 DE OUTUBRO DE 1910 .....	85
ANEXO P: COMPOSIÇÃO E ARTICULAÇÃO DO RC EM 1922. ....	86
ANEXO Q: ARTICULAÇÃO DO RC ANTES DA REESTRUTURAÇÃO .....	89
ANEXO R: ARTICULAÇÃO DA USHE .....	90
ANEXO S: ANEXO B AO DESPACHO DO GCG Nº59/09-OG .....	91
ANEXO T: QUANTITATIVO DOS EFECTIVOS DO GRUPO DE HONRAS DE ESTADO, 2010.....	93
ANEXO U: ORDEM DE SERVIÇO Nº1 DA GNR, DE 1 DE ABRIL DE 1922.....	94
ANEXO V: DETALHE DE INSTRUÇÃO DOS CURSOS DE RMOP MINISTRADOS NA USHE .....	95
ANEXO W: DETALHE DE INSTRUÇÃO DOS CURSOS DE MOP MINISTRADOS NA UI .....	99

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1.1:</b> Modelo metodológico da investigação .....	5
<b>Figura Q.1:</b> Organograma da estrutura orgânica do Regimento de Cavalaria .....	89
<b>Figura R.1:</b> Organograma da estrutura orgânica da USHE .....	90
<b>Figura S.1:</b> Anexo B ao Despacho do GCG Nº59/09-OG .....	91

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 2.1:</b> Quantitativo dos efectivos de Homens e Cavalos, em1911. ....	10
<b>Quadro 2.2:</b> Quantitativo dos efectivos de Homens e Cavalos por Arma, em1919. ....	11
<b>Quadro 4.1:</b> Caracterização da amostra. ....	22
<b>Quadro 5.1:</b> Análise de resultados da questão nº1.....	24
<b>Quadro 5.2:</b> Análise de resultados da questão nº2.....	27
<b>Quadro 5.3:</b> Análise de resultados da questão nº3.....	29
<b>Quadro 5.4:</b> Análise de resultados da questão nº4.....	32
<b>Quadro 5.5:</b> Análise de resultados da questão nº5.....	36
<b>Quadro 5.6:</b> Análise de resultados da questão nº6.....	38
<b>Quadro L.1:</b> Distribuição dos efectivos e dos solípedes, na organização definitiva da GRP em 1810.	82
<b>Quadro L.2:</b> Localização das Companhias de Cavalaria.....	82
<b>Quadro L.3:</b> Quantitativo dos efectivos de Homens e Cavalos de uma Companhia de Cavalaria. ....	82
<b>Quadro M.1:</b> Constituição da GML após a reorganização de 1890.....	83
<b>Quadro N.1:</b> Constituição da GMP após a reorganização de 1890.....	84
<b>Quadro P.1:</b> Composição do Regimento de Cavalaria .....	86
<b>Quadro P.2:</b> Composição do Estado-maior e menor de um Regimento de Cavalaria ( a 5 Esquadrões)	86
<b>Quadro P.3:</b> Composição de um Esquadrão .....	88
<b>Quadro T.1:</b> Quantitativo dos efectivos do Grupo de Honras de Estado, 2010.....	93

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM:	Academia Militar
Art.º:	Artigo
CO:	Comando Operacional
ed.:	edição
EP:	Esquadrão Presidencial
FFSS:	Forças e Serviços de Segurança
GCG:	General Comandante Geral
GHE:	Grupo de Honras de Estado
GIOP:	Grupo de Intervenção de Ordem Pública
GM:	Guarda Municipal
GML:	Guarda Municipal de Lisboa
GMP:	Guarda Municipal do Porto
GNR:	Guarda Nacional Republicana
GR:	Guarda Republicana
GRP:	Guarda Real de Polícia
GS:	Grupo de Segurança
IGAI:	Inspecção Geral da Administração Interna
LOGNR:	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
LSI:	Lei de Segurança Interna
MOP:	Manutenção de Ordem Pública
nº:	número
OG:	Ordem à Guarda
p.	páginas
PSP:	Polícia de Segurança Pública
RC:	Regimento de Cavalaria
RMOP:	Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública
s.l.:	sem local
TIA:	Trabalho de Investigação Aplicada
UI:	Unidade de Intervenção
USHE:	Unidade de Segurança e Honras de Estado

*“ [...] a profissão entre todas nobres, foi, é e há-de ser sempre a militar porque nela se envolve tudo que exige a anulação do interesse individual perante o da colectividade.”*

*Mouzinho de Albuquerque  
Patrono da Arma de Cavalaria*

# **CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DO TRABALHO**

## **1.1. INTRODUÇÃO**

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) surge no âmbito da estrutura curricular dos cursos ministrados na Academia Militar e constitui-se como requisito obrigatório para a conclusão do Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança.

Este trabalho tem como objectivo primordial a aplicação do Método científico, através do emprego das competências e capacidades adquiridas ao longo deste processo de formação, servindo como “eixo de aproximação” do aluno à instituição na qual escolheu servir Portugal.

## **1.2. ENQUADRAMENTO**

A utilização do Cavalo no desempenho das diversas missões atribuídas aos Corpos de Polícia em Portugal remonta aos primórdios das antecessoras da Guarda Nacional Republicana (GNR), tendo esta valência assumido um papel de destaque no que concerne à sua utilidade e eficácia no patrulhamento, funcionando como meio de garante da segurança, ordem e tranquilidade públicas.

Sendo a reestruturação da GNR e a ordem pública uma temática bastante abrangente ao comportar um grande leque de problemáticas, tais como a instrução, a articulação das forças ou até mesmo do ponto de vista dos recursos administrativo-logísticos, surgiu a necessidade de se delimitar o objecto de estudo, procurando-se direccionar o trabalho para a questão do Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública (RMOP) a Cavalo, com o intuito de perceber que implicações advieram da reestruturação da GNR no que respeita ao RMOP a cavalo, particularmente do ponto de vista da articulação com as outras valências que detêm responsabilidades nesta matéria.

## **1.3. ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA**

O tema do presente trabalho incide sobre “As implicações da reestruturação da GNR no Restabelecimento e Manutenção da Ordem Pública”, sendo de referir que a escolha do presente tema se deve a diversos factores, entre eles, dois merecedores de especial relevância:

Por um lado, a entrada em vigor da nova lei que aprova a orgânica da GNR, Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro, e consequente reestruturação da instituição, impondo a extinção e criação de diversas Unidades, resultando em alguns dos casos como que um “upgrade” de outras que emergem com novas valências, atribuições e subunidades, sendo que entre elas se encontra a Unidade de Intervenção (UI) e a Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE), ambas com responsabilidades no que respeita ao Restabelecimento e Manutenção da Ordem Pública (RMOP). Por outro lado a crescente necessidade de justificação da utilização eficaz dos recursos onde se enquadra a valência equestre, não só em missões de cariz representativo mas cada vez mais de âmbito operacional, quer seja em patrulhamento, quer em acções de manutenção de ordem pública, onde o Cavalo surge como meio de reconhecida eficácia aquando do seu empenhamento em missões desta natureza.

#### **1.4. PERGUNTA DE PARTIDA**

Após a apresentação do tema e da respectiva anuência por parte dos Comandos da GNR e da Academia Militar (AM), tornou-se necessária a formulação de uma pergunta de partida que se constitui como mote para dar início ao processo científico. Deste modo a questão central do trabalho será:

• **“Terá a recente reestruturação orgânica contribuído para a actuação da GNR no âmbito do RMOP, particularmente no plano da articulação operacional das forças a Cavalo com as restantes valências?”**

#### **1.5. QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO**

Da questão central levantada no ponto anterior decorrem as seguintes **questões derivadas**:

- “Relativamente ao modelo organizacional do RMOP, estará este devidamente estruturado tendo em vista uma boa coordenação e articulação entre as forças a Cavalo e apeadas?”
- “No que respeita aos treinos conjuntos entre as diversas valências do RMOP, estes têm sido os adequados e em quantidade necessária?”
- “Decorrente da reestruturação orgânica da GNR houve um aumento dos treinos conjuntos efectuados entre as diversas valências?”
- “Está contemplado nos conteúdos dos cursos de RMOP ministrados na UI e na USHE um módulo referente à articulação operacional de Forças?”

- “As forças de RMOP a cavalo existentes na USHE estão dotadas com militares habilitados com o respectivo curso necessário para o desempenho de funções?”

- “Com que frequência se processa a formação e actualização dos militares que integram as forças de RMOP a cavalo?”

## 1.6. OBJECTIVOS

Para a realização deste trabalho foram definidos objectivos, os quais serão as linhas orientadoras do caminho a seguir para a concretização e a conclusão do mesmo.

Assim o **objectivo geral** deste trabalho será:

- Identificar quais as implicações da recente reestruturação da GNR, no que respeita ao RMOP a Cavalo, nomeadamente se resultaram num aumento da operacionalidade desta valência no que concerne à sua articulação com as restantes valências.

Para dar resposta ao objectivo geral, definiu-se um conjunto de objectivos específicos que, por um lado, visam o enquadramento do problema numa lógica de percepção do contexto e, por outro, pretendem alcançar metas parcelares tendo em vista a resposta global ao problema. Assim, são **objectivos específicos**:

- Enquadrar, do ponto de vista histórico, a valência Equestre e o seu empenhamento em acções de RMOP, desde o início dos corpos de polícia em Portugal até à GNR tal como a conhecemos na actualidade;

- Identificar o actual complexo legislativo, de forma abreviada, em matéria de Manutenção de Ordem Pública;

- Realizar uma análise da actual articulação da USHE e o seu papel no Restabelecimento e Manutenção da Ordem Pública;

- Percepcionar a actual realidade no que tange à articulação de forças de Cavalaria com as restantes valências.

## 1.7. METODOLOGIA UTILIZADA

O presente trabalho de investigação aplicada prima por apresentar um carácter científico, na medida em que foram aplicadas técnicas e instrumentos de investigação propostos em diversas publicações. Tendo em vista o anteriormente referido, procurou-se seguir as linhas orientadoras no que respeita à metodologia, organização, redacção e trabalho de campo sugeridas pelo “Guia Prático sobre Metodologia Científica para Elaboração Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertação de Mestrados e Trabalhos de Investigação Aplicada ” (Sarmento, 2008), as sugestões constantes no “Manual de Investigação em Ciências Sociais” (Quivy & Campenhoudt, 2008), os métodos de pesquisa qualitativa presentes na obra “Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo -



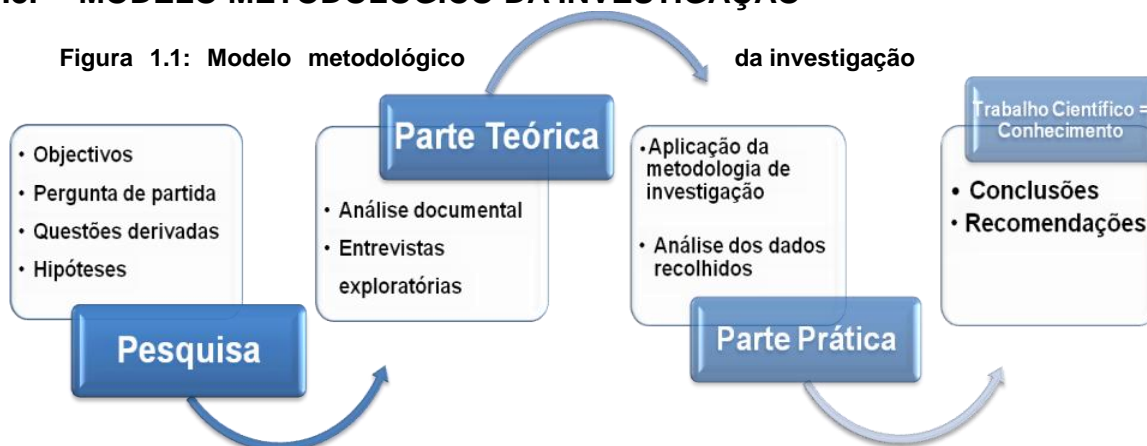
Sentidos e formas de uso” (Guerra, 2010), por fim adaptando as orientações para redacção de trabalhos científicos da Academia Militar.

Deste modo o trabalho que aqui se apresenta, encontra-se dividido em duas partes basilares. Na primeira parte faz-se uma abordagem teórica ao tema sobre o qual versa o trabalho, resultante da análise documental de diversa bibliografia e legislação. A segunda parte constitui-se como o trabalho prático desenvolvido, onde se pretende refutar ou validar as hipóteses levantadas.

No que concerne à primeira parte numa fase inicial procedeu-se à realização de entrevistas exploratórias a Oficiais da Guarda que desempenham funções na Unidade de Segurança e Honras de Estado ou na Unidade de Intervenção, unidades estas com responsabilidades de âmbito operacional no que respeita ao Restabelecimento e Manutenção da Ordem Pública. Estas entrevistas surgem como complemento à revisão literária, pois, segundo Quivy & Campenhoudt (2008) “ [...] *as entrevistas exploratórias contribuem para descobrir os aspectos a ter em conta e alargarem ou rectificarem o campo de investigação das leituras.*”, ademais, permitem economizar tempo de leitura na construção de hipóteses e proporcionam ao investigador informação e conhecimentos, que a ele, por si só, não lhe ocorreriam. (Quivy & Campenhoudt, 2008). Por conseguinte, numa segunda fase, procedeu-se à análise documental de elementos normativos e doutrinários identificados e recolhidos mediante o trabalho de pesquisa efectuado na Biblioteca Nacional, na Biblioteca de Coimbra, na Biblioteca/Centro de Documentação da Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI), no Arquivo Histórico da GNR e na Biblioteca da Escola da Guarda. Esta análise focou-se nos normativos legais que regem a Segurança interna, nos vários diplomas criadores dos corpos de Segurança e em bibliografia diversa subordinada ao tema, diligenciando-se no sentido de estabelecer um encadeamento cronológico desde os primeiros corpos de polícia em Portugal até à Guarda Nacional Republicana contemporânea.

Relativamente à segunda parte, o trabalho de Campo, visou a elaboração e realização de entrevistas semi-directivas a oficiais da GNR que detêm responsabilidades específicas próprias, no empenhamento de forças de RMOP. Por fim os resultados foram tratados analisados e interpretados de acordo com a metodologia que se encontra amplamente detalhada na segunda parte do presente trabalho, aquando da apresentação e caracterização do trabalho de campo.

## 1.8. MODELO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO



## 1.9. SÍNTESE DOS CAPÍTULOS

O presente TIA encontra-se dividido em duas partes fundamentais: a Parte I onde se faz o enquadramento teórico e a Parte II que corresponde ao trabalho de campo.

A Parte I, contempla dois Capítulos, sendo o capítulo 2 dedicado ao enquadramento histórico da valência de Cavalaria enquanto meio de garante da ordem pública e o capítulo 3 faz um enquadramento legal da GNR e respectivas subunidades (UI e USHE) no âmbito da temática do RMOP.

Posteriormente apresenta-se a Parte II, que compreende os Capítulos 4, 5 e 6. No Capítulo 4 é apresentado o trabalho de campo realizado, seguidamente, o Capítulo 5 faz a análise e discussão dos resultados obtidos e, por fim, o Capítulo 6 apresenta as conclusões e recomendações.

## PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### CAPÍTULO 2 – A VALÊNCIA EQUESTRE NOS CORPOS DE POLÍCIA

#### 2.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo pretende-se fazer uma abordagem Histórica ao período compreendido entre as origens dos corpos de Polícia em Portugal até à Guarda Nacional Republicana actual. Com esta abordagem, pretende-se identificar a origem e a presença da valência equestre como um meio de prossecução da missão da GNR e suas antecessoras e, sobretudo, identificar o seu papel ao longo dos tempos como meio de salvaguarda da tranquilidade e manutenção da Ordem Pública.

#### 2.2. A ORIGEM DA VALÊNCIA EQUESTRE

Ao retroceder na História encontramos os Quadrilheiros como os mais longínquos antecessores da Guarda Nacional Republicana e, em boa verdade, de todos os corpos de polícia que ao longo dos tempos existiram no nosso país. O Corpo de Quadrilheiros foi criado durante o reinado de D. Fernando, no ano de 1382, e constitui-se como o primeiro grupo de homens vocacionado para a manutenção da ordem pública e com funções de polícia militar (Santos, 1999), não havendo no entanto, quaisquer registos da utilização de solípedes para a prossecução da sua missão.

É então que por Decreto Régio,<sup>1</sup> de 10 de Dezembro de 1801, é criada a Guarda Real de Polícia (GRP), consagrando-se neste diploma o seguinte: “ *Sendo muito conveniente, não só para a segurança, e tranquilidade da cidade de Lisboa [...] um corpo permanente, o qual vigie na conservação da ordem, e tranquilidade pública [...] Hei por bem criar uma Guarda Real da Polícia de Lisboa de pé e de cavalo, para vigiar na cidade de Lisboa, e para guardar pela forma e maneira que se regula no Plano*”. Neste documento legal, determina-se também que a GRP passe a fazer parte do corpo do exército e seja considerada como tropa de linha, conferindo-lhe uma natureza militar<sup>2</sup>, fazendo com que este corpo de polícia seja considerado, por este facto, como a verdadeira antecessora da GNR.

---

<sup>1</sup> Vide Anexo J

<sup>2</sup> Vide Anexo K

Na sua organização inicial, em 1801, estava contemplado um quadro de efectivos com 642 homens e 227 cavalos, os quais se mostraram serem insuficientes para atingir os objectivos preconizados. Desta forma em 1810, na sua organização<sup>3</sup> definitiva, estabeleceu-se que a sua constituição passaria a ser de 1326 homens e 269 cavalos e que se articularia<sup>4</sup> a GRP num Estado Maior, 10 companhias de Infantaria e 4 de Cavalaria.

Desta forma podemos discernir que com a criação da GRP surge pela primeira vez a alusão ao uso do cavalo no desempenho de funções por parte de um corpo de polícia em Portugal, sendo de referir que pelo número de companhias de Cavalaria, bem como pela quantidade de solípedes que se encontravam ao serviço, esta valência era um meio de relevante importância para a prossecução da missão, ou seja, a “*conservação da ordem e tranquilidade Pública*”.

Como na sua formação inicial apenas era contemplada a cidade de Lisboa, em 17 de Fevereiro de 1824 é criada a Guarda Real de Polícia da Cidade do Porto, composta por um reduzido Estado Maior e Menor, duas Companhias de Infantaria, cada uma composta por 105 homens entre oficiais e praças, uma Companhia de Cavalaria, esta última com um efectivo de 9 oficiais, 70 praças e 65 Solípedes (Guarda Nacional Republicana, 1949 p.43).

Devido à sua fidelidade a D. Miguel durante a guerra civil<sup>5</sup>, a qual opôs Absolutistas e Liberais, e em resultado do desfecho deste conflito interno, a GRP foi dissolvida por D. Pedro IV, surgindo em seu lugar, a 3 de Julho de 1834, a Guarda Municipal de Lisboa (GML) e um ano depois, por Decreto de 24 de Agosto de 1835, a Guarda Municipal do Porto (GMP).

Do preâmbulo do Decreto que determina a criação de GML e que pela sua importância a seguir se transcreve, constam as razões que levam à sua formação, bem como a missão geral da qual a GML viria a ser incumbida de cumprir, sendo de destacar a preocupação que já vigorava àquela data com a questão da ordem pública: “*Tomando em consideração a urgente necessidade de se prover à segurança da Capital, que não pode cabalmente ser guardada pelas rondas civis, que pesam sobre seus habitantes, quando aliás pagam contribuições para aquele importantíssimo serviço; nem pelas patrulhas militares, que deterioram a disciplina dos Corpos: Hei por bem, em nome da Rainha, criar nos seguintes artigos a Guarda Municipal de Lisboa, para manter o sossego público, afiançando a segurança da Cidade, sem ameaçar a sua Liberdade.*” (Decreto de 3 de Julho de 1834, Preâmbulo). Este Decreto determinava ainda no seu art.<sup>o</sup> 4 que a GML se compusesse por um Estado Maior, três companhias a cavalo e seis companhias a pé, sendo que “*[...] Uma companhia a cavalo compõe-se dum Comandante; um tenente; dois sargentos; quatro*

---

<sup>3</sup> Vide Anexo L

<sup>4</sup> Vide Anexo L

<sup>5</sup> Ocorreu entre 1828 e 1834, opondo D. Miguel I, que liderava as forças Absolutistas, ao seu irmão D. Pedro IV que liderava os Liberais, terminando com a vitória destes últimos.

*cabos; trinta e seis soldados [...] ”* (Decreto de 3 de Julho de 1834, Art.º 6º) e *“Uma companhia divide-se em quatro esquadras, a esquadra na cavalaria em quatro patrulhas; na infantaria em oito; a patrulha consta de dois homens. Cada esquadra tem um supranumerário na cavalaria”* (Decreto de 3 de Julho de 1834, Art.º 8º).

As Companhias de Cavalaria estavam sediadas nos seguintes locais: a 1ª Companhia em Entremuros e mais tarde no Cabeço de Bola onde posteriormente se instalou o 2º Esquadrão, a 2ª Companhia no Colégio dos Nobres e a partir de 1845 no Carmo, por fim a 3ª Companhia em Alcântara (Noronha, 1950 p.82).

De acordo com o Art.º 2º do Decreto de 3 de Julho de 1834, Lisboa estava repartido em três Divisões, subdividindo-se cada Divisão em dois Distritos, e cada um destes em quatro Secções, as quais, por sua vez, se subdividia em duas rondas. Organizando-se o Serviço a Cavalo da seguinte forma: *“A cada Divisão pertence em geral uma companhia de Cavalaria e a cada Distrito uma companhia de Infantaria; a cada Secção uma esquadra; a cada ronda quatro patrulhas.”* (Decreto de 3 de Julho de 1834, Art.º 8º), sendo que *“Os Comandantes das companhias de Cavalaria são os que comandam as Divisões [...] ”* (Decreto de 3 de Julho de 1834, Art.º 9º).

Em 1868 o Comando das Guardas Municipais de Lisboa e Porto unificam-se, passando a ser um só e estabelecendo-se no local onde actualmente está instalado o Comando Geral da GNR, no Quartel do Carmo.

Durante o tempo em que a Guarda Municipal (GM) exerceu as suas funções muitas foram as mudanças no que respeita à sua organização e efectivos, tendo a última grande reforma, até ser extinta em 1910 com a queda da Monarquia, ocorrido em 1890 por Decreto de 18 de Abril, passando a GML<sup>6</sup> a organizar-se num Estado Maior e um Estado Menor, quatro esquadrões de cavalaria e seis companhias de infantaria, e a GMP<sup>7</sup> em Estado Maior e Estado Menor, um esquadrão de cavalaria e quatro companhias de infantaria.

### 2.3. A GÉNESE DA GNR E A VALÊNCIA EQUESTRE AO LONGO DOS TEMPOS

Proclamada a República urgiu a necessidade de quebrar os laços com a Monarquia, criando-se a Guarda Republicana (GR), força esta, meramente, de carácter transitório, uma vez que o grande objectivo seria criar um corpo de segurança de âmbito nacional. Tal objectivo apresenta-se documentado e é aqui reproduzido pelos seguintes extractos do Decreto de 12 de Outubro de 1910<sup>8</sup>, nos quais são extintas as Guardas Municipais de Lisboa e Porto, é mandado estudar a organização de um corpo de segurança pública para

<sup>6</sup> Vide Anexo M

<sup>7</sup> Vide Anexo N

<sup>8</sup> Vide Anexo O

todo o País sob a denominação de Guarda Nacional Republicana e é criado, provisoriamente, em Lisboa e Porto, a Guarda Republicana: “*Sendo necessário, a bem do serviço da República, organizar sobre novas bases um corpo de segurança pública para todo o país [...]*” (Decreto de 12 de Outubro de 1910, Preâmbulo); “*Enquanto se não organiza a Guarda Nacional Republicana, é criada em Lisboa e Porto a Guarda Republicana, para velar pela segurança e liberdade dos cidadãos, guardar os edifícios públicos, etc.*” (Decreto de 12 de Outubro de 1910, art.º3º); “*A organização desta Guarda, de carácter meramente provisório [...]*” (Decreto de 12 de Outubro de 1910, art.º4º).

Esta mudança em termos práticos não trouxe nada de novo à organização uma vez que a GR manteve em termos estruturais a mesma orgânica que a sua antecessora, tendo-se mudado apenas a sua designação.

A GR tinha um efectivo de 2100 homens, em que a GRL dispunha de 1306 homens e articulava-se em Estado Maior e Estado Menor, três esquadrões de Cavalaria (1º-Carmo, 2º-Cabeço de Bola, 3º -Alcântara) a 3 pelotões cada e seis companhias de Infantaria, e por seu lado a GRP era composta por 795 homens, um Estado Maior e Estado Menor, um esquadrão de Cavalaria a 3 pelotões e quatro companhias de Infantaria.

Este corpo de Polícia já apresentava, no início da sua formação, algumas características únicas que actualmente distinguem a GNR das outras forças e serviços de segurança, exemplo disso era a sua dupla dependência, uma vez que “*em tempo de Guerra ficava sob as ordens do Ministro da Guerra, como parte integrante do Exército; em tempo de Paz depende directamente do Ministro do Interior e está sob as suas ordens.*” (Silva, & Aguiar, 1980, p. 19).

De acordo com o exposto no art.º 2º do Decreto de 12 de Outubro de 1910 e de forma a satisfazer o preceituado no preâmbulo do Decreto de 3 de Maio de 1911, nasce nesta data a Guarda Nacional Republicana. Este novo Corpo de Segurança apresentava como efectivo previsto inicialmente “cerca de 5000 homens distribuídos por um Grupo de Esquadrões, seis Batalhões no continente e duas companhias nas ilhas adjacentes” (Silva, & Aguiar, 1980 p. 21). Quanto aos meios equestres, de acordo com o Decreto de 3 de Maio de 1911, a sua distribuição era conforme apresentada no Quadro 2.1.

Quadro 2.1: Quantitativo dos efectivos de Homens e Cavalos, em 1911.

Unidades	Nº de Homens	Nº de Solípedes
Comando Geral	9	4
Grupo de Esquadrões	349	285
Batalhão nº1	819	4
Batalhão nº2	717	10
Batalhão nº3	610	204
Batalhão nº4	730	67
Batalhão nº5	954	100
Batalhão nº6	557	64
Companhia do Funchal	85	2
Companhia de Ponta Delgada	161	4
<b>Total</b>	<b>4991</b>	<b>744</b>

Fonte: Decreto de 3 de Maio de 1911

Ao longo dos tempos a Guarda sempre foi uma instituição em permanente actualização e foi sofrendo diversas reestruturações motivadas pela conjuntura com a qual se ia deparando. Assim, a primeira reorganização acontece na sequência da publicação da Lei nº 1, de 1 de Julho de 1913, a qual determinou a reestruturação dos Batalhões, nomeadamente: foi aumentado um esquadrão de Cavalaria à orgânica do Batalhão nº 5, deu-se a formação de mais um esquadrão no já existente Grupo de Esquadrões e foram criadas mais duas companhias nas ilhas, o que implicou um aumento do efectivo, passando a GNR a ter nos seus quadros 5852 homens e passando a contar com 1246 Cavalos.

Com o desencadear da Primeira Grande Guerra pode-se constatar que o número de 5000 homens previstos inicialmente no quadro orgânico sobe abruptamente, atingindo em 1919 um quantitativo superior a 18500 efectivos, distribuídos conforme o Quadro 2.2. Entre esse efectivo constavam 510 oficiais e 18478 praças, com 4131 cavalos e 637 muares (Santos, 1999).

A GNR também sofreu mudanças, por esta altura, a nível da sua organização as quais decorreram da publicação do Decreto nº 5 568, de 10 de Maio de 1919, passando a ser constituída por uma Companhia mista de Telegrafistas de Campanha, um Grupo de 3 Baterias de Artilharia de Campanha, cinco Grupos de Esquadrões de Cavalaria a três Esquadrões numerados de 1 a 5, um Batalhão de Metralhadoras Pesadas constituído por três companhias, doze Batalhões de Infantaria e quatro companhias mistas.



Quadro 2.2: Quantitativo dos efectivos de Homens e Cavalos por Arma, em 1919.

Arma	Nº de Homens	Nº de Solípedes	Nº de Muas
Cavalaria	3947	3742	65
Infantaria	13390	153	127
Artilharia	462	145	234
Engenharia	243	53	70
Metralhadoras	436	38	141
<b>Total</b>	<b>18478</b>	<b>4131</b>	<b>637</b>

Fonte: Anuário da GNR, 1922

Decorrente da preocupação por parte do poder político em retirar força política e diminuir o vínculo da GNR à “coisa” militar, publicou-se o Decreto nº 8 064, de 13 de Março de 1922, em cujo preâmbulo se pode ler que: *“Um corpo de polícia, embora militarmente organizado, não carece, evidentemente, de dispor de elementos que são indispensáveis para bem conduzir um combate contra forças devidamente organizadas, mas que são inúteis quando se considere a acção normal da Guarda na manutenção da ordem pública [...]”* (Decreto nº 8 064, de 21 de Março), desta forma pretendeu-se direccionar a acção da Guarda para a sua vocação de garante da ordem e sossego público e retirar-lhe o poder bélico que detinha, digno de uma força armada. Este diploma legal motivou então mais uma reestruturação ao nível da organização da GNR, tendo sido extintos os Grupos de Esquadrões 1 e 2, nascendo em 5 de Abril de 1922 o Regimento de Cavalaria <sup>9</sup>(RC) a cinco Esquadrões, com sede em Cabeço de Bola e as suas Subunidades nos seguintes locais: 1º Esquadrão - Carmo, 2º Esquadrão – (Aquartelamento Sede) Cabeço de Bola, 3º Esquadrão – Braço de Prata, 4º Esquadrão – Telheiras e 5º Esquadrão – Campolide.

O total de efectivos da GNR segundo o anuário de 1922 era de 11718 homens, dos quais 280 Oficiais, 585 Sargentos e 10853 praças, bem como 2301 cavalos e 173 muas. Estes efectivos foram reduzindo drasticamente, sendo em 1926 cerca de 9800 e mais tarde 5700.

Aquando da revolta em 1927 contra a Ditadura Militar<sup>10</sup>, iniciada com o golpe militar de 28 de Maio de 1926, motivou-se mais uma reorganização da Guarda, desta feita foi extinto o

<sup>9</sup> Vide anexo P

<sup>10</sup> Com o golpe militar de 28 de Maio de 1926 terminou a 1ª República e iniciou-se o período denominado de Ditadura Militar. De 1926 a 1928 os militares após terem dissolvido o Parlamento assumiram o poder político em Portugal, onde se manteve a instabilidade política e económica proveniente da 1ª República, o que motivou a que, em Abril de 1928, se realizassem eleições presidenciais nas quais Óscar Carmona se apresentou como único candidato. Após vencer as eleições, Óscar Carmona como Presidente da República, delega em António de Oliveira Salazar a pasta das Finanças, o qual exigiu possuir o controlo absoluto das despesas de todos os Ministérios. Em 1931, Salazar assumiu a chefia do governo e com a aprovação da Constituição de 1933 institucionalizou-se o Estado Novo.



Esquadrão de Campolide e o de Telheiras foi deslocado para a Ajuda onde ainda hoje permanece, sendo ainda de referir que decorrente do decreto reformador de 1927 está também contemplado na orgânica do dispositivo territorial um esquadrão de Cavalaria no Porto, em Évora e Coimbra, sendo estes Batalhões mistos.

Fruto de mais uma reorganização, imposta pelo Decreto nº 33905, de 2 de Setembro de 1944, e em consequência da motorização das forças armadas e da necessidade de motorizar também as forças de segurança, o 2º Esquadrão deixa de ser a Cavalo e passa a ser um esquadrão motorizado, sendo também aumentados os efectivos da GNR. Assim sendo, passa o RC a ser constituído por 3 Esquadrões a Cavalo e um Motorizado. Mais tarde, em 1947, devido à forte industrialização da margem sul e crescente actividade do partido Comunista nessa região, determina o Governo, através do Decreto-lei nº 36 335, de 9 de Junho, a criação de um destacamento nesse local e fica o RC incumbido de instalar no Barreiro um Esquadrão (extinto em 08 de Janeiro de 1976), que viria a ser denominado de Esquadrão destacado do Barreiro, o qual era composto, segundo Santos (1999, p.292), por 1 Capitão, 3 Oficiais Subalternos, 9 Sargentos, 23 Cabos e 62 Soldados, contando com 65 solípedes e 5 viaturas blindadas como meios ao seu dispor.

A estrutura do RC foi-se alterando de acordo com as diferentes conjunturas políticas e económicas da nação, sendo de especial relevo a mudança do nome da Formação do RC, o qual, a partir de 15 de Dezembro de 1955, se passou a denominar Esquadrão de Comando. Já em 1972, em consequência da falta de efectivos, tornou-se imperativo a desactivação do 1º Esquadrão que se situava no Carmo que viria ser extinto, definitivamente, em 1976. Mais recentemente, em 1993, é criado, por diploma legal, o Esquadrão Presidencial, que tem como principal missão garantir a Segurança Exterior e Serviço Honorífico na Presidência da República.

O RC constituiu-se assim como uma força de reserva do Comando Geral, tendo como missão intervir em qualquer ponto do território nacional, às ordens do Comandante-geral, e executar serviços de guarnição, honoríficos e de representação. Incluem-se na sua actividade operacional: o patrulhamento policial a cavalo e motorizado; o reforço ao programa escola segura; o restabelecimento e manutenção da ordem pública com um pelotão a cavalo; actividades honoríficas e de representação, como escoltas de honra e guardas honoríficas, charanga a cavalo e carrossel moto e, por último, a actividade de segurança e guarnição, com guardas no Palácio Nacional de Belém, Palácio Nacional da Ajuda, Palácio Nacional de Queluz e Comando-Geral da GNR, articulando-se conforme o diagrama apresentado no Anexo Q.

## 2.4. A VALÊNCIA EQUESTRE NA ACTUALIDADE

Com a entrada em vigor da lei que aprova a orgânica da GNR, Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro, ocorreu a mais recente reestruturação da GNR, a qual entre outras alterações veio extinguir o RC, dando origem à Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE). Esta nova unidade, nos termos do artigo 43.º daquela Lei, para além da missão geral da Guarda, está especialmente vocacionada e é responsável pela protecção e segurança às instalações dos órgãos de soberania e de outras entidades que lhe sejam confiadas, bem como pela prestação de honras de Estado, passando a ter uma nova estrutura distinta do seu antecessor, o Regimento de Cavalaria, articulando-se conforme o organograma que se apresenta no Anexo R.

A USHE tem neste momento um quadro orgânico de referência<sup>11</sup> de acordo com o Anexo B ao Despacho do GCG N.º59/09-OG, o qual prevê 1562 militares, sendo que, actualmente, o Grupo de Honras de Estado, onde estão inseridos os militares do 3º e 4º Esquadrão que compõem o Esquadrão de RMOP, tem os efectivos que se apresentam no Anexo T.

## 2.5. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Da análise da História da Guarda e dos diversos corpos de segurança que a antecederam, podemos concluir que o Cavalo foi desde os primórdios da existência de forças de cariz policial em Portugal, à excepção dos Quadrilheiros, um elemento permanentemente presente no desempenho das funções policiais e um importante meio de auxílio na garantia da paz e tranquilidade pública. Embora tenham havido variações ao nível do número de efectivos, quer de homens quer de solípedes, resultantes do momento político e/ou económico em que o país se encontrava, a presença desta valência está directamente relacionado com a actividade policial em Portugal e tem sido uma constante ao longo de mais de dois séculos, como melhor se alcança logo no Art.º 27 da Ordem de Serviço<sup>12</sup> nº1 da Guarda Nacional Republicana, datada de 1 de Abril de 1922, na qual é destacada uma força de Cavalaria a fim de auxiliar numa acção de Manutenção de Ordem Pública. Esta valência tem, pois, contribuído para a prossecução dos objectivos visados pela missão da Guarda Nacional Republicana, perfilando-se, ainda nos dias de hoje, como uma mais-valia, sendo um factor de diferenciação relativamente às outras Forças e Serviços de Segurança (FFSS).

---

<sup>11</sup> Vide Anexo S

<sup>12</sup> Vide Anexo U

## **CAPÍTULO 3 – O RESTABELECIMENTO E MANUTENÇÃO DE ORDEM PÚBLICA NA GNR – ENQUADRAMENTO LEGAL**

### **3.1. INTRODUÇÃO**

Neste Capítulo pretende-se fazer uma análise transversal à legislação em vigor, que legitima e identifica a Guarda Nacional Republicana como uma das entidades responsáveis, nas suas funções de polícia administrativa, pela prossecução dos fins teleológicos do estado (ALVES, 1994, p.30), Progresso, Segurança e Bem-Estar (COUTO, 1987, p.69), os quais não só se encontram plasmados na nossa lei fundamental, a Constituição da República<sup>13</sup>, bem como amplamente presentes aquando da análise da intenção do legislador nos diversos diplomas legais que neste capítulo se abordam e que de uma forma ou de outra regulam a actividade policial no que concerne à temática do RMOP.

### **3.2. AO NÍVEL DA CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA**

#### **3.2.1 Lei De Segurança Interna - Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto**

A lei de Segurança interna (LSI) é o diploma legal que define as diversas entidades que concorrem para a segurança interna do país, bem como a sua composição, articulação e coordenação. Deste modo, importa em primeiro lugar definir o conceito de Segurança

---

<sup>13</sup>Artigo 9.º

-Tarefas fundamentais do Estado

-São tarefas fundamentais do Estado:

- a) Garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam;
- b) Garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático;
- c) Defender a democracia política, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais;
- d) Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais;
- e) Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território;
- f) Assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa;
- g) Promover o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional, tendo em conta, designadamente, o carácter ultraperiférico dos arquipélagos dos Açores e da Madeira;
- h) Promover a igualdade entre homens e mulheres.”

interna, o qual se encontra plasmado no nº 1 do art.º 1º do diploma legal em foco, e é definido como: “1- [...] actividade do Estado para garantir a ordem, a segurança e tranquilidades Públicas [...]”

A “Segurança Interna” como actividade que comporta um conjunto de medidas, pretende atingir determinados fins, que se encontram previstos no nº 3 do art.1º da LSI, e dos quais se sublinha o de “[...] *proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática* [...]” por se encontrar intimamente ligado à temática que se pretende abordar neste trabalho.

Tal como anteriormente referido, diversas entidades concorrem para a prossecução dos fins que a Segurança Interna pretende atingir, sendo definido no artigo 25º<sup>14</sup> da LSI quais as FFSS responsáveis pela segurança interna. Entre estas FFSS está a GNR, o que legitima deste modo a sua competência para garantir no âmbito das suas atribuições, a segurança interna e por inerência a manutenção da ordem pública. Assim, a GNR e também a Polícia de Segurança Pública (PSP) perfilam-se como as entidades que mais concretamente contribuem para a prossecução da ordem, segurança e tranquilidades Públicas, uma vez que têm na sua orgânica forças constituídas e especialmente vocacionadas para actuar no âmbito das missões de RMOP.

Neste diploma estão também expostos, nos artigos 28º e 29º, um conjunto de medidas, que se denominam de medidas de polícia e medidas especiais de polícia, respectivamente, e nas quais se podem enquadrar algumas acções desenvolvidas em missões de RMOP.

Em suma, da análise da LSI e atendendo à temática abordada neste trabalho, verificamos que a Segurança Interna, entre outros factores, inclui como requisito para a sua verificação, a ordem, a segurança e tranquilidades Públicas. Sendo este um dos propósitos que a LSI designa como um dos fins a serem atingidos, a GNR e demais entidades, cada uma na sua esfera de competência, encontram neste diploma legal a legitimidade para exercerem funções de Segurança Interna, no desempenho das quais podem fazer o uso de medidas de polícia e medidas especiais de polícia, de forma a serem atingidos os objectivos

<sup>14</sup> “1 - As forças e os serviços de segurança são organismos públicos, estão exclusivamente ao serviço do povo português, são rigorosamente apartidários e concorrem para garantir a segurança interna.

2 - Exercem funções de segurança interna:

- a) A Guarda Nacional Republicana;
- b) A Polícia de Segurança Pública;
- c) A Polícia Judiciária;
- d) O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- e) O Serviço de Informações de Segurança.

3 - Exercem ainda funções de segurança, nos casos e nos termos previstos na respectiva legislação:

- a) Os órgãos da Autoridade Marítima Nacional;
- b) Os órgãos do Sistema da Autoridade Aeronáutica.

4 - A organização, as atribuições e as competências das forças e dos serviços de segurança constam das respectivas leis orgânicas e demais legislação complementar.”

propostos, entre os quais se encontra o restabelecimento e a manutenção da ordem Pública.

### **3.2.2. LEI N.º 63/2007, DE 6 DE NOVEMBRO**

Decorrente da nova Lei que aprova a Orgânica da GNR (LOGNR), Lei n.º 63/2007, algumas mudanças surgiram no seio desta Instituição, quer a nível de organização dos vários órgãos e unidades que a compõem e nomenclatura das mesmas bem, quer no que concerne às suas atribuições.

No que tange à temática que aqui se pretende abordar, isto é o RMOP, a Guarda vê mais uma vez contemplada neste diploma a sua legitimidade de acção neste tipo de missões, naquilo a se que designa de missões de âmbito de polícia administrativa, como melhor se alcança do disposto no art.º 3º da LOGNR, que refere o seguinte: “ [...] 1- *Constituem atribuições da Guarda: [...] b) Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e dos bens; [...]* ”. Mais concretamente, no seu art.º 44º, a LOGNR alude ao RMOP, referindo que: a Unidade de Intervenção (UI) “ [...] *é uma unidade da Guarda especialmente vocacionada para as missões de manutenção e restabelecimento da ordem pública, resolução e gestão de incidentes críticos, intervenção táctica em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco, segurança de instalações sensíveis e de grandes eventos, inactivação de explosivos, protecção e socorro e aprontamento e projecção de forças para missões internacionais.*”, atribuindo, desta forma, à UI a responsabilidade da especialização e empenhamento em missões de RMOP.

Relativamente à Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE), embora nada nesta lei aponte no sentido do seu empenhamento em missões de RMOP, a mesma, como herdeira do antigo Regimento de Cavalaria (RC), mantém a responsabilidade da formação de militares de cavalaria no âmbito do RMOP de forma a reforçar a UI em caso de necessidade de empenhamento em missões deste tipo, como, aliás, adiante veremos com a análise dos diplomas legais que foram publicados posteriormente à LOGNR.

### **3.2.3. PORTARIA 1450/2008 DE 16 DE DEZEMBRO**

Ao abrigo do disposto nas alíneas e), f) e g) do n.º 6 do artigo 53.º da Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro, surgiu a necessidade de se desenvolver um diploma no qual fosse definido a organização interna das unidades territoriais, especializadas, de representação e

de intervenção e reserva (UI e USHE), deste modo surge a Portaria 1450/2008, de 16 de Dezembro.

Conforme o preceituado no art.º 8º da Portaria 1450/2008 de 16 de Dezembro, a USHE divide-se em três subunidades operacionais, sendo elas, o Esquadrão Presidencial (EP), o Grupo de Honras de Estado (GHE) e o Grupo de Segurança (GS). Sendo de referir que integram ainda a USHE a Charanga a Cavalo, e a Banda da Guarda. No nº 3 deste artigo podemos ver que é também da competência da USHE “ [...] *manter disponível e em permanência um esquadrão a cavalo para reforço da UI, em situações de manutenção e restabelecimento de ordem pública e outras de missões operacionais*”. Pese embora o facto de a utilização da valência equestre em missões de RMOP pela GNR se reporte à origem da instituição, este diploma legal configura-se, desta forma, como uma das principais inovações e implicações da nova lei que aprova a reestruturação da GNR no que se refere à temática do RMOP a cavalo, pois esta é a primeira vez em que se apresenta plasmado na lei a existência concreta de uma força de cavalaria especialmente vocacionada para as missões desta natureza.

### **3.3. AO NÍVEL DO MODELO ORGANIZACIONAL**

#### **3.3.1. Despacho Nº 57/09-OG e Despacho Nº59/09-OG**

No seguimento da publicação da Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro e da Portaria 1450/2008 de 16 de Dezembro, foi publicado o Despacho nº 77/08-OG, de 22 de Dezembro de 2008 e o Despacho nº 78/08-OG, de 22 de Dezembro de 2008, nos quais foram definidas as competências, a estrutura e o efectivo da Unidade de Intervenção e da Unidade de Segurança e Honras de Estado, respectivamente. No entanto e de acordo com os preâmbulos dos Despachos n.º 57/09-OG e n.º 59/09-OG, houve a necessidade de se “proceder a alguns ajustamentos”, publicando-se estes diplomas legais, os quais vieram revogar os anteriormente referidos.

Relativamente à USHE e à sua competência de actuação num cenário de alteração da Ordem Pública, o Despacho n.º 57/09-OG apresenta no ponto 6 as instruções de coordenação, as quais na sua alínea I. referem que “*A USHE mantém disponível, em permanência, um esquadrão a cavalo para reforço da Unidade de Intervenção, em situações de manutenção e restabelecimento de ordem pública e outras missões operacionais.*”. Por seu lado o Despacho n.º 59/09-OG, determina a USHE como a fiel depositária das tradições e do espólio histórico e documental do RC, e atribui-lhe a responsabilidade de assegurar, sob supervisão do comando da doutrina e formação, a instrução específica de cavalaria. No

que se refere às suas atribuições no âmbito do RMOP, em 3. d. ficou definido que a USHE mantém “[...] em prontidão um esquadrão a cavalo para reforço da Unidade de Intervenção em acções de manutenção e restabelecimento da ordem pública”.

Da análise a estes dois normativos internos, podemos discernir que no âmbito da coordenação entre a UI e a USHE, no que respeita à articulação de forças a cavalo com as outras valências em caso de empenhamento em missões de RMOP, os mesmos apenas vieram reforçar o preconizado na lei que aprova a orgânica da GNR e na Portaria 1450/2008.

### **3.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO**

Neste capítulo fez-se uma abordagem a um conjunto de legislação em vigor e que enquadra a GNR como uma das Forças de Segurança responsáveis pela manutenção da ordem e tranquilidade pública. Desta análise podemos concluir que na estrutura orgânica da GNR a unidade “especialmente vocacionada para as missões de manutenção e restabelecimento da ordem pública” é a UI. No entanto decorrente da publicação da nova lei que aprova a orgânica da instituição e nos normativos legais que dela derivaram, houve a preocupação de incluir a valência equestre no âmbito da actuação em missões de RMOP, reconhecendo-a como uma mais-valia para a resolução deste tipo de situações de alteração da ordem e determinando-se que a USHE deverá manter permanentemente em prontidão um Esquadrão de RMOP a Cavalo para reforçar a UI. Deste modo, veio-se atribuir também à USHE responsabilidades nesta área de actuação, ao passo que o seu antecessor, o extinto RC, embora desempenhasse estas funções, não tinha estas responsabilidades expressamente plasmadas na lei.

Considerando o conjunto dos normativos legais aqui abordados e fazendo uma intersecção entre os diplomas legais concebidos ao nível político e estratégico e os emanados ao nível organizacional, podemos concluir que as determinações que destes resultam são bastante escassas, originando, eventualmente, um sistema operativo lacónico, isto é, ao não serem abordadas nos diplomas legais, dimanados de quaisquer dos níveis referidos, algumas questões fulcrais, tais como as relações de comando, a instrução, os treinos e as actuações conjuntas e todas as outras que possam contribuir para uma boa articulação entre as diversas valências, tal poderá originar indefinições práticas ao nível da execução.



## PARTE II – TRABALHO DE CAMPO

### CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DA PARTE PRÁTICA

#### 4.1. INTRODUÇÃO

Após a conclusão da parte teórica, na qual se propõe analisar o estado da arte, surgiu a necessidade de se prosseguir com a investigação, conferindo-lhe um cariz mais prático, visando a concretização dos objectivos definidos e as respostas às perguntas de partida. Deste modo o presente capítulo pretende expor as hipóteses de resposta às questões de investigação e descrever a metodologia adoptada para a obtenção de informação, bem como fazer uma caracterização do universo de análise e da amostra sobre a qual incidiu o trabalho de campo.

#### 4.2. O PLANO DE INVESTIGAÇÃO

A fim de obter dados e informações, tendo em vista a identificação das implicações da Reestruturação da GNR, impostas pela aprovação da lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro, no que respeita ao RMOP do ponto de vista da articulação de forças e operacionalidade do RMOP a Cavalo, optou-se por fazer uso de dois métodos fundamentais de recolha de informação.

Como ponto de partida para a investigação, o método inicialmente utilizado foi a **análise documental**, tendo sido efectuada na Biblioteca/Centro de documentação da IGAI, no Arquivo Histórico da GNR e em diversas bibliotecas e Estabelecimentos de Ensino Superior, como referido no capítulo introdutório ao presente trabalho. Numa fase posterior, durante o trabalho de campo, foi utilizado o **método inquisitivo**, o qual “é baseado no interrogatório escrito e oral” (Sarmiento, 2008, p.4), designadamente, através da realização de entrevistas a pessoas que directa ou indirectamente exercem funções de comando de forças vocacionadas para o restabelecimento e manutenção da ordem Pública.



### 4.3. HIPÓTESES

**H<sub>1</sub>:** A reestruturação orgânica da GNR trouxe benefícios, no que respeita à articulação das diversas valências empenhadas num eventual cenário de alteração da ordem pública.

**H<sub>2</sub>:** Todos os militares que integram forças de RMOP a cavalo na USHE e forças de MOP na UI, estão habilitados com o respectivo curso de manutenção de ordem pública e preparados para desempenhar estas funções.

**H<sub>3</sub>:** Os militares que compõem as forças de RMOP a cavalo existentes na USHE e na UI estão preparados para actuar em conjunto com as outras valências numa eventual missão deste âmbito.

**H<sub>4</sub>:** Nos conteúdos dos cursos de RMOP ministrados na UI e na USHE, está contemplado um módulo referente à articulação de Forças.

**H<sub>5</sub>:** Existe doutrina de empenhamento conjunto<sup>15</sup> das diversas valências que actuam nas missões de RMOP

**H<sub>6</sub>:** Os treinos conjuntos entre as diversas valências empenhadas em missões de RMOP, são adequados, ocorrem frequentemente e são suficientes para satisfazer as eventuais necessidades operacionais.

### 4.4. UNIVERSO DE ANÁLISE E ESCOLHA DA AMOSTRA

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2008) ao se circunscrever o campo das análises empíricas tem que se ter em conta factores tais como o espaço geográfico e social, sendo que desta circunscrição podem ocorrer duas situações, das quais, a primeira apresentada por estes autores é o facto de o objecto do trabalho definir, ele próprio, na verdade, os limites da análise.

Fazendo uma análise ao objecto de estudo e verificando que este assenta sobre as implicações da reestruturação da GNR no RMOP, nomeadamente no que respeita à articulação e empenhamento conjunto da valência de Cavalaria com as restantes valências

---

<sup>15</sup> O empenhamento conjunto pressupõe a utilização de uma força conjunta, a qual por sua vez, segundo o Manual de Tática Geral e Operações Militares I da Academia Militar (1998, p.70), consiste em: “Força constituída por elementos significativos de mais de um ramo das Forças Armadas, subordinados ao mesmo Comandante. Pressupõe uma certa permanência no tempo”. Deste modo, uma vez que estamos perante a junção de diversas valências que se articulam de forma a constituir um conjunto sólido, o termo utilizado para o emprego desta articulação de forças é empenhamento conjunto.

empenhadas em missões deste âmbito, verificou-se que estávamos perante um caso similar ao anteriormente exposto. Por este motivo o universo de análise é constituído pelos Oficiais da GNR que desempenham funções de Comando, Direcção ou Chefia directamente relacionadas com o empenhamento de forças de RMOP numa missão desta natureza.

Relativamente à amostra, Quivy e Campenhoudt (2008) apresentam-nos três possibilidades: estudar a totalidade da população, estudar uma amostra representativa da população e em terceiro lugar estudar componentes não estritamente representativas, mas características da população. Atendendo a que nesta pesquisa se pretende fazer uma abordagem qualitativa, neste estudo procura-se *“a diversidade e não a homogeneidade, e, para garantir que a investigação abordou a realidade considerando as variações necessárias, é preciso assegurar a presença da diversidade dos sujeitos ou das situações de estudo”* (Guerra, 2010, p. 41) e ainda *“pretende-se representar expectativas de indivíduos de diferentes culturas ou classes [...], em função de variáveis que são estratégicas, para obter a maior diversidade possível de opiniões face ao objecto estudado”* (Guerra, 2010, p. 41). Deste modo optou-se então pela terceira possibilidade enunciada por Quivy e Campenhoudt (2008) e procurou-se que a amostra compreendesse uma representação dos Oficiais com funções e responsabilidades no que respeita ao empenhamento das forças de ordem pública, quer ao nível do Comando Operacional (CO), ao nível do Grupo de Intervenção de Ordem Pública (GIOP) e Grupo de Honras de Estado (GHE), paralelamente ao nível do comando da GNR, do escalão Companhia do GIOP e Esquadrão de Cavalaria da USHE e por fim ao nível do escalão Pelotão do GIOP e USHE, conforme caracterizado no Quadro 4.1.

Observando o anteriormente referido, e ainda que esta amostra visa “estudar componentes não estritamente representativas, mas características da população” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.162), isto é, procura obter opiniões diversificadas, o método de amostragem obedeceu a critérios que se prendem com a diferenciação dos indivíduos quanto à tipicidade das funções desempenhadas, ao seu conhecimento sobre a temática abordada, experiência profissional relacionada com a realidade em questão e por fim de acordo com os níveis de responsabilidade sobre o empenhamento de forças de RMOP.

Quadro 4.1: Caracterização da amostra.

Entrevistados	Género	Idade	Posto	Arma	Função	Unidade	Tempo de Serviço
1	M	47	Tenente-Coronel	Cavalaria	Chefe da Divisão de Estudos, planeamento e Organização da Direcção de Operações	CO	24
2	M	48	Tenente-Coronel	Cavalaria	Chefe da Divisão de Emprego das Forças	CO	24
3	M	47	Tenente-Coronel	Cavalaria	Cmdt do GHE	USHE	24
4	M	41	Major	Infantaria	Cmdt GIOP	UI	15
5	M	32	Capitão	Cavalaria	Cmdt 3º Esquadrão e Cmdt do Esquadrão RMOP	USHE	7
6	M	31	Capitão	Infantaria	Cmdt Companhia MOP	UI	7
7	M	30	Tenente	Cavalaria	Cmdt. Pelotão RMOP	USHE	5
8	M	27	Tenente	Infantaria	Cmdt. Pelotão MOP	UI	5

#### 4.5. INSTRUMENTOS E TÉCNICAS

Na fase exploratória realizaram-se entrevistas não directivas, com o objectivo de se delimitar o objecto de estudo e conhecer mais pormenorizadamente a realidade das unidades da GNR e respectiva articulação das forças, decorrente das alterações impostas pela nova lei que aprova a orgânica da GNR. Estas entrevistas tiveram um cariz informal, que mais não foram do que uma tentativa de aproximação do investigador à temática e à realidade da instituição.

Como anteriormente referido também foi realizada uma pesquisa bibliográfica em diversas bibliotecas e arquivos documentais de instituições e Estabelecimentos de Ensino, a qual permitiu através de uma análise documental elaborar a parte teórica deste Trabalho.

Tendo em vista a realização de um trabalho de investigação, o que impõe a utilização de métodos e técnicas de recolha de informação que, por conseguinte, permita a prossecução da validação das hipóteses elaboradas e a resposta ao problema inicialmente formulado, nesta parte do trabalho de Campo o método fundamental de investigação utilizado foi o método inquisitivo, através da aplicação de entrevistas.

As entrevistas realizadas têm um cariz semi-directivo, tal como definido por Quivy & Campenhoudt (2008) “*caracteriza-se por ser tendencialmente longa, ter um número de*

*perguntas reduzido, dirigidas predominantemente sobre a experiência do entrevistado no assunto em questão”.*

Uma vez que existem diversas formas de abordagem ao problema em foco e que “os métodos de recolha e os métodos de análise dos dados são normalmente complementares e devem, portanto, ser escolhidos em conjunto, em função dos objectivos e das hipóteses de trabalho” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.185), decorrente da análise dos objectivos de estudo, considerou-se que nem todos os resultados obtidos seriam quantificáveis, tendo-se optado por uma abordagem que permitisse um tratamento qualitativo dos dados recolhidos mas que se caracterizasse por ser cientificamente correcta.

Desta forma, e tendo em consideração o objectivo de se estudar as implicações da reestruturação da GNR no RMOP no plano da articulação das forças de RMOP a Cavalos com as restantes valências, procedeu-se à elaboração prévia de um guião<sup>16</sup> de entrevista, cujo teor do questionário nele constante, foi elaborado com base nas questões derivadas do problema central e visando direccionar a entrevista para as hipóteses levantadas durante a investigação.

Em suma, o método de recolha de dados utilizado foi a entrevista, mais concretamente a entrevista semi-directiva, conforme a classificação atribuída por Quivy e Campenhoudt (2008, p.192), uma vez que a sua estrutura nem é “inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas [...] «deixará andar» o entrevistado para que este possa falar abertamente [...] O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objectivos”.

#### **4.6. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO**

Neste capítulo podemos verificar que foram aplicados nas diversas fases da investigação diversos métodos, cada um tendo em vista o alcance do objectivo proposto para cada uma das referidas fases da elaboração do presente trabalho.

Numa fase inicial procedeu-se à realização de entrevistas exploratórias e à análise documental, de forma a perscrutar o estado da arte e enquadrar teoricamente o trabalho. Numa fase posterior pretendeu-se realizar, através da execução de entrevistas semi-directivas<sup>17</sup>, um trabalho de campo, o qual pudesse fornecer-nos dados, que por sua vez, permitissem validar ou refutar as hipóteses formuladas, e em última instância, a resolução do problema central anteriormente definido.

---

<sup>16</sup> Vide Apêndice A

<sup>17</sup> Vide Apêndices B a I

## CAPÍTULO 5 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 5.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo pretende-se fazer uma apresentação e por conseguinte a análise dos resultados das respostas dadas pelos inquiridos.

O tratamento dos resultados obtidos é aqui realizado através de um conjunto de quadros de análise, em que cada um corresponde a uma questão que foi colocada aos inquiridos e onde constam as respectivas respostas obtidas. Deste modo permitiu-se fazer um cruzamento das referidas respostas e por conseguinte uma comparação crítica e discussão do seu conteúdo.

As respostas obtidas foram alvo de tratamento, o qual visou retirar o excesso de informação em prol da objectividade e da simplicidade dos dados que se pretendiam recolher, tendo em conta os objectivos mencionados.

### 5.2. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

#### 5.2.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO Nº1

No quadro 5.1 apresenta-se a análise de conteúdo à questão nº 1 - ***Considera que a reestruturação da GNR trouxe benefícios no que respeita ao empenhamento conjunto de forças de cavalaria com as restantes valências numa eventual missão de RMOP?***

Quadro 5.1: Análise de resultados da questão nº1.

Respostas	Afirmativa	Negativa	Argumentação
Entrevistado Nº1	X		<ul style="list-style-type: none"><li>• Com a nova reorganização da Guarda, criou-se um imperativo legal em que a USHE deverá manter sempre em prontidão um Esquadrão de RMOP para reforçar a UI em caso de alteração da ordem pública;</li><li>• De mais-valias poderá ter sido equacionado a constituição dentro da USHE, de um esquadrão de RMOP, que diariamente trabalha, que diariamente está preparado, que vai fazer exercícios conjuntos de</li></ul>

			<p>forças apeadas e forças a cavalo, antigamente não existia este esquadrão constituído em ordem de batalha;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A Guarda só ganhou com isso, ou seja, tem os meios, utiliza os meios para o desenvolvimento das suas tarefas, obrigatoriamente que no que diz respeito ao restabelecimento e manutenção de ordem pública, a missão primária daquele efectivo é estar em condições para poder actuar, quer seja sozinho quer seja conjuntamente nas acções de restabelecimento e manutenção de ordem pública.</li> </ul>
Entrevistado Nº2		X	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em termos de empenhamento de forças conjuntas no âmbito do RMOP, não houve grandes alterações;</li> <li>• Antes da reestruturação, existiam duas unidades de reserva, o Regimento de Cavalaria e o Regimento de Infantaria, que eram unidades separadas e muitas vezes os treinos que existiam, eram fruto dos comandantes directos das forças;</li> <li>• Com a reestruturação orgânica, continuam a pertencer a duas unidades diferentes.</li> </ul>
Entrevistado Nº3	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• A única influência, consequência, “benefício” que se poderá deduzir é que está consagrada na lei orgânica que a USHE tem um Esquadrão em prontidão.</li> </ul>
Entrevistado Nº4		X	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esta nova reorganização orgânica da Guarda, não trouxe nem mais-valias nem menos-valias à ordem pública a Cavalo relacionada com a ordem pública apeada;</li> <li>• O que se poderia ter criado com esta nova reorganização, era uma estrutura física que suportasse colocarmos a UI com um Esquadrão a Cavalo dentro da UI, aí sim, poderíamos ter mais-valias no que respeita à organização, à coordenação, ao treino e ao próprio comando da força.</li> </ul>
Entrevistado Nº5	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Houve uma coisa boa que resultou da reestruturação, que foi, internamente dentro da nossa unidade, conseguimos estruturar melhor a ordem pública, ou seja, temos dentro dos esquadrões a cavalo, os pelotões de RMOP sempre nomeados e toda a gente sabe quem faz parte e quem não faz;</li> <li>• Muitas vezes iam os que estavam disponíveis e nem sempre eram os que tinham as habilitações para desempenhar essas funções, agora</li> </ul>

			<p>não;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A nível interno da USHE, penso que a reestruturação acabou por trazer alguma arrumação, no entanto relativamente ao empenhamento conjunto com as restantes valências acho que se mantém tudo na mesma.</li> </ul>
Entrevistado N°6	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relativamente a esta reestruturação, o que trouxe de novo para as forças do Grupo de Intervenção de Ordem Pública, foi efectivamente associar um Esquadrão da USHE a esta questão do restabelecimento da ordem pública em conjunto com o GIOP, e esta foi a grande mais-valia;</li> </ul>
Entrevistado N°7	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim, uma vez que com a reestruturação a USHE passou a ceder à Unidade de Intervenção um esquadrão RMOP para actuação em conjunto com as forças de ordem pública de infantaria e cinotécnica desta unidade;</li> <li>• Resultou numa mais-valia, pois as coisas começam a andar mais conjugadas e os esforços começam a ser outros, embora os treinos pudessem ser em maior número mas a falta de efectivo não o permite;</li> <li>• Enquanto antes havia uma escala de prevenção e toda a gente que estava saía para integrar a força de restabelecimento e manutenção de ordem pública, agora não, agora sai os homens que pertencem ao esquadrão de prevenção.</li> </ul>
Entrevistado N°8		X	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com a reestruturação, penso que não houve grandes alterações, nós estamos aqui, a Cavalaria está do lado de lá e a ligação que existe agora é praticamente a mesma que existia no antecedente, talvez devido à falta de tempo e de oportunidades;</li> <li>• No fundo a reestruturação orgânica veio plasmar na lei que a USHE mantém um esquadrão RMOP em prontidão para reforçar a UI, mas na prática não se verifica uma permanente ligação connosco, ao contrário do que aconteceu com a Cinotécnia;</li> <li>• A reestruturação da GNR veio no fundo trespassar para o papel o que já vinha a ser feito.</li> </ul>

O objectivo desta questão era determinar quais as alterações que advieram da reestruturação orgânica da GNR, no que respeita ao restabelecimento e manutenção da ordem pública, particularmente quais foram as mais-valias no que tange à articulação das

forças que actuam no espectro das missões de RMOP e quanto ao seu empenhamento conjunto neste âmbito.

Analisando as respostas a esta questão pode-se observar que as opiniões não são consensuais, tendo os entrevistados nº 1, nº 3, nº 5, nº 6 e nº 7 considerado que resultaram da reestruturação orgânica mais-valias no que respeita ao assunto que se pretendeu abordar nesta questão, apontando como argumentos a existência efectiva de um imperativo legal que estabelece que a USHE passa a ter responsabilidades no que toca ao desempenho de funções no âmbito das missões de RMOP, que este imperativo legal potencia a preparação das forças de cavalaria para o desempenho destas missões, que os esquadrões de RMOP passaram a ter militares mais habilitados para o desempenho destas funções, que houve um incremento da conjugação dos esforços e dos treinos conjuntos o que resulta num maior grau de preparação para actuarem em conjunto e por fim que veio trazer uma melhor organização ao nível interno da USHE no que respeita à temática da ordem pública.

Por seu lado os entrevistados nº 2, nº 4 e nº 8 consideram que não advieram quaisquer benefícios desta reestruturação, pois apenas se tratou de uma alteração a nível dos normativos legais e que não resultou na prática em quaisquer melhorias quanto à articulação das forças e actuação conjunta, mantendo-se a situação já existente anteriormente, sendo apontado como caso análogo de sucesso a junção da valência cinotécnica à UI e que uma unidade que suportasse as três valências seria um benefício para a articulação das forças e actuação conjunta perante um cenário de alteração da ordem.

### 5.2.2. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO Nº2

No quadro 5.2 apresenta-se a análise de conteúdo à questão nº 2 - ***Estarão os militares que compõem as forças de RMOP sobre o seu comando preparados para desempenhar as funções que lhe forem atribuídas neste âmbito?***

Quadro 5.2: Análise de resultados da questão nº2.

Respostas	Afirmativa	Negativa	Argumentação
Entrevistado Nº1	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quer na Unidade de intervenção, quer na Unidade de Segurança e Honras de Estado, existem cursos específicos para habilitar os militares para as tarefas e missões que têm que desempenhar, portanto, na USHE existe o curso de restabelecimento e manutenção de ordem pública e na UI um curso idêntico.</li> </ul>



Entrevistado Nº2	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eu penso que sim, o que é um facto é que olhamos para o pessoal da Unidade de intervenção e estes têm cumprido bem a missão, o pessoal de Cavalaria não tem sido chamado tanta vez a intervir no âmbito do restabelecimento e manutenção da ordem pública, mas quando é chamado fá-lo também da melhor forma.</li> </ul>
Entrevistado Nº3	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Temos vindo a ministrar vários cursos por ano, para preparar a maior quantidade de militares possível para desempenhar estas funções;</li> <li>• Temos sido comentados por outros países da Europa e do mundo, Brasil nomeadamente, comentários elogiosos sobre a nossa forma de actuar e sobre os nossos cursos, inclusivamente temos tido indivíduos doutras nacionalidades a frequentar os nossos cursos;</li> <li>• Todos os militares que compõem este esquadrão têm o curso de RMOP para cavalaria.</li> </ul>
Entrevistado Nº4	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Neste momento dentro dos cenários que até ao momento temos enfrentado no terreno, as forças têm-se demonstrado completamente preparadas.</li> </ul>
Entrevistado Nº5	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Penso que sim, que estão preparados;</li> <li>• Temos tido mais treinos ultimamente desde a reestruturação orgânica e a ordem pública está mais presente como uma prioridade.</li> </ul>
Entrevistado Nº6	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• É aqui ministrado um curso de ordem pública aos militares do GIOP, o primeiro degrau é a formação da ordem pública para nós, para uma actuação apenas sozinhos, tendo em vista a cooperação interna e actuação conjunta das nossas forças, são sete semanas de curso e o objectivo é o desenvolvimento de técnicas individuais, desenvolvimento também de técnicas de pelotão, trabalhando-se muito ao nível do pelotão;</li> <li>• Sim todos os militares estão preparados para o desempenho dessas funções.</li> </ul>
Entrevistado Nº7	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim, todos os homens que integram este esquadrão estão habilitados com o curso, e tecnicamente preparados para desempenhar estas funções.</li> </ul>

Entrevistado Nº8	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim, nesta matéria de ordem pública estão completamente preparados.</li> </ul>
---------------------	---	--	---

Esta questão teve por objectivo determinar se os entrevistados consideravam que os militares sobre o seu comando estavam preparados para desempenhar as funções que lhes estão atribuídas, perante a necessidade de actuarem numa acção de restabelecimento e manutenção de ordem pública ou se existia alguma lacuna na sua formação e/ou instrução que os limitasse neste aspecto.

As respostas a esta questão foram todas afirmativas. Na verdade, todos os entrevistados consideram que os militares sobre o seu comando estão na posse dos conhecimentos necessários e dotados tecnicamente para o desempenho destas funções.

É de referir que de acordo com os dados recolhidos nesta questão todos os militares que compõe o efectivo dos esquadrões de RMOP da USHE, bem como os que integram os pelotões de MOP da UI, estão habilitados com os respectivos cursos de manutenção de ordem pública.

É, também, transversal a todas as respostas o facto de o sucesso alcançado até agora nas missões onde foram empenhadas as diversas valências, demonstrar o nível das capacidades e a preparação que estas forças detêm, sendo ainda de frisar o facto de o entrevistado nº 3, em razão da sua função, ter recebido o reconhecimento internacional de outras forças policiais ao ponto de o curso ministrado na sua unidade ter sido ministrado também a indivíduos de outras nacionalidades.

### 5.2.3. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 3

No quadro 5.3 apresenta-se a análise de conteúdo à questão nº 3 - ***Estes militares estão preparados para actuar em conjunto com os militares das outras valências numa acção de manutenção de ordem pública?***

Quadro 5.3: Análise de resultados da questão nº3.

Respostas	Afirmativa	Negativa	Argumentação
Entrevistado Nº1	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquando do Euro 2004 em que tivemos forças de RMOP apeadas e a cavalo, houve um trabalho conjunto, nomeadamente no acompanhamento das claques, fizeram-se cordões de acompanhamento conjuntamente com forças a cavalo e apeadas e até com binómios cinotécnicos;</li> <li>• Tem de haver uma coordenação e um treino conjunto para que as</li> </ul>

			<p>peessoas saibam o que cada uma tem que fazer;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Penso que sim, que estão preparados.</li> </ul>
Entrevistado Nº2	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para se conseguir uma perfeita coordenação, trabalho de conjunto, que as coisas saiam bem, não basta que a lei que aprova a orgânica da GNR diga que a USHE cede um esquadrão a cavalo à Unidade de Intervenção para restabelecimento e manutenção de ordem pública;</li> <li>• Se não houver exercícios conjuntos, se não houver preparação do pessoal, se não estiverem bem a cavalo, se os militares não estiverem habilitados com o curso de manutenção de ordem pública a cavalo, portanto tudo o que seja formação e treino é fundamental;</li> <li>• Eu penso que sim, os cursos continuam a decorrer nas respectivas unidades.</li> </ul>
Entrevistado Nº3	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• A actuação conjunta é a melhor forma de actuar, colmata os pontos fracos de qualquer uma das valências, tornando-se numa mais-valia num cenário de alteração da ordem pública;</li> <li>• Existem treinos, agora não existem treinos suficientes, nesse aspecto eu penso que estamos aquém do número de treinos suficientes;</li> <li>• Muitas vezes só fazemos para demonstrações, ou só no final do curso, mas no entanto devia haver mais treinos conjuntos quer com as forças de Infantaria bem como com as forças de cinotécnia;</li> <li>• Deste ponto de vista os militares podiam estar mais bem preparados para actuar em conjunto.</li> </ul>
Entrevistado Nº4	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Já tivemos várias intervenções, das mais recentes talvez no Euro 2004 e Carlsberg Cup 2010, em que actuámos com a Cavalaria em situações de RMOP e correu tudo bem;</li> <li>• Pós reestruturação da GNR a situação mantém-se, sempre que há possibilidade fazemos treinos conjuntos e demonstrações, quando há finais de cursos de uns e de outros temos feito também exercícios conjuntos já com efectivos maiores;</li> <li>• Neste momento as forças conseguem trabalhar em conjunto, no entanto se a força estivesse toda concentrada e se os treinos fossem diários, sem dúvida nenhuma que atingíamos outro nível.</li> </ul>

Entrevistado Nº5	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Por vezes ainda existe alguma falta de coordenação. O que não quer dizer que não estejam, mas estou convencido que tem acontecido várias vezes que quando vamos trabalhar com as outras valências e precisamos de fazer alguma coisa as coisas acontecem e correm bem;</li> <li>• Dizer agora assim de repente, “Juntamo-nos todos e vamos fazer uma operação”, estou convencido que haveria ali algumas coisas que não iriam ser fáceis.</li> </ul>
Entrevistado Nº6	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• São muitas as instruções de organização ao nível de pelotão, por exemplo, onde já se juntou teoricamente a utilização dos meios cinotécnicos e de Cavalaria;</li> <li>• Durante o curso são muitas as vezes em que se faz a introdução dessas valências, para eles saberem teoricamente como é que nós funcionaríamos nestas forças, acabando o curso de ordem pública e fruto da aproximação que houve deste esquadrão com o GIOP, fazem-se exercícios finais, onde eles se vão apercebendo daquilo que teoricamente foi falado durante o curso e como é que é realmente na prática;</li> <li>• Neste momento sim, todos os elementos do GIOP têm noção do funcionamento em conjunto.</li> </ul>
Entrevistado Nº7	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim, sem dúvida que sim, desde que se começou a falar da reestruturação orgânica da GNR, que passou a haver uma maior acuidade com esta situação e passaram os treinos a comportar as três valências;</li> <li>• O grande problema advém do facto de, com o défice de efectivo e com o empenhamento operacional que as duas unidades têm, não haver possibilidade de se efectuarem treinos regulares.</li> </ul>
Entrevistado Nº8	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim estão, os nossos militares já estão sensibilizados para isto, já tiveram várias experiências tanto no Euro 2004 como depois disso, recentemente na taça Carlsberg, tem havido bastantes serviços nomeadamente em eventos desportivos e culturais, nos quais a Cavalaria está presente e o pessoal sabe trabalhar com eles, sabe as capacidades que eles têm e as suas limitações.</li> </ul>

O objectivo desta questão era saber se os diversos comandantes das forças de ordem pública, cada um ao seu nível de comando, considerava que as forças a cavalo e a pé, face a uma eventual necessidade operacional, estavam preparadas para desencadear uma actuação conjunta.

Decorrente da análise efectuada às diversas respostas obtidas, podemos considerar que todos os intervenientes estão em sintonia no que respeita ao sucesso das forças perante uma situação de alteração da ordem em que sejam empenhadas em conjunto as valências a pé com a valência de cavalaria. São aqui apontados como exemplos de sucesso o Euro 2004 e a final da taça Carlsberg em 2010, onde houve um empenhamento conjunto das diversas valências que actuam no âmbito do restabelecimento e manutenção de ordem pública e no qual se obtiveram bons resultados.

Embora se possa concluir que todos os entrevistados consideram que as forças estão preparadas para actuar em conjunto, podemos observar em algumas respostas, nomeadamente na resposta dada pelos entrevistados nº 3, nº 4 e nº 5, que ainda não se atingiu o nível desejado de coordenação e articulação destas valências e que estas poderiam estar mais bem preparadas neste âmbito de empenhamento conjunto. Foram apontadas como razões para este facto, pelos entrevistados nº 3, nº 4 e nº 7, a falta de efectivo suficiente para realizar os treinos conjuntos devido ao grande empenhamento operacional e a realização mais regular destes exercícios, que muitas vezes acabam por acontecer apenas nos finais do curso de RMOP da USHE ou nas demonstrações solicitadas.

#### 5.2.4. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO Nº 4

No quadro 5.4 apresenta-se a análise de conteúdo à questão nº 4 - ***Existe uma doutrina de empenhamento de conjunto e esta é constante dos currículos dos cursos de RMOP?***

Quadro 5.4: Análise de resultados da questão nº4.

Respostas	Afirmativa	Negativa	Argumentação
Entrevistado Nº1		X	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A nível de doutrina não existe, que eu tenha conhecimento, um documento doutrinário, existem ideias que estão a ser trabalhadas, que estão a ser postas em execução;</li> <li>• Há durante a realização dos cursos treinos conjuntos para que as pessoas possam ter um período de teoria e depois possam aplicar na prática o que lhes foi ministrado;</li> <li>• Não existe um documento onde esteja taxativamente dito qual é a</li> </ul>

			doutrina segundo a qual se deve actuar no emprego das duas valências conjuntamente.
Entrevistado Nº2		X	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quanto à existência de uma doutrina de actuação conjunta penso que não. Existe um manual de manutenção de ordem pública do Regimento de Infantaria, existe também qualquer coisa escrita do Regimento de Cavalaria, agora um documento oficial de actuação conjuntas das várias valências, eu não tenho conhecimento que exista;</li> <li>• Quando criámos o curso de RMOP a cavalo no Regimento de Cavalaria, uma das questões que salvaguardámos foi exactamente essa, isto é, dar a conhecer ao pessoal que estava a fazer o curso, as possibilidades das forças apeadas, inclusive durante o curso faziam-se exercícios finais conjuntos, chegou-se ainda a falar na altura em tentar fazer coincidir os cursos para depois fazerem um exercício final em conjunto.</li> </ul>
Entrevistado Nº3		X	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efectivamente não existe uma doutrina de conjunto. No entanto está agora a fazer-se um esforço para criar essa doutrina de conjunto, era fundamental que houvesse essa doutrina;</li> <li>• Não é uma matéria que se possa beber em muitos países da Europa, porque há poucos países na Europa e no mundo que estejam mais desenvolvidos que nós neste âmbito. De qualquer forma haveria de se fazer um estudo sobre a melhor forma de se criar doutrina e avançar nesse sentido.</li> </ul>
Entrevistado Nº4		X	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Até ao momento não existe absolutamente documento nenhum que tenha doutrina de empenho, em termos das forças que podemos designar de combinadas;</li> <li>• Não existe nada, existe na realidade um documento feito por mim, que propus para que passasse a fazer parte, ou que fosse avaliado como possível doutrina ou como base para uma possível doutrina de acções conjuntas em ordem pública, no entanto até ao momento não houve qualquer feedback;</li> <li>• É o único documento que existe, em que numa primeira parte propõe um modelo de utilização de força em ordem pública e depois a utilização da Infantaria conjuntamente com Cavalaria e a Cinotécnia, isto poderia ser uma boa base para ser ministrado nos cursos de ordem pública das três valências, e possivelmente ser um ponto de partida para se criar doutrina</li> </ul>

Entrevistado Nº5	X		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sim existe, sempre existiu, o manual é muito recente, a doutrina vai sempre evoluindo.</li> </ul>
Entrevistado Nº6		X	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para que seja uma doutrina temos que nos apoiar em alguma coisa que esteja escrito e se formos ver se neste momento temos algum manual concebido, aprovado para uma actuação conjunta destas forças este não existe;</li> <li>• Existe sim, umas referências, experiências acumuladas e passadas dos mais velhos para os mais novos sobre formas de actuação, e tem sido assim ao longo dos últimos anos;</li> <li>• Neste momento já existe um manual que está preparado, sei que este manual foi feito com o contributo das três peças de manobra, se assim as pudermos chamar, ou seja das forças do GIOP, das forças da Cavalaria e das forças da Cinotécnia;</li> <li>• O manual espera que seja aprovado, para conceder esta doutrina, porque só com doutrina escrita é que poderá ser constante nos cursos, porque senão houver uma doutrina de base, isto vai flutuando ao sabor dos comandantes que vamos tendo e das suas ideias;</li> <li>• Quanto à doutrina de empenhamento conjunto, nós aqui no GIOP abordamos teoricamente nos cursos de ordem pública esta área. Também nos cursos de RMOP da USHE, somos convidados para passar algumas horas a falar com os elementos em curso, para explicar na vertente de Infantaria, a nossa forma de actuação e como nos encaixamos nas acções de restabelecimento e manutenção da ordem.</li> </ul>
Entrevistado Nº7		X	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A doutrina é algo que está a ser criado, cada uma das valências deu o seu parecer e contributo para um manual de forças conjuntas para restabelecimento e manutenção e ordem pública que englobava a Infantaria, a Cavalaria e a Cinotécnia, o qual não tenho conhecimento que esteja aprovado.</li> <li>• Não estando aprovado não se pode considerar que exista uma doutrina de empenhamento conjunto;</li> <li>• Quanto aos cursos estas questões são abordadas, tanto que aqui sempre que há um curso de restabelecimento e manutenção de ordem pública, nos exercícios finais na última semana há treinos com as três valências e ainda durante o curso vem cá um oficial da UI durante três horas falar sobre a articulação das forças.</li> </ul>

Entrevistado Nº8		X	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A doutrina não existe de facto, durante o curso de ordem pública não era abordada a parte de Cavalaria, contudo têm sido feitos no âmbito dos exercícios finais dos cursos de RMOP da USHE exercícios conjuntos, têm também sido feitas demonstrações conjuntas e os militares sabem mais ou menos como funcionam as coisas, e nós antes de irmos também damos umas instruções de actualização;</li> <li>• Quanto a uma doutrina de empenhamento conjunto ela é falada, mas para já não existe, quando o manual sair e for aprovado ela passa a existir, enquanto não for ela não está materializada, logo não existe</li> </ul>
---------------------	--	---	---

Com a realização desta questão pretendia-se que os entrevistados se pronunciassem acerca da existência ou não de uma doutrina de empenhamento conjunto de forças em matéria de ordem pública, bem como se esta era abordada no âmbito dos cursos de ordem pública ministrados na UI e na USHE. A colocação desta questão prende-se com o facto de se considerar fundamental que, uma vez que as forças actuam em conjunto, se considera fulcral a existência desta doutrina para que haja uma boa articulação e coordenação entre as forças, bem como para que haja uma coerência nos cursos de ordem pública ministrados em ambas as unidades e que os elementos possam “falar a uma só voz”.

Resultante da análise às respostas obtidas, verificamos que a resposta tende para a negativa uma vez que apenas o entrevistado nº 5 considera que esta doutrina existe de facto, embora reconhecendo que ela não está materializada. Das várias respostas obtidas podemos compreender que não existe de facto uma doutrina de empenhamento conjunto, mas que por outro lado foi elaborado um manual com a participação activa da valência equestre, da Infantaria e cinotécnia. No entanto o manual não está aprovado, o que implica que não exista um documento doutrinário oficial e que possa servir de base de estudo e ser ministrado aos formandos dos cursos de ordem pública.

Outra das questões que se pode aferir prende-se com a estrutura curricular dos cursos, a qual não compreende a existência de um módulo de articulação de forças, existindo apenas uma abordagem superficial à temática que consiste numa explicação aos formandos acerca das potencialidades das diversas valências e na realização, no final do curso de RMOP ministrado na USHE, de um exercício conjunto, o qual compreende as três valências.

Por fim importa de destacar dois aspectos constantes das respostas obtidas, o primeiro é a alusão do entrevistado nº 3 à criação desta doutrina, onde refere que esta apresenta uma dificuldade acrescida, uma vez que terá que ser um trabalho de raiz, visto que não há muitos países onde beber esta doutrina, pois internacionalmente não existe



muitos países onde esta temática esteja mais desenvolvida do que no nosso, por outro lado o entrevistado nº 6 refere-se à doutrina existente como resultante de referências e experiências acumuladas, que vão passando dos mais antigos para os mais modernos mas que, no entanto, não existe nada materializado como documento doutrinário.

### 5.2.5. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO Nº5

No quadro 5.5 apresenta-se a análise de conteúdo à questão nº 5 - ***São os treinos conjuntos entre as diversas valências empenhadas em missões de RMOP, adequados, frequentes e suficientes, para satisfazer as eventuais necessidades operacionais?***

Quadro 5.5: Análise de resultados da questão nº5.

Respostas	Argumentação
Entrevistado Nº1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aqui no Comando Operacional não temos dados concretos que nos possam dizer se os números de treinos são suficientes ou insuficientes. Partimos da premissa de que tendo sido constituídas forças tecnicamente habilitadas e preparadas, no âmbito das suas próprias obrigações, são levados a cabo os treinos conjuntos que entendem, a fim de manter o grau de prontidão e de capacidade dessas forças.</li> </ul>
Entrevistado Nº2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A ideia que tenho é que existiu durante alguns anos treinos conjuntos, pelo menos de quinze em quinze dias. Neste momento não sei se estes se mantêm.</li> </ul>
Entrevistado Nº3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As necessidades de actuar não têm sido muitas, pelo menos actuar na máxima força, de qualquer forma eu acho que devia haver mais treinos e devia-se criar uma doutrina conjunta para que isto funcionasse melhor;</li> <li>• Não é fácil, porque este esquadrão além disto faz o resto do serviço da unidade e, é um esquadrão que é criado por derrame dos outros dois, de toda a maneira devia-se fazer um esforço no sentido de haver mais treinos e do pessoal das várias valências da ordem pública estar mais entrosado e mais treinado neste tipo de actuações.</li> </ul>
Entrevistado Nº4	<ul style="list-style-type: none"> <li>• São os possíveis, pois eu considero que os treinos nunca são suficientes, porque há sempre pormenores a limar e conforme se vai aumentando o nível de exigência mais precisamos de continuar a treinar;</li> <li>• Neste momento estamos a treinar o possível, quando temos força disponível de um e outro lado juntamo-nos e fazemos treinos. Os empenhamentos operacionais são tantos que, neste momento quanto à instrução cada vez menos temos possibilidade de a conseguirmos, mas sempre que há possibilidade de juntarmos o esquadrão com pelo menos uma companhia</li> </ul>

	nossa, fazemos isso.
<b>Entrevistado Nº5</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não, considero que não são suficientes. Não são adequados, nem frequentes nem suficientes;</li> <li>• Como nós não conseguimos, economicamente e na prática, ter um esquadrão em exclusivo para a ordem pública, acontece que esse esquadrão está sempre empenhado em fazer de tudo;</li> <li>• A única solução seria ter um esquadrão só para fazer RMOP, mas isso relativamente ao custo versus rentabilidade iria sair muito caro.</li> </ul>
<b>Entrevistado Nº6</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eu considero que os treinos nunca são suficientes, isto é como tudo, a perfeição nunca se alcança, quanto mais tempo tivéssemos para treinar, mais poderíamos treinar, então quando trabalhamos com forças que envolvem cavalos, cães e homens, torna-se mais difícil e são preciso muitas horas para que as coisas comecem a funcionar, agora estes treinos existem, e existem desde a reestruturação e foram empolgados por esta reestruturação;</li> <li>• Não são suficientes, poderíamos ter mais treinos, mas atendendo à actual conjuntura da Guarda e a actual conjuntura de empenhamento do GIOP, do serviço dos esquadrões a cavalo e da cinotécnica, é difícil, porque o serviço exterior prevalece sobre o serviço interno, ou seja, o serviço operacional prevalece sobre a instrução.</li> </ul>
<b>Entrevistado Nº7</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considero que adequados são sempre, suficientes só os resultados obtidos o poderão dizer, quanto a mim era desejável que fosse superior, só não o é porque o empenhamento operacional aliado ao défice de pessoal não permite que haja mais treinos;</li> </ul>
<b>Entrevistado Nº8</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os treinos conjuntos efectivamente não são muitos, são maioritariamente para os exercícios finais dos cursos de RMOP e quando há demonstrações;</li> <li>• A nível de exercício, este normalmente era sempre o mesmo, mas há pouco tempo para cá já têm sido ligeiramente diferentes e mais adequados ao que o pessoal pode encontrar no terreno, desde escoltas, aberturas de itinerários ou cordões de acompanhamento, barragens, tendo sido mais completo.</li> </ul>

A questão aqui em foco foi elaborada com o intuito de perceber a frequência com que a força conjunta treina e se esta é suficiente, bem como se os exercícios conjuntos eram adequados e se estes três factores foram potenciados pela reestruturação orgânica da GNR, numa perspectiva de avaliar a opinião dos entrevistados sobre o grau de preparação das forças conjuntas para suprimir as eventuais necessidades operacionais em matéria de actuação conjunta em restabelecimento de ordem pública.

À excepção dos entrevistados nº 1 e nº2, que em razão das suas funções não têm uma ideia precisa sobre esta questão, conseguimos, no entanto, estabelecer um padrão nas respostas obtidas. Desta forma, torna-se evidente nas respostas dos entrevistados nº 2, nº 3, nº 4, nº 5, nº 6, nº 7 e nº 8 que os treinos não ocorrem frequentemente e também não são os suficientes para satisfazer as eventuais necessidades operacionais, sendo, no entanto, os possíveis e adequados para o efeito.

Nas respostas a esta questão, surge como argumento principal para este insuficiente número de treinos conjuntos o elevado empenhamento operacional das duas unidades aliado ao défice de pessoal que, desta forma, não permite reunir, com frequência, um número de efectivos suficiente para que se possa executar os exercícios ou treinos conjuntos.

É também de referir que, na opinião do entrevistado nº 6, a reestruturação orgânica da GNR veio potenciar a existência destes treinos uma vez que, desde que esta começou a ser implementada, se denota que estes ocorrem mais frequentemente. Por fim, segundo o entrevistado nº 5, o número ideal de treinos só seria possível se o Esquadrão de RMOP estivesse exclusivamente vocacionado e empenhado para este tipo de missões, à semelhança dos Pelotões de ordem pública existentes na UI, pois este ficaria liberto do outro serviço em que é normalmente empenhado, sendo possível reunir efectivo para treinar mais frequentemente.

### 5.2.6. ANÁLISE DE CONTEÚDO À QUESTÃO Nº6

No quadro 5.6 apresenta-se a análise de conteúdo à questão nº 6 - ***Na sua opinião, o que poderia ser feito tendo em vista uma melhoria na articulação das forças de RMOP a Cavalos com as restantes valências?***

Quadro 5.6: Análise de resultados da questão nº6.

Respostas	Argumentação
Entrevistado Nº1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Guarda tem que ter a sua própria doutrina e esta tem de ser feita de acordo com a experiência. A constituição de um documento doutrinário é uma peça fundamental, até para a História da própria instituição, e para o próprio desenvolvimento das tarefas;</li> <li>• A criação de um documento de carácter doutrinário na área do restabelecimento e manutenção da ordem pública tem que ter a participação activa e colaborante de todas as valências implicadas;</li> <li>• Quando tivermos um documento onde esteja tudo aquilo que diz respeito ao RMOP, tipo de formações, o tipo de valências que as podem integrar, as suas tarefas, se cada um deles escrever o que lhes é hoje transmitido verbalmente, era uma mais-valia para o futuro e até mesmo para se fazer a reavaliação dos procedimentos e das técnicas utilizadas, sabendo nós que elas variam fruto do empenho dessas forças no terreno.</li> </ul>

Entrevistado Nº2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O que poderia ter sido feito em primeiro lugar era ficar tudo sobre um comando único, em termos de uma unidade que mantivesse as diversas características, mas que permitisse e impusesse a vontade de uma boa articulação das forças;</li> <li>• Outros aspectos importantes seriam também haver mais treinos conjuntos e não existindo uma doutrina de empenhamento conjunto materializada era importante que esta fosse criada.</li> </ul>
Entrevistado Nº3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Penso que deveria haver muito mais treinos, quer seja com Infantaria da UI, quer seja com a cinotécnica;</li> <li>• Não é fácil, porque este esquadrão além disto faz o resto do serviço da unidade e, é um esquadrão que é criado por derrame dos outros dois, de toda a maneira devia-se fazer um esforço no sentido de haver mais treinos e do pessoal das várias valências da ordem pública estar mais entrosado e mais treinado neste tipo de actuações.</li> <li>• Devia-se sistematicamente fazer debriefings das actuações e dos treinos, que é umas coisas que temos pouco hábito de fazer, em jeito de lições aprendidas, para começarmos a construir uma doutrina conjunta;</li> <li>• Havendo um espaço físico, onde se concentrassem as três valências fundamentais que actuam em ordem pública, onde estas forças só fizessem isso, era a situação ideal, logicamente que iria facilitar muito o entrosamento e os treinos e a quantidade destes, até o próprio relacionamento interpessoal entre a Infantaria a Cavalaria e a Cinotécnica. Existindo um local comum, logicamente que seria muito mais fácil, iria potenciar o relacionamento interpessoal e o treino em geral.</li> </ul>
Entrevistado Nº4	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para mim, para se poder rentabilizar uma força a cavalo ou uma força cinotécnica, tem que haver um comando único das forças de ordem pública, tem que haver uma gestão única das forças de ordem pública e tem que haver uma coordenação única das forças de ordem pública, neste momento as coisas funcionam, estamos a tirar rendimento da utilização da força, mas para rentabilizar ao máximo esta força só colocando num espaço com capacidades físicas para suportar todas as forças de ordem pública, e onde esse espaço permitisse fazer treinos diários;</li> </ul>
Entrevistado Nº5	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em suma o que se poderia fazer era haver mais treinos e haver uma mudança ao nível das mentalidades, ou seja, da cultura organizacional.</li> </ul>
Entrevistado Nº6	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em primeiro lugar, a doutrina, de uma vez por todas tem que ser aprovado um manual de actuação conjunta;</li> <li>• Em segundo, locais de instrução, se tivéssemos um só aquartelamento, se tivéssemos associado a essas instalações, como diversas forças europeias têm, por exemplo a Gendarmerie, no espaço em que o pessoal come e o pessoal dorme, vai-se a pé até ao local de instrução, e é ali que está uma aldeia de instrução, o que facilita e ganha-se tempo;</li> <li>• Em terceiro lugar, penso que deveria haver momentos em que estas forças fossem destacadas para formações, ou seja, a formação, ou a instrução funciona um pouco ao sabor do serviço operacional, se há muito empenhamento não há instrução, se o empenhamento operacional é menor já se tem mais um bocadinho de tempo para treinar;</li> <li>• Se fosse criado realmente, instrumentos para reciclagens ou blocos de instrução e actualização, penso que era mais uma questão que poderia melhorar a articulação das forças, porque quanto mais treinamos, melhor desempenhamos a missão;</li> <li>• Basicamente as três coisas que poderiam melhorar esta articulação eram, uma doutrina</li> </ul>

	definida e aprovada, locais de instrução, algo que favorecesse a instrução, e uma calendarização da instrução.
<b>Entrevistado Nº7</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em primeiro lugar a partir do momento em que seja aprovado um manual onde os procedimentos estejam expressos, ou exista algo concreto no qual trabalhar, logo aí temos uma mais-valia;</li> <li>• Depois a frequência do número de treinos deveria ser superior para se limarem arestas e para que principalmente quem não está habituado a trabalhar com os cavalos, como os militares de infantaria, possa perder o receio de actuar com eles e ao haver mais treino o entrosamento e dinamismo da força conjunta também vai ser muito maior.</li> </ul>
<b>Entrevistado Nº8</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em primeiro lugar era levar a cabo aquele trabalho do manual de empenhamento de forças conjuntas e que este fosse aprovado e depois disto era haver formações aos graduados, pois fazendo-se formações aos graduados já se vai poder fazer a transmissão da informação e conhecimento para o escalão subordinado;</li> <li>• Por fim era fazer exercícios conjuntos mais regulares e na medida do possível enquadrar o curso de ordem pública da Infantaria com o da Cavalaria, em que a parte de ordem pública e controlo de distúrbios pudesse ser trabalhada em conjunto.</li> </ul>

Com esta questão pretendia-se convidar os entrevistados a fazerem uma súmula acerca das questões abordadas durante a entrevista ou de outros assuntos que, do seu ponto de vista, pudessem constituir contributos importantes para que da sua implementação resultasse uma melhor coordenação e articulação das diversas valências que detêm responsabilidades e actuam no âmbito das missões de restabelecimento e manutenção de ordem pública, isto é, entre a valência de Cavalaria e as restantes valências que se encontram concentradas na UI.

Após a análise dos resultados recolhidos a partir das respostas fornecidas, podemos aferir que existem três aspectos fundamentais que os entrevistados consideram importantes para se atingir os objectivos a que se refere esta questão. Estes três aspectos são: em primeiro lugar a criação, aprovação e implementação de uma doutrina comum que verse sobre o empenho, a articulação e a coordenação de forças conjuntas, em segundo lugar a concentração das três valências numa unidade comum, e por fim um aumento considerável da execução de treinos e exercícios conjuntos.

Sobre o primeiro aspecto pronunciaram-se os entrevistados nº 1, nº 2, nº 3, nº 4, nº 6, nº 7 e nº 8, ou seja, todos excepto um, concluindo-se que a concepção de um documento doutrinal de empenhamento de forças conjuntas, é um dos aspectos de relevante importância, não só do ponto de vista do emprego de forças no terreno em acções de RMOP mas, também, do ponto de vista da formação e da instrução dos militares que compõem estas forças.

Relativamente ao segundo aspecto fizeram referência a este os entrevistados nº 2, nº 3, nº 4 e nº 6, considerando todos eles que a constituição de uma unidade comum, com um

comando único, uma gestão e coordenação única das forças de ordem pública, seria benéfico e o caminho certo a percorrer, de modo a potenciar-se o treino conjunto, tendo em vista uma melhoria da articulação das forças e consequente incremento do seu grau de preparação e melhoria das relações interpessoais dos militares que integram a diversas valências que actuam em ordem pública. Alusão a este aspecto fez o entrevistado nº 6, o qual argumenta que um dos imperativos da actuação das forças de ordem pública é o conhecimento mútuo e criação de laços que no terreno do ponto de vista da coesão e do espírito de corpo serão muito importantes na obtenção do sucesso.

O terceiro aspecto, à semelhança do anterior, também foi referido por todos os entrevistados à excepção de um, tendo aludido à questão do acréscimo do número de treinos os entrevistados nº 2, nº 3, nº 4, nº 5, nº 6, nº 7 e nº 8, o que atendendo a esta análise poderemos concluir que deste ponto de vista seria de extrema relevância para a articulação das diversas valências um incremento da frequência com que estas executam exercícios conjuntos.

Por fim, outros dois aspectos que se podem considerar relevantes são: a calendarização da instrução, apontada pelo entrevistado nº 6, o qual esclarece que com isso se iria permitir saber com a devida antecedência quando e onde se iria treinar, o que do ponto de vista da gestão dos recursos humanos facilitaria a concentração dos efectivos necessários a integrar os treinos. Por outro lado, o entrevistado nº 3 considera também importante, do seu ponto de vista, a execução de debriefings frequentes, que visassem a análise das actuações e treinos conjuntos de modo a serem retiradas ilações que contribuíssem para a referida execução de uma doutrina de empenhamento conjunto.

### **5.3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Decorrente da apresentação e análise dos resultados anteriormente descritos, importa neste ponto fazer uma breve suma acerca dos dados obtidos através das entrevistas, de forma a estabelecer um encadeamento lógico que permita fornecer elementos para as conclusões que se apresentam no capítulo seguinte.

Após a análise das entrevistas podemos considerar que da reestruturação orgânica da GNR, poucas implicações advieram para o restabelecimento e manutenção da ordem pública, particularmente no que respeita à articulação da valência de cavalaria com as restantes valências que actuam neste âmbito. Desta forma, podemos referir que a única grande mudança prende-se como facto de passar a existir um imperativo legal que estabelece que a Unidade de Segurança e Honras de Estado deve manter em prontidão um

esquadrão de RMOP para reforçar a Unidade de Intervenção, o que não veio trazer grandes alterações.

Ainda assim, tal facto pode potenciar o desenvolvimento de actividades e estreitamento de linhas de comunicação e relacionamentos interpessoais entre as duas unidades em prol da preparação das forças para actuarem em conjunto.

No que diz respeito aos militares e à sua preparação para actuar neste tipo de missões, é considerado de uma forma geral que estes estão bem preparados para exercer funções no âmbito do RMOP, uma vez que todos os elementos que integram as forças de ordem pública de ambas as unidades estão habilitados com os respectivos cursos. Isto dito sem prejuízo de não estar presente nos conteúdos programáticos<sup>18</sup> destes cursos qualquer módulo relativo à articulação de forças ou empenhamento conjunto das várias valências que actuam em situações de alteração de ordem pública.

Por outro lado quanto ao nível de preparação das forças para actuarem em conjunto, já são colocadas algumas reservas, sendo referido que embora todos os militares tenham noção do funcionamento conjunto, em razão do reduzido número de treinos, estas forças ainda podem apresentar algumas lacunas no que respeita à articulação e coordenação conjunta.

Através das entrevistas realizadas, pode-se também constatar que uma das grandes necessidades apresentadas prende-se com falta de uma doutrina de empenhamento conjunto, o que pode contribuir para o défice de coordenação em situações em que haja a necessidade do emprego de forças conjuntas, visto que os procedimentos não estão harmonizados, pondo desta forma em causa o sucesso da acção numa eventual alteração da ordem pública.

Por fim, foram apresentados pelos entrevistados possíveis medidas susceptíveis de contribuir para que a articulação das diversas valências que actuam como forças de RMOP pudesse ser melhorada. Sendo apresentadas, entre outras, três medidas fundamentais: um aumento dos treinos conjuntos, a criação de uma doutrina de empenhamento conjunto de forças de ordem pública e por fim a criação de uma unidade única que comportasse as valências de Infantaria, Cavalaria e Cinotécnia.

---

<sup>18</sup> Vide Anexo V e W



## CAPITULO 6 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### 6.1. INTRODUÇÃO

Concluída a investigação, torna-se impreterível tecer as necessárias conclusões acerca dos dados recolhidos ao longo deste processo. Destarte, o presente capítulo visa apresentar a validação das hipóteses formuladas, bem como as reflexões finais alcançadas através dos processos metodológicos de investigação. Por fim, proceder-se-á à apresentação de recomendações para investigações futuras, numa perspectiva de se contribuir para a formulação de conhecimento e consequente progresso da Guarda Nacional Republicana.

### 6.2. VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES FORMULADAS

Relativamente à primeira hipótese: **“A reestruturação orgânica da GNR trouxe benefícios, no que respeita à articulação das diversas valências empenhadas num eventual cenário de alteração da ordem pública”**, a mesma foi parcialmente validada, pelas respostas à questão nº 1 das entrevistas, pois considera-se que houve, de facto, uma inovação a nível dos normativos legais quanto às responsabilidades da USHE em matéria de ordem pública.

No entanto, considera-se também que este facto é manifestamente insuficiente para que resulte por si só numa melhoria ou benefício para a articulação das diversas valências em missões deste âmbito, não tendo resultado na prática, pelo menos até ao momento, em benefícios concretos.

Contudo, a opinião predominante é que houve um ligeiro incremento da conjugação dos esforços e dos treinos conjuntos, o que resulta num maior grau de preparação para a actuação conjunta, o que também veio trazer uma melhor organização ao nível interno da USHE e das forças que nesta unidade permanecem em prontidão para actuar perante um eventual alteração da ordem pública.

Quanto à segunda hipótese: **“Todos os militares que integram forças de RMOP a cavalo na USHE e forças de MOP na UI, estão habilitados com o respectivo curso de manutenção de ordem pública e preparados para desempenhar estas funções”**, foi totalmente validada pelas respostas à questão nº 2.



Na verdade, todos os entrevistados consideram que os militares que compõem as diversas forças de ordem pública são detentores de conhecimento e estão tecnicamente dotados para a execução das tarefas que lhes forem atribuídas neste âmbito, uma vez que todos eles estão habilitados com o respectivo curso de manutenção de ordem pública. Pelo que se pode daqui, também, concluir que este foi um dos benefícios que advieram da reestruturação da GNR, visto que antes de esta ocorrer, nem todos os militares que integravam os pelotões de RMOP do Regimento de Cavalaria quando era solicitada uma força desta unidade, estavam habilitados com o curso de RMOP a cavalo.

Considerando a terceira hipótese: **“Os militares que compõem as forças de RMOP a cavalo existentes na USHE e na UI estão preparados para actuar em conjunto com as outras valências numa eventual missão deste âmbito”**, esta foi parcialmente validada, tendo em conta as respostas obtidas à questão nº 3, pois embora todos os entrevistados considerem que as forças conseguem desempenhar com sucesso as missões que lhes são atribuídas em matéria de ordem pública, aquando do seu empenhamento conjunto, ainda se denotam algumas lacunas a nível de articulação e coordenação, bem como na uniformidade dos procedimentos, não se tendo ainda atingido um grau de preparação para actuação conjunta de excelência.

Tendo em conta a quarta hipótese: **“Nos conteúdos dos cursos de RMOP ministrados na UI e na USHE, está contemplado um módulo referente à articulação de Forças”**, podemos discernir que foi totalmente refutada pelas respostas dadas pelos entrevistados à questão nº 4.

Embora seja abordada de modo muito superficial a temática da articulação de forças nos cursos de RMOP da USHE e nos cursos de MOP da UI, na estrutura curricular destes não está contemplado um módulo referente à articulação de forças.

No que se refere à quinta hipótese: **“Existe doutrina de empenhamento conjunto das diversas valências que actuam nas missões de RMOP”**, esta foi totalmente refutada pela análise dos dados obtidos através das respostas dadas à questão nº 4.

Deste modo não se pode considerar que exista uma doutrina de empenhamento conjunto, nem esta pode ser alvo de instrução aos militares, uma vez que não existe qualquer documento doutrinário de empenhamento conjunto de forças em ordem pública materializado e aprovado para o efeito. Sendo que o único vestígio de doutrina existente nesta matéria discorre da experiência acumulada pelos militares e comandantes das respectivas forças de ordem pública, decorrente da seu empenho em acções de restabelecimento e manutenção de ordem pública.

Atendendo à sexta hipótese: **“Os treinos conjuntos entre as diversas valências empenhadas em missões de RMOP, são adequados, ocorrem frequentemente e são suficientes para satisfazer as eventuais necessidades operacionais”**, verificamos que foi totalmente refutada pelas respostas dadas à questão nº 5.

Desta forma podemos verificar que os treinos conjuntos entre as diversas valências não ocorrem frequentemente, nem são os suficientes de forma a colmatar as eventuais necessidades operacionais em matéria de actuação conjunta em restabelecimento de ordem pública.

Este facto deriva da falta de efectivo diário para que se consiga reunir o número de militares suficiente para executar os exercícios, devido ao empenhamento operacional diário que ambas as unidades têm, sendo ainda apontados argumentos de ordem logística e física dos locais como obstáculo a que estes sejam efectuados mais frequentemente.

### 6.3. REFLEXÕES FINAIS

Considerando que a Guarda Nacional Republicana é uma das instituições nacionais de maior relevo no plano da execução e garante da Ordem Pública, dentro do leque de FFSS que actuam e detêm responsabilidades neste âmbito, torna-se impreterível que do ponto de vista da articulação de forças haja uma maximização da rentabilização dos meios e valências ao seu dispor para actuar em missões de restabelecimento e manutenção de Ordem pública.

Esta maximização passa não só pelo empenho das forças e meios de forma adequada à missão mas também exige uma grande articulação e coordenação para que o empenhamento conjunto das diversas valências seja eficiente e eficaz, de modo a se rentabilizar o esforço e alcançar-se o sucesso na missão.

Sobre este ponto de vista e tendo em conta o facto de se estar a aproximar o término do presente TIA, impõem-se que se responda à pergunta de partida que deu o mote para a investigação desenvolvida: **“Terá a recente reestruturação orgânica contribuído para a actuação da GNR no âmbito do RMOP, particularmente no plano da articulação operacional das forças a Cavalos com as restantes valências?”**.

Como se pôde observar pelos dados recolhidos, a reestruturação orgânica da GNR motivou algumas mudanças quanto às responsabilidades em matéria de ordem pública. No entanto, do ponto de vista da articulação de forças e consequente empenhamento conjunto da valência de Cavalaria com as valências apeadas, podemos dizer que as mudanças se cingem apenas a estar expresso na lei que a USHE mantém em prontidão um Esquadrão RMOP para reforçar a UI e que esta, em caso de necessidade, pode solicitar este reforço.

No plano operacional e da execução podemos também observar que se mantêm, praticamente, os mesmos procedimentos que advinham do passado, embora se possa, de igual forma, referir que, com este imperativo legal, houve um aumento da consciencialização sobre a questão do empenhamento conjunto, o que originou, ainda que de uma forma muito ténue, um aumento dos treinos e cooperação entre a UI e a USHE.

Consciente também de que ainda existe um longo caminho a percorrer para que os graus de sucesso e de eficácia atinjam a optimização, que cada vez mais se exige numa organização como a GNR, fazem-se no ponto seguinte algumas sugestões que podem contribuir para este propósito.

#### **6.4. RECOMENDAÇÕES**

Face aos resultados obtidos e consequentes conclusões, importa deixar algumas recomendações que se entendem como um potencial contributo para uma melhor articulação das valências empenhadas conjuntamente em acções de RMOP.

Deste modo, entre as medidas a adoptar em prol desta articulação seria, aponta-se a calendarização da instrução e treinos conjuntos para que estes ocorram com maior frequência e de modo a ser possível prever o empenhamento operacional e os efectivos disponíveis para a realização dos mesmos.

Torna-se também fundamental a concepção de uma doutrina de empenhamento conjunto, para que o empenho conjunto das valências seja de facto efectivo e os procedimentos uniformizados.

Outra das recomendações consiste na inclusão de um módulo de articulação de forças nos conteúdos programáticos dos vários cursos de RMOP ministrados na UI e na USHE.

#### **6.5. LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO**

Relativamente às limitações que se verificaram ao longo da elaboração do presente trabalho de investigação aplicada, as mesmas prendem-se com a escassa base documental sobre a matéria aqui abordada, o que dificultou a análise documental e consequentemente a verificação do estado da arte.

Por outro lado considera-se também que o limite de páginas imposto é claramente restritivo para a execução de um trabalho desta natureza, pelo que se fez um uso constante da capacidade de síntese e a necessidade de abdicar da abordagem de determinados conteúdos que seria importante serem aqui abordados.

## 6.6. INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Atendendo ao facto de que com a execução do presente trabalho não se esgotam as possibilidades de abordagem ao tema proposto, seria interessante fazer-se uma análise sobre o custo/benefício da criação de uma Unidade de intervenção que pudesse comportar as três valências que actuam no âmbito da manutenção da ordem pública, bem como fazer-se uma análise sobre a dispersão dos meios equestres na área de actuação da GNR e se estes estão capacitados quer a nível material, humano e animal com os meios necessários para responder às eventuais necessidades operacionais ou na possibilidade de haver uma alteração da ordem pública.

Por outro lado e tendo a conta a evidente escassez de doutrina, seria também relevante a execução de um estudo que visasse compreender o processo de criação de doutrina interna da Guarda Nacional Republicana em matéria de ordem pública e/ou sobre outras matérias de interesse institucional e igualmente importantes para o desempenho das missões que lhe estão atribuídas.

## 6.7. FECHO

Considerando a profundidade da reestruturação à qual a Guarda Nacional Republicana foi sujeita com a entrada em vigor da Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro, e atendendo à fase ainda bastante prematura da implementação da mesma, bem como às características da instituição, podemos compreender que ainda falta um longo caminho a percorrer, não havendo, de momento, dados suficientes para se aquilatar das reais consequências e impacto das mudanças legalmente previstas.

Contudo, as reestruturações são uma constante fulcral no processo evolutivo das organizações, do qual decorrem os ajustamentos necessários no seio das mesmas. Nesta perspectiva foi elaborado o presente trabalho de Investigação aplicada, tendo-se como objectivo último a alcançar, o contributo para o futuro e progresso desta instituição centenária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### LIVROS:

- Academia Militar. (2008). Orientações para Redacção de Trabalhos, Academia Militar, Lisboa.
- Couto, Abel C. (1988), Elementos de Estratégia - Volume I, Instituto de Altos Estudos Militares. Pedrouços.
- Guarda Nacional Republicana. (1922). Anuário de 1922. Lisboa: Tipografia da GNR.
- Guarda Nacional Republicana. (1958). Origens da Guarda Nacional Republicana – I Parte – Guarda Real da Polícia, Esboço Histórico. Lisboa: Tipografia da GNR.
- Guerra, Isabel C. (2010). Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e formas de uso, Cascais: Princípia.
- Noronha, E. (1950). Origens da Guarda Nacional Republicana – II Parte – A Guarda Municipal. Lisboa: Tipografia da GNR.
- Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (2008). Manual de Investigação em Ciências Sociais (4ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Santos, A.P.R. (1999). O Estado e a Ordem Pública – As Instituições Militares Portuguesas, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Sarmiento, M. (2008). Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada, Universidade Lusíada Editora, Lisboa.
- Silva, A. O. B., & Aguiar, O.A.P. (1980). A Guarda Nacional Republicana (2ªed.). s.l.: CI da GNR.

### OUTRAS PUBLICAÇÕES:

- Alves, A. M.(1992, Abril/Junho). O REGIMENTO DE CAVALARIA, *Revista Pela Lei e Pela Grei*, 19-21.
- Alves, C.(1994, Janeiro/Março). FINS DO ESTADO, SEGURANÇA INTERNA E ORDEM PÚBLICA, *Revista Pela Lei e Pela Grei*, 30-32.

## **DIPLOMAS LEGAIS:**

Assembleia da República (2005), Lei Constitucional nº1/2005 de 12 de Agosto (sétima revisão constitucional), Diário da República, 1ª Série – A, nº 155, 4642-4686.

Assembleia da República (2007), Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro, (Lei que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana), Diário da República, 1ª Série, nº 213, 8043-8051.

Assembleia da República (2008), Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto, (Lei de Segurança Interna), Diário da República, 1ª Série, nº 167, 6135-6141.

Decreto de 03 de Julho de 1834 – Criação da Guarda Municipal.

Decreto de 03 de Maio de 1911 – Criação da Guarda Nacional Republicana.

Decreto de 10 de Dezembro de 1801 – Criação da Guarda Real de Polícia.

Decreto de 12 de Outubro de 1910 – Extingue a Guarda Municipal e cria a Guarda Republicana.

Despacho n.º 57/09 – Ordem à Guarda, de 22 de Dezembro, do Comandante Geral da GNR  
- Define as competências, a estrutura e o efectivo da Unidade de Intervenção.

Despacho n.º 59/09 – Ordem à Guarda, de 22 de Dezembro, do Comandante Geral da GNR  
- Define as competências, a estrutura e o efectivo da Unidade de Segurança e Honras de Estado.

Ministério da Administração Interna (2008), Portaria n.º 1450/2008 de 16 de Dezembro, (Portaria que define a organização interna das unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva, bem como as respectivas subunidades da GNR), Diário da República, 1ª Série, nº 242, 8845-8854.

## **SÍTIOS DA INTERNET:**

Diário da República Electrónico (Consultado a 2 de Maio de 2010, disponível em <http://www.dre.pt>) - Permite a pesquisa de diversos diplomas legais.

Guarda Nacional Republicana (Consultado a 11 de Maio de 2010, disponível em <http://www.gnr.pt>) - fornece informações sobre a sua orgânica, história e legislação.

## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE A: Guião da Entrevista**



### **ACADEMIA MILITAR**

**Direcção de Ensino**

**Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança**

### **TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

### **Entrevista**

**FORMANDO: Aspirante Fábio Micael Guerra Bento**

**ORIENTADOR: Capitão Marcelo Filipe Ferreira Lourenço Pessoa**

**LISBOA, JULHO DE 2010**



## CARTA DE APRESENTAÇÃO

Esta Entrevista insere-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares – Na Especialidade de Segurança, subordinado ao tema “As implicações da reestruturação da GNR no Restabelecimento e Manutenção da Ordem Pública”.

O objectivo da Entrevista é recolher dados relativos às implicações da entrada em vigor da nova lei que aprova a orgânica da GNR, no plano da articulação das forças de cavalaria com as restantes valências aquando do seu empenhamento conjunto em missões de RMOP. Os dados serão alvo de análise de conteúdo e tratamento estatístico. Para operacionalizar o trabalho pretende-se realizar entrevistas às pessoas que estão ligadas directamente com o comando efectivo de forças de manutenção de ordem pública quer na Unidade de Intervenção, bem como na Unidade de Segurança e Honras de Estado, cujas se consideram detentoras de conhecimento vital, para a realização da investigação, que se pretende levar a cabo. Deste modo é fundamental para a realização da parte prática da investigação entrevistar V. Ex.<sup>a</sup>.

Esta entrevista servirá como ponte entre o enquadramento teórico e todo o trabalho de campo que se pretende desenvolver. Desta forma solícito a V. Ex.<sup>a</sup> que me conceda esta entrevista que servirá de suporte para atingir os objectivos desta investigação.

Terei todo o gosto em facultar a V. Ex.<sup>a</sup> os dados resultantes da análise da presente entrevista antes da concretização do documento final.

Grato pela sua colaboração.

Atenciosamente,

Guerra Bento - Aspirante de Cavalaria

## ENTREVISTA

Caracterização dos inquiridos:

Nome:	
Idade:	
Posto:	
Arma:	
Unidade:	
Função:	
Tempo de Serviço:	
Data:	

Antes de se iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer acerca desta Entrevista?

Coloca alguma objecção quanto ao facto de esta Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

Caracterização do objecto de análise:

**Pergunta 1:** Considera que a reestruturação da GNR, trouxe benefícios, no que respeita ao empenhamento conjunto de forças de cavalaria com as restantes valências numa eventual missão de RMOP?

**Pergunta 2:** Estarão os militares que compõem as forças de RMOP sobre o seu comando, preparados para desempenhar as funções que lhe forem atribuídas neste âmbito?

**Pergunta 3:** Estes militares estão preparados para actuar em conjunto com os militares das outras valências numa acção de manutenção de ordem pública?

**Pergunta 4:** Existe uma doutrina de empenhamento de conjunto e esta é constante dos currículos dos cursos de RMOP?

**Pergunta 5:** São os treinos conjuntos entre as diversas valências empenhadas em missões de RMOP, adequados, frequentes e suficientes, para satisfazer as eventuais necessidades operacionais?

**Pergunta 6:** Na sua opinião, o que poderia ser feito tendo em vista uma melhoria na articulação das forças de RMOP a Cavalos com as restantes valências?

## APÊNDICE B: Transcrição da Entrevista Nº1

### Entrevistado 1

Nome:	José Luís Grainha da Câmara Lomelino
Idade:	47 Anos
Posto:	Tenente-coronel
Arma:	Cavalaria
Unidade:	CO
Função:	Chefe da Divisão de Estudos, Planeamento e Organização Direcção de Operações
Tempo de Serviço:	24 Anos
Data:	08-07-2010

#### Caracterização do objecto de análise:

Pergunta 1: Considera que a reestruturação da GNR, trouxe benefícios, no que respeita ao empenhamento conjunto de forças de cavalaria com as restantes valências numa eventual missão de RMOP?

**Resposta 1:** Antes de se responder a esta questão é importante ver o que está a montante dessas situações. Antigamente no Regimento de Cavalaria existia a possibilidade de constituir-se esquadrões para integrar ou constituir-se sub-agrupamentos de Infantaria e Cavalaria para poderem cumprir missões de RMOP. Isso já existia antigamente, ao ponto de até o próprio Regimento de Cavalaria ter criado um curso próprio, muito semelhante daquilo que é feito no curso do Regimento de Infantaria, embora os meios sejam diferentes, isto é, o Regimento de Infantaria é uma força tipicamente apeada e o Regimento de Cavalaria era uma força tipicamente a cavalo. Portanto o único elemento novo na doutrina e nas formações e do restabelecimento e manutenção de ordem pública tem a ver com o meio que se aplica.

Com a nova reorganização da Guarda manteve-se as mesmas missões, só que com uma nova nuance, essa nova nuance tem a ver com o seguinte, diz a nova lei orgânica da Guarda, no que diz respeito à Unidade de Intervenção que, esta tem sempre que necessitar um esquadrão de RMOP. Nos primórdios da discussão da nova lei orgânica, e isto por desconhecimento da realidade que é a Guarda por parte de pessoas estranhas à mesma, a intenção era que a Unidade de Intervenção passasse a ter efectivamente na sua dependência orgânica um esquadrão de restabelecimento e manutenção de ordem pública,

o que não foi bem entendido e foi devidamente fundamentado por parte do comando da Guarda, ou seja, podemos atribuir um conjunto de meios humanos e animais à Unidade de Intervenção, para que ela pudesse ter organicamente um esquadrão de restabelecimento e manutenção de ordem pública, eram meios que se iriam disponibilizar sem que se tivesse grandes mais-valias, então o entendimento foi que, independentemente da UI poder sempre que em situações de alteração da ordem pública, impliquem a presença de forças a pé e forças a cavalo, a USHE teria por obrigação ceder essas forças, ou pelotão ou um esquadrão. Isto porque, os meios a cavalo são poucos e estar hipotecar numa determinada unidade esses meios para uma situação de restabelecimento e manutenção de ordem pública era subutilizar os mesmos, então é preferível que esses meios fiquem na USHE, cumpram todas as missões da USHE, quer o patrulhamento, quer a constituição para honras de estado, quer para intervenção em ordem pública.

De mais-valias poderá ter sido equacionado a constituição dentro da USHE, com um período de vigência a nível de efectivos de seis meses de um esquadrão de RMOP, que diariamente trabalha, que diariamente está preparado, que vai fazer exercícios conjuntos de forças a pé e forças a cavalo, para além do seu serviço, ou seja, antigamente não existia este esquadrão constituído em ordem de batalha, se assim se pode dizer, portanto neste momento pelos dados que eu possuo, durante seis meses há um conjunto de efectivos que estão afectos ao esquadrão de RMOP que diariamente executa exercícios de preparação para numa situação qualquer ser utilizado e seis meses depois esse efectivo sai e entra um novo efectivo da Unidade de Segurança e Honras de Estado.

Houve alguns benefícios, e penso que a forma como neste momento, no que diz respeito a esta matéria em particular, a Guarda só ganhou com isso, ou seja, tem os meios, utiliza os meios para o desenvolvimento das suas tarefas, obrigatoriamente que no que diz respeito ao restabelecimento e manutenção de ordem pública, a missão primária daquele efectivo é estar em condições para poder actuar, quer seja sozinho quer seja conjuntamente, constituindo o tal subagrupamento de forças de Infantaria e cavalaria nas acções de restabelecimento e manutenção de ordem pública.

Pergunta 2: Estarão os militares que compõem as forças de RMOP sobre o seu comando, preparados para desempenhar as funções que lhe forem atribuídas neste âmbito?

**Resposta 2:** Quer na Unidade de intervenção, quer na Unidade de Segurança e Honras de Estado, existem cursos específicos para habilitar os militares para as tarefas e missões que têm que desempenhar, portanto, na USHE existe o curso de restabelecimento e manutenção de ordem pública e na UI um curso idêntico, embora a forma e a doutrina desses cursos sejam complementares, eu posso ter que actuar com forças a pé e forças a cavalo mas cada um sabe aquilo tem que fazer, eu julgo neste momento, que ambos estão tecnicamente habilitados a actuarem de per si ou em conjunto.

Pergunta 3: Estes militares estão preparados para actuar em conjunto com os militares das outras valências numa acção de manutenção de ordem pública?

**Resposta 3:** Eu dou um exemplo muito simples, aquando do Euro 2004 em que tivemos forças de RMOP a pé e a cavalo, houve um trabalho conjunto, nomeadamente no acompanhamento das claque e nas situações em que causaram algum “surru”, fizeram-se cordões de acompanhamento conjuntamente com forças a cavalo e a pé e até com binómios cinotécnicos, portanto tem de haver uma coordenação e um treino conjunto para que as pessoas saibam o que cada uma tem que fazer. Posto isto penso que sim, que estão preparados.

Pergunta 4: Existe uma doutrina de empenhamento de conjunto e esta é constante dos currículos dos cursos de RMOP?

**Resposta 4:** Existe durante a realização dos cursos treinos conjuntos para que as pessoas possam ter um período de teoria e depois possam aplicar na prática o que lhes foi ministrado.

A nível de doutrina não existe, que eu tenha conhecimento, um documento doutrinário, existem ideias que estão a ser trabalhadas, que estão a ser postas em execução. Como se sabe, nestas situações do restabelecimento e manutenção da ordem pública, não existe uma bíblia que se inicia hoje é estaque, não, o documento doutrinário neste caso em particular é um documento dinâmico, ou seja, há novas formas de actuação, há situações em que nos treinos ou nas actuações, as pessoas se vão apercebendo que determinada conduta poderá não ser a melhor para o cumprimento da missão, e portanto é um trabalho dinâmico. Que eu tenha conhecimento, não existe um documento onde esteja taxativamente dito qual é a doutrina segundo a qual se deve actuar no emprego das duas valências conjuntamente.

Pergunta 5: São os treinos conjuntos entre as diversas valências empenhadas em missões de RMOP, adequados, frequentes e suficientes, para satisfazer as eventuais necessidades operacionais?

**Resposta 5:** Aqui no Comando Operacional não temos dados concretos que nos possam dizer se os números de treinos são suficientes ou insuficientes. Partimos da premissa de que tendo sido constituídas forças tecnicamente habilitadas e preparadas, no âmbito das suas próprias obrigações, são levados a cabo os treinos conjuntos que entendem, a fim de manter o grau de prontidão e de capacidade dessas forças.

Pergunta 6: Na sua opinião, o que poderia ser feito tendo em vista uma melhoria na articulação das forças de RMOP a Cavalo com as restantes valências?

**Resposta 6:** Relativamente à questão de estarem em unidades diferentes, pessoalmente entendo que não traz problemas a nível da coordenação. A essência de uma unidade conjunta, que dentro dessa tivesse duas subunidades em que uma fosse a UI e a outra a USHE, poderia trazer algumas mais-valias, mas não poderia ser visto na perspectiva

de, vamos manter uma Unidade e vamos criar outra que tenha duas subunidades. Na altura da discussão foi pensado que poderíamos constituir uma unidade de escalão Brigada, que seria uma Brigada de intervenção que assumisse aquilo que era o Regimento de Infantaria e o Regimento de Cavalaria, não sei se hoje essa filosofia seria a melhor opção ou não, pois tenho dúvidas se hoje em dia a criação de uma unidade desse tipo traria mais-valias do que a situação actual.

A Guarda tem que ter a sua própria doutrina e esta tem de ser feita de acordo com a experiência. A constituição de um documento doutrinário é uma peça fundamental, até para a História da própria instituição, e para o próprio desenvolvimento das tarefas. Para termos um documento doutrinário hermético, não vale a pena tê-lo, é importante ter um documento que permita que à medida que as situações vão evoluindo, haja a possibilidade de sem grande esforço se proceder à sua actualização. A criação de um documento de carácter doutrinário na área do restabelecimento e manutenção da ordem pública tem que ter a participação activa e colaborante de todas as valências implicadas. Aquilo que eu entendo é que deveria ser constituído um pequeno grupo, que tentasse materializar em papel, ou num suporte qualquer, aquilo que é o entendimento com base na experiência de orientações doutrinárias, que deverão ser seguidas até que seja feita uma nova reavaliação. Quando tivermos um documento onde esteja tudo aquilo que diz respeito ao RMOP, tipo de formações, o tipo de valências que as podem integrar, as suas tarefas, se cada um deles escrever o que lhes é hoje transmitido verbalmente, era uma mais-valia para o futuro e até mesmo para se fazer a reavaliação dos procedimentos e das técnicas utilizadas, sabendo nós que elas variam fruto do empenho dessas forças no terreno.

## APÊNDICE C: Transcrição da Entrevista Nº2

Entrevistado 2

Nome:	Joaquim António Garrido Gomes
Idade:	48 Anos
Posto:	Tenente-coronel
Arma:	Cavalaria
Unidade:	CO
Função:	Chefe da Divisão do Emprego de Forças
Tempo de Serviço:	24 Anos
Data:	08-07-2010

Caracterização do objecto de análise:

Pergunta 1: Considera que a reestruturação da GNR, trouxe benefícios, no que respeita ao empenhamento conjunto de forças de cavalaria com as restantes valências numa eventual missão de RMOP?

**Resposta 1:** Em termos de empenhamento de forças conjuntas no âmbito do RMOP, não houve grandes alterações. Antes da reestruturação, existiam duas unidades de reserva, o Regimento de Cavalaria e o Regimento de Infantaria, que eram unidades separadas e muitas vezes os treinos que existiam, eram fruto dos comandantes directos das forças. Com a reestruturação orgânica, contrariamente àquilo que muitos defendiam e eu próprio defendia, que se devia criar uma unidade que englobasse os dois Regimentos, continuam a pertencer a duas unidades diferentes.

Pergunta 2: Estarão os militares que compõem as forças de RMOP sobre o seu comando, preparados para desempenhar as funções que lhe forem atribuídas neste âmbito?

**Resposta 2:** Eu penso que sim, do conhecimento que tenho, o que é um facto é que olhamos para o pessoal da Unidade de intervenção e estes têm cumprido bem a missão, o pessoal de Cavalaria não tem sido chamado tanta vez a intervir no âmbito do restabelecimento e manutenção da ordem pública, mas quando é chamado fá-lo também da melhor forma.

Pergunta 3: Estes militares estão preparados para actuar em conjunto com os militares das outras valências numa acção de manutenção de ordem pública?

**Resposta 3:** Para se conseguir uma perfeita coordenação, trabalho de conjunto, que as coisas saiam bem, não basta que a lei que aprova a orgânica da GNR diga que a USHE

cede um esquadrão a cavalo à Unidade de Intervenção para restabelecimento e manutenção de ordem pública. Se não houver exercícios conjuntos, se não houver preparação do pessoal, se não estiverem bem a cavalo, se os militares não estiverem habilitados com o curso de manutenção de ordem pública a cavalo, portanto tudo o que seja formação e treino é fundamental.

Eu penso que sim, agora se em termos práticos isso se reflecte eu não sei, sei sim que os cursos continuam a decorrer nas respectivas unidades.

Pergunta 4: Existe uma doutrina de empenhamento de conjunto e esta é constante dos currículos dos cursos de RMOP?

**Resposta 4:** Quando fiz o curso de manutenção de ordem pública no Regimento de Infantaria em 1997, não se abordavam estas questões da articulação das forças de Cavalaria com as forças apeadas, nem sequer ninguém do RC era chamado a fazer uma palestra, pelo menos a explicar e a dar a conhecer as capacidades e as possibilidades dos meios a cavalo. Contrariamente quando criámos o curso de RMOP a cavalo no Regimento de Cavalaria, uma das questões que salvaguardámos foi exactamente essa, isto é, dar a conhecer ao pessoal que estava a fazer o curso, as possibilidades das forças apeadas, inclusive durante o curso faziam-se exercícios finais conjuntos, chegou-se ainda a falar na altura em tentar fazer coincidir os cursos para depois fazerem um exercício final em conjunto.

Quanto à existência de uma doutrina de actuação conjunta penso que não. Existe um manual de manutenção de ordem pública do Regimento de Infantaria, existe também qualquer coisa escrita do Regimento de Cavalaria, agora um documento oficial de actuação conjuntas das várias valências eu não tenho conhecimento que exista.

Pergunta 5: São os treinos conjuntos entre as diversas valências empenhadas em missões de RMOP, adequados, frequentes e suficientes, para satisfazer as eventuais necessidades operacionais?

**Resposta 5:** A ideia que tenho é que existiu durante alguns anos treinos conjuntos, pelo menos de quinze em quinze dias. Neste momento não sei se estes se mantêm.

Pergunta 6: Na sua opinião, o que poderia ser feito tendo em vista uma melhoria na articulação das forças de RMOP a Cavalo com as restantes valências?

**Resposta 6:** O que poderia ter sido feito em primeiro lugar era ficar tudo sobre um comando único, em termos de uma unidade que mantivesse as diversas características, mas que permitisse e impusesse a vontade de uma boa articulação das forças. A reestruturação neste aspecto do meu ponto de vista falhou pois em vez de se começar por baixo, começou-se por cima.

Outros aspectos importantes seriam também haver mais treinos conjuntos e não existindo uma doutrina de empenhamento conjunto materializada era importante que esta fosse criada.



## APÊNDICE D: Transcrição da Entrevista Nº3

Entrevistado 3

Nome:	João Andrade e Sousa
Idade:	47 Anos
Posto:	Tenente-coronel
Arma:	Cavalaria
Unidade:	USHE
Função:	Comandante do Grupo de Honras de Estado
Tempo de Serviço:	24 Anos
Data:	06-07-2010

Caracterização do objecto de análise:

Pergunta 1: Considera que a reestruturação da GNR, trouxe benefícios, no que respeita ao empenhamento conjunto de forças de cavalaria com as restantes valências numa eventual missão de RMOP?

**Resposta 1:** Relativamente ao que diz respeito ao Grupo de Honras de Estado, do qual sou o Comandante, eu julgo que a referida reestruturação neste aspecto teve muito pouca influência. Na medida em que havia antigamente um Regimento de Cavalaria, havia já treinos e algumas demonstrações conjuntas de forças a cavalo desse Regimento de Cavalaria com o Regimento de Infantaria, com forças apeadas e também a valência cino, e agora continuam a haver esses mesmos treinos, portanto nesse plano não houve muita influência. A única influência, consequência, “benefício” que se poderá deduzir é que está consagrada na lei orgânica que a USHE tem um Esquadrão em prontidão. Portanto esse esquadrão é constituído por derrame de pessoal dos outros dois esquadrões a cavalo, e esse esquadrão está consagrado na lei, que está em prontidão de reforço à Unidade de Intervenção. Portanto este é o único benefício, independentemente disso, nós cada vez que era preciso, tanto para treinos como para actuações, já tínhamos o hábito de uma actuação conjunta, agora não estava na lei esse esquadrão de RMOP em permanência de prontidão.

Em termos da orgânica, como as leis tem que ser um pouco gerais, considero que está bem concebida a lei, relativamente aos normativos internos era fundamental que

houvesse uma estrutura base e depois vários tipos de constituição conforme as situações, e se começasse a regulamentar essa mesma estrutura. Relativamente à Cavalaria, nós sabemos que é um esquadrão que está de prontidão e que por sua vez pode empenhar ou um pelotão ou uma secção ou até mesmo o esquadrão completo se for necessário.

Pergunta 2: Estarão os militares que compõem as forças de RMOP sobre o seu comando, preparados para desempenhar as funções que lhe forem atribuídas neste âmbito?

**Resposta 2:** De sobremaneira, os militares estão muito bem preparados, ainda à pouco terminou um curso de Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública específico para Cavalaria, e desde 2004 em consequência da preparação para o Euro 2004, temos vindo a ministrar vários cursos por ano, para preparar a maior quantidade de militares possível para desempenhar estas funções. No entanto, neste momento o próprio material que foi adquirido para o Euro 2004, e já passaram seis anos, há material que já está em mau estado ou encontra-se desactualizado, e estamos a fazer um esforço no sentido de adquirir material mais moderno. Eu digo isto porque, material e equipamento, implica que os homens também tenham formação para a utilização deste material mais moderno, de qualquer forma temos sido comentados por outros países da Europa e do mundo, Brasil nomeadamente, comentários elogiosos sobre a nossa forma de actuar e sobre os nossos cursos, inclusivamente temos tido indivíduos doutras nacionalidades a frequentar os nossos cursos. É ainda de referir que todos os militares que compõem este esquadrão têm o curso de RMOP para cavalaria.

Pergunta 3: Estes militares estão preparados para actuar em conjunto com os militares das outras valências numa acção de manutenção de ordem pública?

**Resposta 3:** A cavalaria pode actuar sozinha mas muito pontualmente dependendo dos casos, assim como a infantaria pode actuar sozinha e a cinotécnica igualmente, o ideal é exactamente a actuação conjunta. Todos sabemos, isso é um dado adquirido, que a actuação conjunta é a melhor forma de actuar, colmata os pontos fracos de qualquer uma das valências, tornando-se numa mais-valia num cenário de alteração da ordem pública.

Existem treinos, agora não existem treinos suficientes, nesse aspecto eu penso que estamos aquém do número de treinos suficientes, nós o GHE está mais interessado em fazer mais treinos conjuntos, porque muitas vezes só fazemos para demonstrações, ou só no final do curso, mas no entanto devia haver mais treinos conjuntos quer com as forças de Infantaria bem como com as forças de cinotécnica. Deste ponto de vista os militares podiam estar mais bem preparados para actuar em conjunto.

Pergunta 4: Existe uma doutrina de empenhamento de conjunto e esta é constante dos currículos dos cursos de RMOP?

**Resposta 4:** Efectivamente não existe uma doutrina de conjunto. No entanto está agora a fazer-se um esforço para criar essa doutrina de conjunto, era fundamental que houvesse essa doutrina. No entanto não é uma matéria fácil, não é uma matéria que se

possa beber em muitos países da Europa, porque há poucos países na Europa e no mundo que estejam mais desenvolvidos que nós neste âmbito. De qualquer forma haveria de se fazer um estudo sobre a melhor forma de se criar doutrina e avançar nesse sentido.

Pergunta 5: São os treinos conjuntos entre as diversas valências empenhadas em missões de RMOP, adequados, frequentes e suficientes, para satisfazer as eventuais necessidades operacionais?

**Resposta 5:** Felizmente as necessidades de actuar não têm sido muitas, pelo menos actuar na máxima força, de qualquer forma eu acho que, como disse à pouco, devia haver mais treinos e devia-se criar uma doutrina conjunta para que isto funcionasse melhor. Não é fácil, porque este esquadrão além disto faz o resto do serviço da unidade e não está só fazer isto, é um esquadrão que é criado por derrame dos outros dois, de toda a maneira devia-se fazer um esforço no sentido de haver mais treinos e do pessoal das várias valências da ordem pública estar mais entrosado e mais treinado neste tipo de actuações.

Pergunta 6: Na sua opinião, o que poderia ser feito tendo em vista uma melhoria na articulação das forças de RMOP a Cavalos com as restantes valências?

**Resposta 6:** Em jeito de súmula, penso que deveria haver muito mais treinos, quer seja com Infantaria da UI, quer seja com a cinotécnia.

Devia-se sistematicamente fazer debriefings das actuações e dos treinos, que é umas coisas que temos pouco hábito de fazer, em jeito de lições aprendidas, para começarmos a construir uma doutrina conjunta.

Sem dúvida que havendo um espaço físico, onde se concentrassem as três valências fundamentais que actuam em ordem pública, onde estas forças só fizessem isso, era a situação ideal, logicamente que iria facilitar muito o entrosamento e os treinos e a quantidade destes, até o próprio relacionamento interpessoal entre a Infantaria a Cavalaria e a Cinotécnia, que é muito importante, perdendo-se um bocadinho aquele espírito de “quinta” que existe muitas vezes e que é quase inevitável, por os indivíduos estarem separados, em detrimento do espírito de corpo. Existindo um local comum, logicamente que seria muito mais fácil, iria potenciar o relacionamento interpessoal e o treino em geral.

## APÊNDICE E: Transcrição da Entrevista Nº4

Entrevistado 4

Nome:	Pedro Emílio da Silva Oliveira
Idade:	41 Anos
Posto:	Major
Arma:	Infantaria
Unidade:	UI
Função:	Comandante do Grupo de Intervenção de Ordem Pública
Tempo de Serviço:	15 Anos
Data:	06-07-2010

Caracterização do objecto de análise:

Pergunta 1: Considera que a reestruturação da GNR, trouxe benefícios, no que respeita ao empenhamento conjunto de forças de cavalaria com as restantes valências numa eventual missão de RMOP?

**Resposta 1:** Esta nova reorganização orgânica da Guarda, não trouxe nem mais-valias nem menos-valias à ordem pública a Cavalos relacionada com a ordem pública a pé.

O que se poderia ter criado com esta nova reorganização, era se houvesse realmente uma estrutura física que suportasse colocarmos a UI com um Esquadrão a Cavalos dentro da UI, aí sim, mas teria que haver uma estrutura que suportasse isso, poderíamos ter mais-valias no que respeita à organização, à coordenação, ao treino e ao próprio comando da força. Neste momento há a sensibilidade dos dois comandos, quando há necessidade de efectuar treinos é fácil, quando temos efectivo suficiente, marcamos os treinos, quando há necessidade de colocar o pessoal preparado para ir para qualquer lado para situações de alteração de ordem pública também está fácil fazer isso, a força fica normalmente sobre o comando do Comandante da força de Infantaria que estiver no local, mas era o que acontecia antes. Depois vai depender dos Comandantes, se houver um bom relacionamento do comandante daqui com o comandante da USHE as coisas vão estar mais facilitadas, se esse relacionamento não for tão bom as coisas vão estar menos facilitadas, se for um mau

relacionamento as coisas são dificultadas. Portanto neste momento, eu não posso mandar sair as forças, se for para uma alteração de ordem pública em que levo três companhias, pois tenho que pedir autorização ao Comando Operacional, depois as forças vão demorar tempo a aprontar e levar tempo a chegar aos locais, o que vai fazer com que seja difícil ter as forças em tempo oportuno. Se for uma situação planeada não, a situação é planeada, convocam-se as forças, eu faço o reconhecimento normalmente ao local, verifico que há bom espaço e condições para o empenhamento da Cavalaria, convoco logo esta valência e se o Comando Operacional assim decidir que é realmente oportuno levar a Cavalaria, dá-me a Cavalaria e levo-a logo. Temos verificado isso nos jogos de futebol, e onde verificámos mesmo isso foi no jogo da final da taça Carlsberg Cup entre o Benfica e o Porto, lá em baixo no estádio do Algarve.

De uma forma geral é isto, portanto a reorganização não trouxe mais-valia nenhuma em relação à competência das forças, e estão colocadas exactamente nos mesmos sítios, as que estavam no RC passaram para a USHE e as que estavam no RI passaram para a UI, e neste momento quando é necessário podemos convocar a USHE através do Comando Operacional. A única mais-valia que se vai conseguir algum dia é colocar as forças de Ordem públicas todas sobre o mesmo Comando, na minha opinião.

Pergunta 2: Estarão os militares que compõem as forças de RMOP sobre o seu comando, preparados para desempenhar as funções que lhe forem atribuídas neste âmbito?

**Resposta 2:** Neste momento dentro dos cenários que até ao momento temos enfrentado no terreno, as forças têm-se demonstrado completamente preparadas.

Pergunta 3: Estes militares estão preparados para actuar em conjunto com os militares das outras valências numa acção de manutenção de ordem pública?

**Resposta 3:** Já tivemos várias intervenções, das mais recentes talvez no Euro 2004 em que actuámos com a Cavalaria em situações de RMOP e correu tudo bem. Pós reestruturação da GNR a situação mantém-se, sempre que há possibilidade fazemos treinos conjuntos e demonstrações, quando há finais de cursos de uns e de outros temos feito também exercícios conjuntos já com efectivos maiores. Neste momento as forças conseguem trabalhar em conjunto, no entanto se a força estivesse toda concentrada e se os treinos fossem diários, sem dúvida nenhuma que atingíamos outro nível.

Pergunta 4: Existe uma doutrina de empenhamento de conjunto e esta é constante dos currículos dos cursos de RMOP?

**Resposta 4:** Até ao momento não existe absolutamente documento nenhum que tenha doutrina de empenho, em termos das forças que podemos designar de combinadas, pois o conceito ainda está também por definir, se são forças conjuntas, combinadas ou agrupadas, segundo as definições militares isto seria uma força de armas combinadas.

Não existe nada, existe na realidade um documento feito por mim, que propus para que passasse a fazer parte, ou que fosse avaliado como possível doutrina ou como base

para uma possível doutrina de acções conjuntas em ordem pública, no entanto até ao momento não houve qualquer feedback. É o único documento que existe, em que numa primeira parte propõe um modelo de utilização de força em ordem pública e depois a utilização da Infantaria conjuntamente com Cavalaria e a Cinotécnia. Em minha opinião, pelo menos isto poderia ser uma boa base para ser ministrado nos cursos de ordem pública das três valências, e possivelmente ser um ponto de partida para se criar doutrina.

Pergunta 5: São os treinos conjuntos entre as diversas valências empenhadas em missões de RMOP, adequados, frequentes e suficientes, para satisfazer as eventuais necessidades operacionais?

**Resposta 5:** São os possíveis, pois eu considero que os treinos nunca são suficientes, porque há sempre pormenores a limar e conforme se vai aumentando o nível de exigência mais precisamos de continuar a treinar. Neste momento estamos a treinar o possível, quando temos força disponível de um e outro lado juntamo-nos e fazemos treinos. Os empenhamentos operacionais são tantos que, neste momento quanto à instrução cada vez menos temos possibilidade de a conseguirmos, mas sempre que há possibilidade de juntarmos o esquadrão com pelo menos uma companhia nossa, fazemos isso.

Pergunta 6: Na sua opinião, o que poderia ser feito tendo em vista uma melhoria na articulação das forças de RMOP a Cavalo com as restantes valências?

**Resposta 6:** Para mim uma força a cavalo para ser utilizada na ordem pública, para se poder rentabilizar uma força a cavalo ou uma força cinotécnica, tem que haver um comando único das forças de ordem pública, tem que haver uma gestão única das forças de ordem pública e tem que haver uma coordenação única das forças de ordem pública, portanto, neste momento as coisas funcionam, estamos a tirar rendimento da utilização da força, mas para rentabilizar ao máximo esta força só colocando num espaço com capacidades físicas para suportar todas as forças de ordem pública, e onde esse espaço permitisse fazer treinos diários, porque se as nossas forças é difícil de movimentar para o terreno, a força de Cavalaria muito mais difícil é, demora muito tempo para aprontar e colocar nas viaturas e preparar para actuar, se tivéssemos um espaço o pessoal ia buscar os cavalos montava e a seguir estávamos num local onde não era preciso estar a transportar os arreios nem nada, mas sim trabalhar os cavalos e habituá-los às movimentações e aos barulhos.

Neste momento, da forma como está, vamos fazendo o possível, os Comandantes de esquadrão vão falando comigo e às vezes vêm aos briefings, onde vamos limando pormenores.

## APÊNDICE F: Transcrição da Entrevista Nº5

Entrevistado 5

Nome:	José Eduardo Lopes Caeiro
Idade:	32 Anos
Posto:	Capitão
Arma:	Cavalaria
Unidade:	USHE
Função:	Comandante do 3º Esquadrão e actual Comandante do Esquadrão de RMOP
Tempo de Serviço:	7 Anos
Data:	07-07-2010

Caracterização do objecto de análise:

Pergunta 1: Considera que a reestruturação da GNR, trouxe benefícios, no que respeita ao empenhamento conjunto de forças de cavalaria com as restantes valências numa eventual missão de RMOP?

**Resposta 1:** A ideia era juntar a ordem pública toda e ter um pelotão ou um esquadrão de RMOP junto da Unidade de Intervenção, pelo menos foram os estudos que se fizeram, mas tal não veio a acontecer com uma certa lógica, porque isso iria implicar custos muito elevados face ao que se rentabilizar. Em boa verdade, a ordem pública a cavalo deve estar pronta para ser empenhada, pois tem um efeito dissuasor muito elevado, mas acaba realmente por não ser muitas vezes empenhada. Ter um esquadrão pronto a intervir, exclusivamente para ordem pública, era talvez uma despesa muito grande, de modo que resultou apenas num esquadrão que está dado à UI, mas ao fim ao cabo as coisas ficaram muito parecidas ao antecedente.

Houve uma coisa boa que resultou da reestruturação, que foi, internamente dentro da nossa unidade, conseguimos estruturar melhor a ordem pública, ou seja, temos dentro dos esquadrões a cavalo, os pelotões de RMOP sempre nomeados e toda a gente sabe quem faz parte e quem não faz, pois antigamente como estava tudo englobado, quando havia

alguma coisa para fazer, muitas vezes iam os que estavam disponíveis e nem sempre eram os que tinham as habilitações para desempenhar essas funções.

A nível interno da USHE, penso que a reestruturação acabou por trazer alguma arrumação, no entanto relativamente ao empenhamento conjunto com as restantes valências acho que se mantém tudo na mesma.

Pergunta 2: Estarão os militares que compõem as forças de RMOP sobre o seu comando, preparados para desempenhar as funções que lhe forem atribuídas neste âmbito?

**Resposta 2:** Penso que sim, que estão preparados.

Mais a mais temos tido mais treinos ultimamente desde a reestruturação orgânica, o problema é que o RMOP era visto um pouco como uma “miragem”, ela existia mas não se pensava muito sobre a matéria, quando acontecia íamos e fazia-se, desde a reestruturação não, a ordem pública está mais presente como uma prioridade.

Na verdade, antes quando havia necessidade de intervir, treinava-se dois dias e as missões corriam por norma bem, agora com mais treinos, acho que estamos melhor preparados e temos os cavalos melhor preparados, pois muitas vezes o problema não está nos militares, porque estes aprendem e treinando mais ou menos vão fazendo, os cavalos requerem um treino constante e ultimamente têm-se essa preparação.

Assim sendo, penso que neste aspecto temos melhorado bastante e estamos preparados.

Pergunta 3: Estes militares estão preparados para actuar em conjunto com os militares das outras valências numa acção de manutenção de ordem pública?

**Resposta 3:** Por vezes ainda existe alguma falta de coordenação. O que não quer dizer que não estejam, mas estou convencido que tem acontecido várias vezes que quando vamos trabalhar com as outras valências e precisamos de fazer alguma coisa as coisas acontecem e correm bem, mas dizer agora assim de repente “Juntamo-nos todos e vamos fazer uma operação”, estou convencido que haveria ali algumas coisas que não iriam ser fáceis.

Pergunta 4: Existe uma doutrina de empenhamento de conjunto e esta é constante dos currículos dos cursos de RMOP?

**Resposta 4:** Sim existe, sempre existiu, o manual é muito recente, a doutrina vai sempre evoluindo, mas já havia, não teve a ver com a reestruturação.

Pergunta 5: São os treinos conjuntos entre as diversas valências empenhadas em missões de RMOP, adequados, frequentes e suficientes, para satisfazer as eventuais necessidades operacionais?

**Resposta 5:** Não, considero que não são suficientes. Não são adequados, nem frequentes nem suficientes. O problema continua a ser muito semelhante ao que já existia, como nós não conseguimos, economicamente e na prática, ter um esquadrão em exclusivo para a ordem pública, acontece que esse esquadrão está sempre empenhado em fazer de



tudo, e como está em permanência em fazer de tudo contamos com esses homens para fazer de tudo, depois, das duas uma, ou há uma situação de ordem pública muito importante que obrigue a mobilizar os homens para ali em prejuízo do resto do serviço e eles vão, ou então, no seu serviço diário normal esses homens fazem-nos muita falta para muitas outras coisas. Deste modo estar a fazer treinos constantes com as outras valências, acaba por não se tornar muito prático, pois facilmente consigo juntar aqui os homens que tenho disponíveis e fazer um treino, agora se tiver que ir treinar com as outras valências tenho que ter o esquadrão ou o pelotão completo para treinar e aí tenho mais dificuldade em fazer isso todas as semanas.

Um espaço comum facilitava em termos de aproximação, mas em minha opinião não resolvia, a única solução seria ter um esquadrão só para fazer RMOP, mas isso relativamente ao custo versus rentabilidade iria sair muito caro.

Pergunta 6: Na sua opinião, o que poderia ser feito tendo em vista uma melhoria na articulação das forças de RMOP a Cavalos com as restantes valências?

**Resposta 6:** Penso que acima de tudo era importante mudar-se as mentalidades, e as pessoas de uma vez por todas percebessem que tudo faz falta cada um com as suas atribuições e funções.

Em suma o que se poderia fazer era haver mais treinos e haver uma mudança ao nível das mentalidades, ou seja, da cultura organizacional.

## APÊNDICE G: Transcrição da Entrevista Nº6

Entrevistado 6

Nome:	Nuno Miguel Oliveira Simões
Idade:	31 Anos
Posto:	Capitão
Arma:	Infantaria
Unidade:	UI
Função:	Comandante de Companhia MOP
Tempo de Serviço:	7 Anos
Data:	08-07-2010

Caracterização do objecto de análise:

Pergunta 1: Considera que a reestruturação da GNR, trouxe benefícios, no que respeita ao empenhamento conjunto de forças de cavalaria com as restantes valências numa eventual missão de RMOP?

**Resposta 1:** Relativamente a esta reestruturação, o que trouxe de novo para as forças do Grupo de Intervenção de Ordem Pública, foi efectivamente associar um Esquadrão da USHE a esta questão do restabelecimento da ordem pública em conjunto com o GIOP, e esta foi a grande mais-valia. Esta mais-valia tanto se passa a nível das forças de Cavalaria, como também com as forças de Cinotécnica, que também com esta reestruturação, ficaram agora a trabalhar debaixo do tecto da Unidade de Intervenção, acabando por se criar uma aproximação, fruto de estarmos todos sobre o mesmo comando, simplificando muito mais a articulação entre as forças.

Esta foi então a grande mais-valia, ficar associado efectivamente um esquadrão ao GIOP, quanto à Cinotécnica há a acrescentar o facto de terem ficado sobre o mesmo comando.

Pergunta 2: Estarão os militares que compõem as forças de RMOP sobre o seu comando, preparados para desempenhar as funções que lhe forem atribuídas neste âmbito?

**Resposta 2:** Quando é aqui ministrado um curso de ordem pública aos militares do GIOP, o primeiro degrau é a formação da ordem pública para nós, para uma actuação

apenas sozinhos, tendo em vista a cooperação interna e actuação conjunta das nossas forças, são sete semanas de curso e o objectivo é o desenvolvimento de técnicas individuais, desenvolvimento também de técnicas de pelotão, trabalhando-se muito ao nível do pelotão.

Portanto sim todos os militares estão preparados para o desempenho dessas funções.

Pergunta 3: Estes militares estão preparados para actuar em conjunto com os militares das outras valências numa acção de manutenção de ordem pública?

**Resposta 3:** Não podemos estar em curso a juntar uma actuação de companhia, pois se fôssemos juntar aqui uma actuação de batalhão durante este curso, se fôssemos juntar uma actuação de forças de cinotécnica, se fôssemos juntar ainda uma actuação conjunta com a Cavalaria, tínhamos aqui um curso para seis meses, não podemos, é impossível tendo em conta as limitações. Contudo são muitas as instruções de organização ao nível de pelotão, por exemplo, onde já se juntou teoricamente a utilização dos meios cinotécnicos e de Cavalaria. Durante o curso são muitas as vezes em que se faz a introdução dessas valências, para eles saberem teoricamente como é que nós funcionaríamos nestas forças. Passo seguinte, acaba o curso de ordem pública e fruto desta aproximação que houve deste esquadrão com o GIOP, fazem-se exercícios finais, onde eles se vão apercebendo daquilo que teoricamente foi falado durante o curso e como é que é realmente na prática. Neste momento sim, todos os elementos do GIOP têm noção do funcionamento em conjunto.

Pergunta 4: Existe uma doutrina de empenhamento de conjunto e esta é constante dos currículos dos cursos de RMOP?

**Resposta 4:** Quanto à doutrina de empenhamento conjunto, como anteriormente estava a dizer, nós aqui teoricamente nos cursos de ordem pública falamos nesta área. Também nos cursos de RMOP da USHE, somos convidados para passar algumas horas a falar com os elementos em curso, para explicar na vertente de Infantaria, a nossa forma de actuação e como nos encaixamos nas acções de restabelecimento e manutenção da ordem. Agora, se formos falar se esta doutrina é constante, para que seja uma doutrina temos que nos apoiar em alguma coisa que esteja escrito e se formos ver se neste momento temos algum manual concebido, aprovado para uma actuação conjunta destas forças este não existe. Existe sim, umas referências, experiências acumuladas e passadas dos mais velhos para os mais novos sobre formas de actuação, e tem sido assim ao longo dos últimos anos, pelo menos desde que cá estou. Neste momento já existe um manual que está preparado, sei que este manual foi feito com o contributo das três peças de manobra, se assim as pudermos chamar, ou seja das forças do GIOP, das forças da Cavalaria e das forças da Cinotécnica. O manual espera que seja aprovado, para conceder esta doutrina, porque só com doutrina escrita é que poderá ser constante nos cursos, porque senão houver uma doutrina de base, isto vai flutuando ao sabor dos comandantes que vamos tendo e das suas ideias. Felizmente a estrutura de comando que desde 2004, em minha opinião, empolgou

mais esta questão da actuação conjunta, manteve-se mais ou menos estável ao nível do GIOP, assim como na USHE, continuando-se mais ou menos a utilizar a mesma forma de actuação conjunta, no entanto não existe nada escrito em que nos possamos apoiar.

Pergunta 5: São os treinos conjuntos entre as diversas valências empenhadas em missões de RMOP, adequados, frequentes e suficientes, para satisfazer as eventuais necessidades operacionais?

**Resposta 5:** Eu considero que os treinos nunca são suficientes, isto é como tudo, a perfeição nunca se alcança, quanto mais tempo tivéssemos para treinar, mais poderíamos treinar, então quando trabalhamos com forças que envolvem cavalos, cães e homens, torna-se mais difícil e são preciso muitas horas para que as coisas comecem a funcionar, agora estes treinos existem, e existem desde a reestruturação e foram empolgados por esta reestruturação.

Se são suficientes? Não, poderíamos ter mais treinos, mas atendendo à actual conjuntura da Guarda e a actual conjuntura de empenhamento do GIOP, do serviço dos esquadrões a cavalo e da cinotécnica, é difícil, porque o serviço exterior prevalece sobre o serviço interno, ou seja, o serviço operacional prevalece sobre a instrução.

Os treinos existem, têm sido aproveitadas as oportunidades e acaba por criar o conhecimento das pessoas, porque nós quando estamos numa acção deste tipo, um dos imperativos da actuação das forças de ordem pública é que temos que nos conhecer realmente muito bem e estes treinos favorecem também isso. Acontece que se acaba por se conhecer os militares e saber as pessoas com quem estamos a trabalhar do esquadrão e da cinotécnica, onde esta tem uma vantagem como estão neste meio, acabam-se por se criar alguns laços que são muito importantes depois no terreno do ponto de vista da coesão e do espírito de corpo.

Pergunta 6: Na sua opinião, o que poderia ser feito tendo em vista uma melhoria na articulação das forças de RMOP a Cavalo com as restantes valências?

**Resposta 6:** Em primeiro lugar, a doutrina, de uma vez por todas tem que ser aprovado um manual de actuação conjunta, porque este vai ser a linha condutora, porque por mais que mudem as pessoas os livros ficam.

Em segundo, locais de instrução, se tivéssemos um só aquartelamento, se tivéssemos associado a essas instalações, como diversas forças europeias têm, por exemplo a Gendarmerie, no espaço em que o pessoal come e o pessoal dorme, vai-se a pé até ao local de instrução, e é ali que está uma aldeia de instrução, o que facilita e ganha-se tempo, não é numa tarde em que se demora tempo para se chegar a um local de instrução, mais 40 minutos para se montar todos os equipamentos e já passou quase metade da tarde, treina-se meia hora e depois desmonta-se tudo porque está a ficar de noite e para regressar ao quartel, isto é têm que haver locais de instrução adequados nos aquartelamentos, isto tudo favorece o treino.

Em terceiro lugar, penso que deveria haver momentos em que estas forças fossem destacadas para formações, ou seja, a formação, ou a instrução funciona um pouco ao sabor do serviço operacional, se há muito empenhamento não há instrução, se o empenhamento operacional é menor já se tem mais um bocadinho de tempo para treinar, nas outras forças europeias já não funciona bem assim, por exemplo, os esquadrões da Gendarmerie têm blocos, eles já sabem que daqui a três meses vão passar duas semanas num determinado local, só em treinos, até fazem uma espécie de reciclagens a fazer reciclagens. Se fosse criado realmente, instrumentos para reciclagens ou blocos de instrução e actualização, penso que era mais uma questão que poderia melhorar a articulação das forças, porque quanto mais treinamos, melhor desempenhamos a missão.

Basicamente as três coisas que poderiam melhorar esta articulação eram, uma doutrina definida e aprovada, locais de instrução, algo que favorecesse a instrução, e uma calendarização da instrução.

## APÊNDICE H: Transcrição da Entrevista Nº7

Entrevistado 7

Nome:	Filipe Miguel Mateus Tomé
Idade:	30 Anos
Posto:	Tenente
Arma:	Cavalaria
Unidade:	USHE
Função:	Serra-fila do 4º Esquadrão e Comandante de Pelotão de RMOP
Tempo de Serviço:	5 Anos
Data:	12-07-2010

Caracterização do objecto de análise:

Pergunta 1: Considera que a reestruturação da GNR, trouxe benefícios, no que respeita ao empenhamento conjunto de forças de cavalaria com as restantes valências numa eventual missão de RMOP?

**Resposta 1:** Sim, creio que sim, uma vez que com a reestruturação a USHE passou a ceder à Unidade de Intervenção um esquadrão RMOP para actuação em conjunto com as forças de ordem pública de infantaria e cinotécnica desta unidade. Deste modo resultou numa mais-valia, pois as coisas começam a andar mais conjugadas e os esforços começam a ser outros, embora os treinos pudessem ser em maior número mas a falta de efectivo não o permite. Enquanto antes havia uma escala de prevenção e toda a gente que estava saía para integrar a força de restabelecimento e manutenção de ordem pública, agora não, agora sai os homens que pertencem ao esquadrão de prevenção.

Pergunta 2: Estarão os militares que compõem as forças de RMOP sobre o seu comando, preparados para desempenhar as funções que lhe forem atribuídas neste âmbito?

**Resposta 2:** Sim, todos os homens que integram este esquadrão estão habilitados com o curso, e tecnicamente preparados para desempenhar estas funções.

Pergunta 3: Estes militares estão preparados para actuar em conjunto com os militares das outras valências numa acção de manutenção de ordem pública?

**Resposta 3:** Sim, sem dúvida que sim, desde que se começou a falar da reestruturação orgânica da GNR, que passou a haver uma maior acuidade com esta situação e passaram os treinos a comportar as três valências. Independentemente de nós termos treinos em que só entram as nossas forças, depois sempre que é possível existem

treinos conjuntos com as três valências. O grande problema advém do facto de, com o défice de efectivo e com o empenhamento operacional que as duas unidades têm, não haver possibilidade de se efectuarem treinos regulares.

Pergunta 4: Existe uma doutrina de empenhamento de conjunto e esta é constante dos currículos dos cursos de RMOP?

**Resposta 4:** A doutrina é algo que está a ser criado, cada uma das valências deu o seu parecer e contributo para um manual de forças conjuntas para restabelecimento e manutenção e ordem pública que englobava a Infantaria, a Cavalaria e a Cinotécnica, o qual não tenho conhecimento que esteja aprovado. Não estando aprovado não se pode considerar que exista uma doutrina de empenhamento conjunto. Quanto aos cursos estas questões são abordadas, tanto que aqui sempre que há um curso de restabelecimento e manutenção de ordem pública, nos exercícios finais na última semana há treinos com as três valências e ainda durante o curso vem cá um oficial da UI durante três horas falar sobre a articulação das forças.

Pergunta 5: São os treinos conjuntos entre as diversas valências empenhadas em missões de RMOP, adequados, frequentes e suficientes, para satisfazer as eventuais necessidades operacionais?

**Resposta 5:** Considero que adequados são sempre, suficientes só os resultados obtidos o poderão dizer, quanto a mim era desejável que fosse superior, só não o é porque o empenhamento operacional aliado ao défice de pessoal não permite que haja mais treinos.

Pergunta 6: Na sua opinião, o que poderia ser feito tendo em vista uma melhoria na articulação das forças de RMOP a Cavalos com as restantes valências?

**Resposta 6:** Em primeiro lugar a partir do momento em que seja aprovado um manual onde os procedimentos estejam expressos, ou exista algo concreto no qual trabalhar, logo aí temos uma mais-valia. Depois a frequência do número de treinos deveria ser superior para se limarem arestas e para que principalmente quem não está habituado a trabalhar com os cavalos, como os militares de infantaria, possa perder o receio de actuar com eles e ao haver mais treino o entrosamento e dinamismo da força conjunta também vai ser muito maior.

## APÊNDICE I: Transcrição da Entrevista Nº8

Entrevistado 8

Nome:	Rui Miguel da Silva Pereira
Idade:	27 Anos
Posto:	Tenente
Arma:	Infantaria
Unidade:	UI
Função:	Comandante de Pelotão MOP
Tempo de Serviço:	5 Anos
Data:	13-07-2010

Caracterização do objecto de análise:

Pergunta 1: Considera que a reestruturação da GNR, trouxe benefícios, no que respeita ao empenhamento conjunto de forças de cavalaria com as restantes valências numa eventual missão de RMOP?

**Resposta 1:** A reestruturação da GNR veio no fundo trespassar para o papel o que já vinha a ser feito, a ideia inicial segundo me consta era que houvesse permanentemente um esquadrão atribuído à Unidade de Intervenção, o que está a ser feito de forma rotativa, salvo erro de seis em seis meses, que serviria também para fazer treinos e preparar Operações em conjunto. Na prática isto não se está a verificar porque, para já não temos tempo nem efectivo suficiente para dar resposta ao empenhamento operacional e muito menos para treinar, o que é uma grande lacuna pois é necessário muito treino. Com as forças de RMOP a cavalo, a nível de entendimento corre sempre tudo muito bem, há boas relações interpessoais com os diversos comandantes.

Com a reestruturação, penso que não houve grandes alterações, nós estamos aqui, a Cavalaria está do lado de lá e a ligação que existe agora é praticamente a mesma que existia no antecedente, talvez devido à falta de tempo e de oportunidades.

No fundo a reestruturação orgânica veio plasmar na lei que a USHE mantém um esquadrão RMOP em prontidão para reforçar a UI, mas na prática não se verifica uma permanente ligação connosco, ao contrário do que aconteceu com a Cinotécnia. A Cinotécnia veio para a UI, ficou mesmo atribuída, e a nível de coordenação e planeamento de operações já trabalhamos com eles.



Pergunta 2: Estarão os militares que compõem as forças de RMOP sobre o seu comando, preparados para desempenhar as funções que lhe forem atribuídas neste âmbito?

**Resposta 2:** Sim, nesta matéria de ordem pública estão completamente preparados.

Pergunta 3: Estes militares estão preparados para actuar em conjunto com os militares das outras valências numa acção de manutenção de ordem pública?

**Resposta 3:** Sim também estão, porque os nossos militares já estão sensibilizados para isto, já tiveram várias experiências tanto no Euro 2004 como depois disso, tem havido bastantes serviços nomeadamente em eventos desportivos e culturais nos quais a Cavalaria está presente e o pessoal sabe trabalhar com eles, sabe as capacidades que eles têm e as suas limitações.

Pergunta 4: Existe uma doutrina de empenhamento de conjunto e esta é constante dos currículos dos cursos de RMOP?

**Resposta 4:** A doutrina não existe de facto. Durante o curso de ordem pública não era abordada a parte de Cavalaria, era dado o carro de água e grua, contudo têm sido feitos no âmbito dos exercícios finais dos cursos de RMOP da USHE exercícios conjuntos, têm também sido feitas demonstrações conjuntas e os militares sabem mais ou menos como funcionam as coisas, e nós antes de irmos também damos umas instruções de actualização interna aqui na UI, e quando vamos nessas acções as coisas correm normalmente bem.

Quanto a uma doutrina de empenhamento conjunto ela é falada, mas para já não existe, quando o manual sair e for aprovado ela passa a existir, enquanto não for ela não está materializada, logo não existe.

Pergunta 5: São os treinos conjuntos entre as diversas valências empenhadas em missões de RMOP, adequados, frequentes e suficientes, para satisfazer as eventuais necessidades operacionais?

**Resposta 5:** Os treinos conjuntos efectivamente não são muitos, são maioritariamente para os exercícios finais dos cursos de RMOP e quando há demonstrações, mas o pessoal normalmente consegue estar à altura.

A nível de exercício, este normalmente era sempre o mesmo, mas há pouco tempo para cá já têm sido ligeiramente diferentes e mais adequados ao que o pessoal pode encontrar no terreno, desde escoltas, aberturas de itinerários ou cordões de acompanhamento, barragens, tendo sido mais completo.

Pergunta 6: Na sua opinião, o que poderia ser feito tendo em vista uma melhoria na articulação das forças de RMOP a Cavalos com as restantes valências?

**Resposta 6:** Em primeiro lugar era levar a cabo aquele trabalho do manual de empenhamento de forças conjuntas e que este fosse aprovado e depois disto era haver formações aos graduados, pois fazendo-se formações aos graduados já se vai poder fazer a transmissão da informação e conhecimento para o escalão subordinado.

Por fim era fazer exercícios conjuntos mais regulares e na medida do possível enquadrar o curso de ordem pública da Infantaria com o da Cavalaria, em que a parte de ordem pública e controlo de distúrbios pudesse ser trabalhada em conjunto.

## **ANEXOS**

## ANEXO J: Decreto Criador da GRP de Lisboa, de pé e de cavalo



### DECRETO.

**S**ENDO muito conveniente , não só para a segurança , e tranquillidade da Cidade de Lisboa , Capital dos Meus Vastos Dominios , mas para que na mesma a ordem da Policia receba huma nova consolidação , que á imitação das outras grandes Capitães se estabeleça hum Corpo permanente , o qual vigie na conservação da ordem , e tranquillidade pública , e que obedeça , no que toca á disciplina Militar , ao General das Armas da Provincia , e no que toca ao exercicio das suas funções , ao Intendente Geral da Policia : Hey por bem crear huma Guarda Real da Policia de Lisboa , de pé , e de cavallo , para vigiar na Cidade de Lisboa , e para a guardar pela fórma , e maneira , que se regula no Plano , que baixa com este , assinado pelo Ministro , e Conselheiro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho , a quem Fui servido encarregar de levar á Minha Real Presença os Negocios concernentes á Inspeção da Policia da Corte e Reino ; o qual Plano em toda a sua extensão , e particularidades se entenderá formar parte deste Decreto. Assim o Mando par-

( 2 )

participar ao Conselheiro de Estado, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, e ao Conselho de Guerra para se fazer executar em cada Repartição pela parte que lhe toca. O mesmo Ministro, e Conselheiro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Presidente do Meu Real Erario, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio de Queluz em dez de Dezembro de mil oitocentos e hum.

*Com a Rubrica do PRINCIPE REGENTE N. S.*

Secretaria de Estado em 2 de Janeiro de 1802.

*Manoel Travassos da Costa Araujo.*

Fonte: Arquivo Histórico da GNR

## ANEXO K: Subordinação da GRP de Lisboa - Decreto de 1801

### I.

O Commandante da Guarda será subordinado ao General das Armas da Provincia , de quem receberá todos os dias o fanto ; e ao Intendente Geral da Policia , para executar todas as suas Ordens , e Requições ; devendo dar a hum e outro parte do que houver acontecido no dia , e noite precedente ; além da que ha de dar também diariamente ao Ministro de Estado , Encarregado da Policia , que actualmente he o Presidente do Real Erario.

Fonte: Arquivo Histórico da GNR

## ANEXO L: Composição, articulação e localização da GRP

Quadro L.1: Distribuição dos efectivos e dos solípedes, na organização definitiva da GRP em 1810.

	Nº de Homens	Nº de Solípedes
Estado Maior	38	20
Infantaria	1.030	5
Cavalaria	258	244
<b>Total</b>	<b>1326</b>	<b>269</b>

Fonte: Guarda Nacional Republicana (1949, p.26)

Quadro L.2: Localização das Companhias de Cavalaria.

Unidades	Quartéis	Postos
1ª Companhia	Triste Feia	Quartel do Infantado
2ª Companhia	Largo do Andaluz	No antigo Cemitério
3ª Companhia	Colégio dos Nobres	Nos alojamentos do colégio
4ª Companhia	Rua do Salitre	No Pátio dos Monges Brunos

Fonte: Guarda Nacional Republicana (1949, p.31)

Quadro L.3: Quantitativo dos efectivos de Homens e Cavalos de uma Companhia de Cavalaria.

	Nº de Homens	Nº de Solípedes
Capitães	2	4
Tenentes Comandantes	2	4
Tenentes	2	2
Alferes	6	6
Sargentos	8	8
Furriéis	4	4
Cabos	24	24
Anspeçadas	24	24
Soldados	176	160
Trombetas	6	4
Ferradores	4	4
<b>Total</b>	<b>258</b>	<b>244</b>

Fonte: Guarda Nacional Republicana (1949, p.25)

## ANEXO M: Constituição da GML

Quadro M.1: Constituição da GML após a reorganização de 1890

Esquadrões de Cavalaria da GML		Companhias de Infantaria da GML	
Capitães	4	Capitães	6
Tenentes	4	Tenentes	6
Alferes	8	Alferes	12
1 <sup>os</sup> Sargentos	4	1 <sup>os</sup> Sargentos	6
2 <sup>os</sup> Sargentos	12	2 <sup>os</sup> Sargentos	18
1 <sup>os</sup> Cabos	24	1 <sup>os</sup> Cabos	60
2 <sup>os</sup> Cabos	24	2 <sup>os</sup> Cabos	60
Soldados	280	Soldados	810
Clarins	8	Corneteiros	12
Aprendizes de Clarim	4		
Ferradores	4		
Aprendizes de Ferrador	4		
Total	380	Total	990
Resumo da Guarda Municipal de Lisboa			
	Oficiais	Praças de Pré	Cavalos
Estado Maior e Menor	11	49	7
Cavalaria	16	364	304
Infantaria	24	966	
Todos	51	1379	311

Fonte: Noronha, 1949 p.92



## ANEXO N: Constituição da GMP

Quadro N.1: Constituição da GMP após a reorganização de 1890

Esquadrões de Cavalaria da GMP		Companhias de Infantaria da GMP	
Capitães	1	Capitães	4
Tenentes	2	Tenentes	4
Alferes	2	Alferes	8
1 <sup>os</sup> Sargentos	1	1 <sup>os</sup> Sargentos	4
2 <sup>os</sup> Sargentos	4	2 <sup>os</sup> Sargentos	12
1 <sup>os</sup> Cabos	8	1 <sup>os</sup> Cabos	40
2 <sup>os</sup> Cabos	8	2 <sup>os</sup> Cabos	40
Soldados	90	Soldados	540
Clarins	2	Corneteiros	8
Aprendizes de Clarim	1		
Ferradores	2		
Aprendizes de Ferrador	1		
Total	122	Total	660
Resumo da Guarda Municipal do Porto			
	Oficiais	Praças de Pré	Cavalos
Estado Maior e Menor	6	36	4
Cavalaria	5	117	100
Infantaria	16	644	
Todos	27	797	104

Fonte: Noronha, 1949 p.93



# ANEXO O: Decreto de 12 de Outubro de 1910

Numero 7—Anno 1910

Quinta-feira 13 de outubro

## DIÁRIO DO GOVERNO

A correspondência oficial da capital e das provincias, franca de porte, bem como as periodicidades que trocarem com o Diário, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.

Assinaturas por anno . . . . . 18\$000 Annuetadas, por linha . . . . . 60  
Ditas por semestre . . . . . 10\$000 Communiadas e correspondências, por linha . . . . . 60  
Numero avulso, cada folha de quatro paginas 40  
Em conformidade da carta de lei de 24 de maio e regulamento de 2 de agosto de 1902, cobrar-se-hão 10 réis de selo por cada annuncio publicado no Diário do Governo

A correspondência para a assinatura do Diário do Governo deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respectivamente a publicação de annuncios será enviada à Rua Nova do Almada n.º 41 e 41, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

### SUMARIO

**PRESIDENCIA DO GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA.**  
Decreto de 12 de outubro encaregando do Ministerio das Finanças o Sr. José Relvas, em substituição do Sr. Basílio Telles.

Decreto com força de lei de 12 de outubro:  
Extinguindo as guardas municipais de Lisboa e Porto, mandando estudar a organização de um corpo de segurança publica para todo o país sob a denominação de Guarda Nacional Republicana e criando provisoriamente, em Lisboa e Porto, a Guarda Republicana.  
Mandando considerar feriadões, para todos os effectos, os dias 1 e 31 de janeiro, 5 de outubro e 1 e 25 de dezembro.

### MINISTERIO DO INTERIOR:

Decreto de 12 de outubro:  
Provedo o cargo de commandante da Guarda Republicana.  
Demittindo dos respectivos cargos os directores gerais da instrução secundaria, superior e especial e da instrução primaria, e providendo os mesmos cargos.

Despacho demittindo do respectivo cargo o juiz de instrução criminal.  
Errata á relação dos livros adoptados no Lyceu de Aveiro durante o triennio de 1909-1910 a 1911-1912.

Declaração pela Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial, sobre pagamento de emolumentos.  
Aviso aos candidatos a varias escolas primarias para completarem os seus documentos.

Despachos pela Direcção Geral da Instrução Primaria, sobre movimento de pessoal.  
Aviso de que as embarcações de pesca do alto mar ficam obrigadas a visita de saúde e a apresentação da respectiva carta.

### MINISTERIO DA JUSTIÇA:

Despachos encaregando um juiz da comarca do Porto de proceder á imposição de sellos nos edificios deshabitados e mobiliario das extinctas associações religiosas na comarca do Porto, e o juiz da comarca do Porto de Mós de proceder a igual serviço no districto de Leiria.

Rectificação ao mappa das despesas do Ministerio da Justiça, publicado em appendice ao Diário n.º 6, de 12 do corrente.

### MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS:

Decreto de 11 de outubro, excoerando do respectivo cargo o director geral da marinha e providendo o mesmo cargo.  
Annuncios, programma e condições de concurso para aforamento de varios terrenos situados nos districtos de Bolama e Geba, provincia de Angola.

### MINISTERIO DO FOMENTO:

Despachos pela Secretaria Geral, sobre movimento de pessoal.  
Relações de pedidos de registo de nomes industriais e de patentes e de addições a patentes de invenção.  
Nota das patentes de invenção transferidas e dos titulos de deposito de desenhos de fabrica concedidos em setembro.

### AVISOS E ANNUNCIOS OFFICIAES:

Camara Municipal de Lisboa, aviso da transferencia para o dia 21 do leilão de boricuas varias annuciado para 4 do corrente.  
Junta do Credito Publico, editos para averbamento de titulos.  
Real Casa Pia de Lisboa, annuncio de concurso para provimento de um lugar de prefeito.  
Montepio Offical, editos para habilitação de pensionistas.  
Repartições de Fazenda dos bairros de Lisboa, edital acerca dos servicos da contribuição industrial de 1910.  
Regimento de infantaria n.º 1, annuncio para arrematação de generos para rancho.  
Caminhões de Ferro do Estado, annuncio para arrematação dos trabalhos de empilhamento e crivagem de carvão de pedra.  
Mercado Central de Produtos Agricolas, mappas do manifesto e rateio do trigo nacional em setembro.  
Observatorio de Infante D. Luís, boletim meteorologico.  
Capitania do Porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.  
Estação Telegraphica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

### AVISOS E PUBLICAÇÕES.

### ANNUNCIOS JUDICIAES E OUTROS.

### SUMARIO DOS APPENDICES

N.º 418 — Cotação dos fundos publicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 10 de outubro.

### PRESIDENCIA DO GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA

Tendo reconhecido o Governo Provisorio da Republica Portuguesa que o Sr. Basílio Telles, designado para Ministro das Finanças no momento da solemne proclamação da Republica, não pode assumir o exercicio das suas funções por motivo de doença, resolveu encaregar do Ministerio das Finanças o Sr. José Relvas, que hoje mesmo entrou em effectividade.

Paços do Governo da Republica, aos 12 de outubro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* — *Antonio José de Almeida* — *Afonso Costa* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Bernardino Machado* — *Antonio Luis Gomes*.

Sendo necessario, a bem do serviço da Republica, organizar sobre novas bases um corpo de segurança publica para todo o país, o Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São extinctas as guardas municipais de Lisboa e Porto.

Art. 2.º É nomeada uma commissão, composta do general da reserva do quadro da reserva Ernesto da R.

carneação Ribeiro e dos cidadãos Manuel Maria Coelho e Manuel de Brito Camacho, para estudar a organização de um corpo da segurança publica para todo o país, que terá a denominação de guarda nacional republicana.

Art. 3.º Enquanto se não organiza a guarda nacional republicana, é criada, em Lisboa e Porto, a guarda republicana, para velar pela segurança e liberdade dos cidadãos, guardar os edificios publicos, etc.

Art. 4.º A organização d'esta guarda, de caracter meramente provisorio, será feita segundo instrucções especiaes.

Art. 5.º Os quartéis, armamento, correame e equipamento, gado e mais haveres do Estado, em carga á guarda municipal, serão devidamente arrolados e arrecadados, e ficarão em carga á guarda republicana.

Art. 6.º As pensões das praças reformadas da extincta guarda municipal continuarão a ser pagas pelo cofre da guarda republicana, enquanto não for providenciado por outro modo.

Art. 7.º Os officiaes e praças de pret da extincta guarda municipal serão postos á disposição do Ministerio da Guerra, com excepção das praças de pret que tiverem direito a reforma, a baixa de serviço ou a passagem á reserva, ás quaes serão dados esses destinos, se assim o desejarem.

Art. 8.º Tanto a futura guarda nacional republicana, como a guarda republicana, ficam dependentes do Ministerio do Interior.

Art. 9.º O presente decreto entrará desde já em vigor e será sujeito á apreciação da proxima assembleia nacional constituinte.

Determina-se portanto que todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da Republica, aos 12 de outubro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* — *Antonio José de Almeida* — *Afonso Costa* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *José Relvas* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Bernardino Machado* — *Antonio Luis Gomes*.

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São considerados feriados, para todos os effectos, os seguintes dias:

1 de janeiro — consagrado á fraternidade universal.  
31 de janeiro — consagrado aos precursores e aos martyres da Republica.

5 de outubro — consagrado aos heroes da Republica.

1 de dezembro — consagrado á autonomia da patria portuguesa.

25 de dezembro — consagrado á familia.

Art. 2.º As municipalidades poderão, dentro da area dos respectivos concelhos, considerar feriado um dia por anno, escolhendo-o de entre os que representam as festas tradicionais e caracteristicas do municipio.

Determina-se portanto que todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 12 de outubro de 1910. — *Joaquim Theophilo Braga* — *Antonio José de Almeida* — *Afonso Costa* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *José Relvas* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Bernardino Machado* — *Antonio Luis Gomes*.

### MINISTERIO DO INTERIOR

Hei por bem nomear commandante geral da guarda republicana, criada por decreto d'esta data, para velar provisoriamente pela segurança e liberdades publicas, nas cidades de Lisboa e Porto, o general de brigada do quadro da reserva Ernesto da Encarnação Ribeiro.

Dado nos Paços do Governo da Republica, aos 12 de outubro de 1910. — O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*.

### Direcção Geral de Administração Política e Civil

#### Despacho effectuado na seguinte data

Outubro 12

Decreto exonerando do cargo de juiz de instrução criminal o bacharel Antonio Emilio de Almeida Azevedo.

Direcção Geral de Administração Política e Civil, em 12 de outubro de 1910. — O Director Geral, *José Barbosa*.

### Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial e Direcção Geral da Instrução Primaria

Hei por bem decretar:

1.º Que sejam demittidos dos respectivos cargos o director geral da instrução secundaria, superior e especial, Agostinho Celso de Azevedo Campos, e o director geral da instrução primaria, Ildefonso Marques Manc, devendo promover-se a aposentação d'este ultimo nos termos legais.

2.º Que para os logares vagos de Director Geral de Instrução Secundaria, Superior e Especial seja nomeado João Duarte de Menezes e de Director Geral de Instrução Primaria João de Barros.

Paços do Governo Provisorio da Republica, em 12 de outubro de 1910. — *Antonio José de Almeida*.

### Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial

#### 1.ª Repartição

Tendo saído com inexactidão a relação dos livros adoptados durante o triennio de 1909-1910 a 1911-1912, o Lyceu de Aveiro, para os devidos effectos se declara que compendio adoptado no referido lyceu, para o ensino de 4.ª e 5.ª classes de allemão, é o *Cours Schweitzer et S. monot, allemand, classe de cinquieme*.

Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior Especial, em 12 de outubro de 1910. — Pelo Director Geral, *J. M. de Queiroz Velloso*.

#### 3.ª Repartição

Eduardo Schwalbach Luczi, inspector do Conservatorio de Lisboa, pagou na Recebedoria da Receita Eventual de Lisboa a quantia de 5\$414 réis de emolumentos e addicionaes, verba n.º 3315, pela licença de sessenta di concedida por despacho de 8 do corrente, publicado no Diário do Governo n.º 4, de 10 do actual mês.

Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior Especial, em 12 de outubro de 1910. — Pelo Director Geral, *J. M. de Queiroz Velloso*.

### Direcção Geral da Instrução Primaria

#### 3.ª Repartição

Em conformidade com a portaria de 17 de setembro de 1908, publicada no Diário do Governo n.º 21, de 18 do mesmo mês, se publicam as seguintes relações dos candidatos a diferentes escolas a concurso, a quem faltam documentos ou indicações exigidos pelas instrucções do Conselho Superior de Instrução Publica de 18 de janeiro ultimo, publicadas no Diário do Governo n.º 41, de 23 de fevereiro.

Estes candidatos teem, nos termos do n.º 2.º da mesma portaria, o prazo de quinze dias, contados da data da publicação d'este annuncio, para juntarem esses documentos na sede dos respectivos circulos escolares, sem o que não poderão ser admitidos aos concursos.

#### Circulo escolar de Alemquer

Escola para o sexo masculino da freguesia de S. Jo das Lampas, concelho de Cintra:

America do Carmo Carogo — requerimento inicial em 1 pel sellado.

Maria José — idem.

Brites da Assunção Santos — documento n.º 3 da alinea e o indicado na ultima parte do n.º IV do capitulo II e instrucções.

Carolina da Cruz — indicação da data do concurso e que juntou documentos.

Maria Emilia Marques Henriques — documento n.º 7 alinea A).

Escola para o sexo masculino da freguesia de Vi Verde dos Francos, concelho de Alemquer.

Alfredo de Macedo — indicação da data do diploma.

Joaquim Vicente França — declaração do tempo de serviço como ajudante.

Maria Ezequiel Pinto — indicação da data do concurso e que juntou documentos.

#### Circulo escolar de Erora

Escola para o sexo masculino da freguesia de Sa Anna, concelho de Portel:

Augusta Rita de Carvalho — documentos 2, 3, 4, 6 e da alinea A).

Maria Joaquina de Matos — idem.

Fonte: Arquivo Histórico da GNR



## ANEXO P: Composição e articulação do RC em 1922.

**Quadro P.1: Composição do Regimento de Cavalaria**

Designação	Pessoal				Animal			Material de 2 Rodas
	Oficiais	Sargentos	Outras praças	Soma	De sela	De Tiro	Soma	
Estado-maior e menor	11	9	6	26	20		20	
Regimento a 5 Esquadrões	25	40	610	705	725	10	735	5
Total Geral	36	49	646	731	745	10	755	5

Fonte: Guarda Nacional Republicana, 1997 p.5

**Quadro P.2: Composição do Estado-maior e menor de um Regimento de Cavalaria (a 5 Esquadrões)**

Designação	Homens			Solípedes		Viaturas	
	Oficiais	Sargentos	Outras Praças	De Sela	De Tiro	De 2 Rodas	De 4 Rodas
<b>Estado-maior</b>							
Comandante (Tenente-coronel)	1			2			
2º Comandante (Major)	1			2			
Médicos (Capitães ou Tenentes)	2			2			
Veterinários (Capitães ou Tenentes)	3			3			
Tesoureiro (Capitão ou Tenente do S.A.M.)	1			1			
Encarregado do Material de Guerra (Subalterno do Q.A.A.)	1			1			
Picador (Capitão ou Subalterno)	1			1			
<b>Soma</b>	10			12			

**Quadro P.2: Composição do Estado-maior e menor de um Regimento de Cavalaria (a 5 Esquadrões)**

<b>Estado menor</b>							
Sargento-ajudante do Picador		1		1			
2 <sup>os</sup> Sargentos Amanuenses		2					
1 <sup>os</sup> Cabos Amanuenses			2				
2 <sup>o</sup> Sargento (Mestre de Clarins)		1		1			
1 <sup>o</sup> Cabo (Contramestre de Clarins)			1	1			
2 <sup>o</sup> Sargento (seleiro-correeiro)		1					
2 <sup>o</sup> Sargento (serralheiro- espingardeiro)		1					
1 <sup>os</sup> Sargentos (enfermeiros hípicos)		2		2			
Cabo-fiel das arrecadações			1				
Serventes (Soldado do activo ou pensionista)			2				
<b>Soma</b>		9	6	6			
<b>Total geral</b>	10	9	6	18			

Fonte: Guarda Nacional Republicana, 1997 p.5

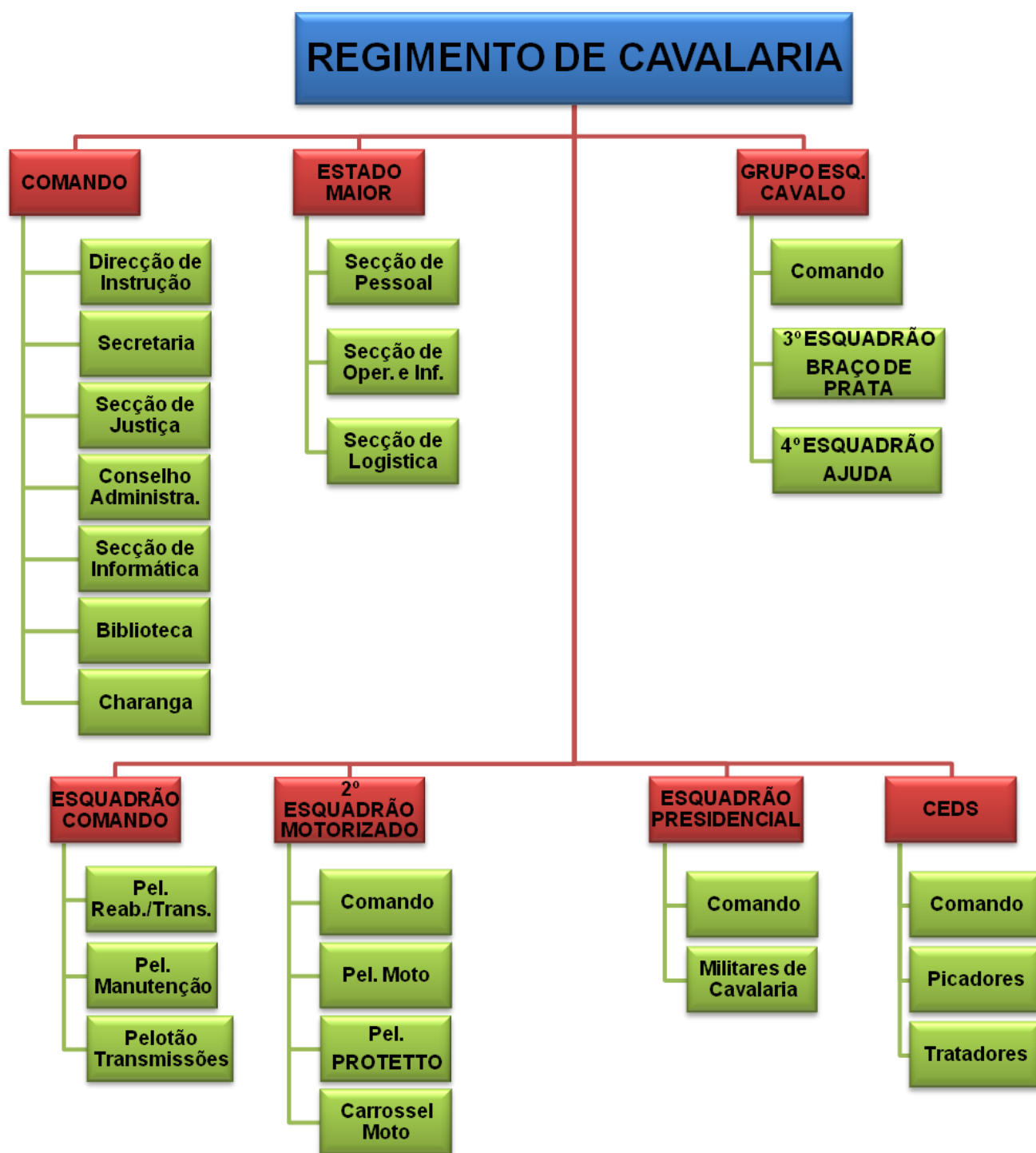
**Quadro P.3: Composição de um Esquadrão**

Designação	Homens			Solípedes		Viaturas	
	Oficiais	Sargentos	Outras Praças	De sela	De Tiro	De 2 Rodas	De 4 Rodas
<b>Oficiais</b>							
Capitão	1			2			
Subalternos	4			8			
<b>Soma</b>	5			10			
<b>Praças de pré</b>							
1º Sargento		1		1			
2ºs Sargentos		4		4			
2ºs Sargentos ou 1ºs Cabos Ferradores		3		3			
1ºs Cabos			8	8			
2ºs Cabos			8	8			
Aprendiz de ferrador			1	1			
2ºs Cabos clarins			4	4			
Aprendizes de Clarim			2	2			
Soldados			104	104			
<b>Soma</b>		8	127	135			
<b>Material</b>							
Carros para transportes			1		2	1	
<b>Total geral</b>	5	8	128	145	2	1	

Fonte: Guarda Nacional Republicana, 1997 p.6

## ANEXO Q: Articulação do RC antes da Reestruturação

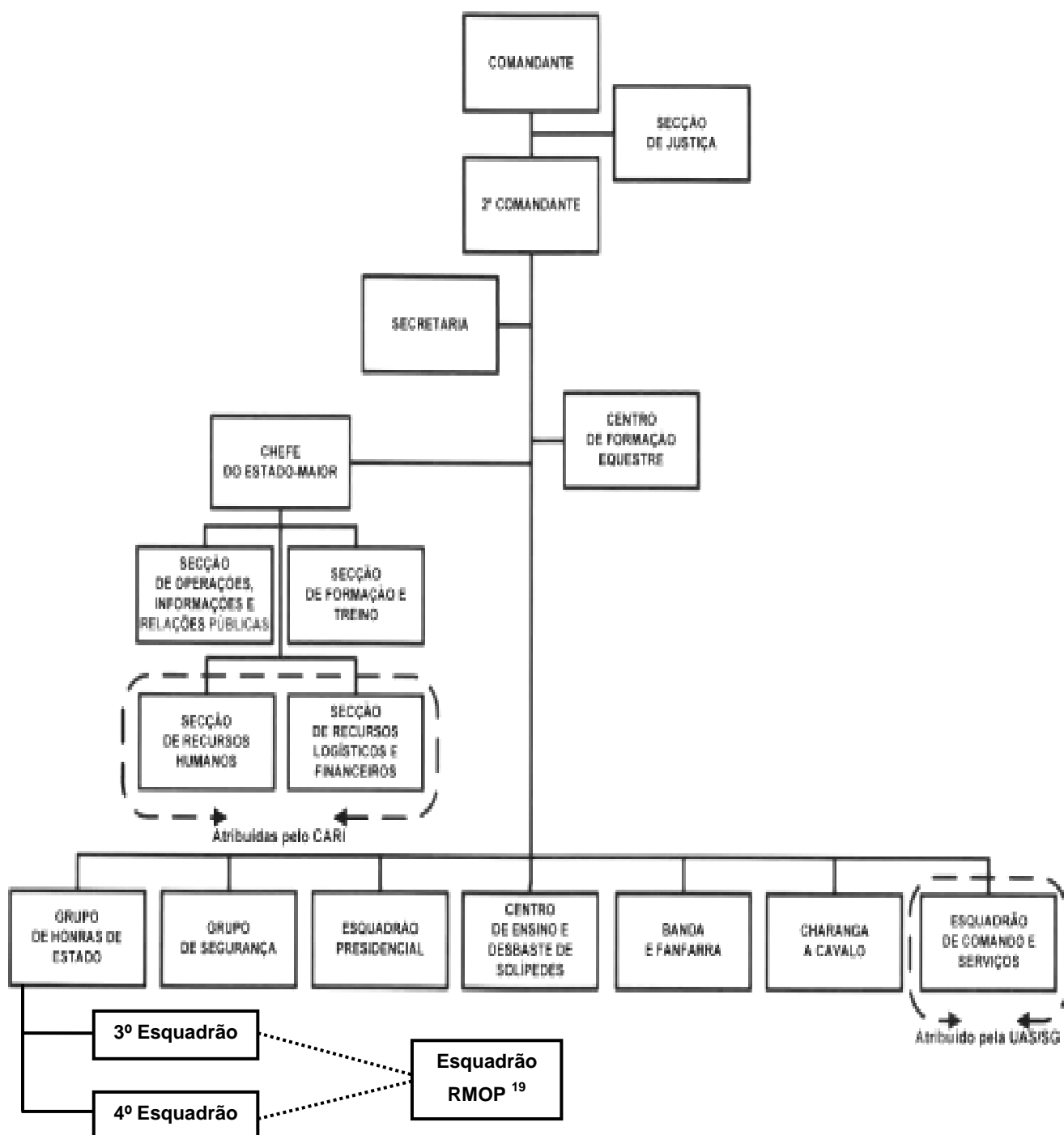
Figura Q.1: Organograma da estrutura orgânica do Regimento de Cavalaria



Fonte: Apresentação da aula nº 11, da Cadeira M-225, Sistema de Armas e Tiro GNR

## ANEXO R: Articulação da USHE

Figura R.1: Organograma da estrutura orgânica da USHE



Fonte: Anexo A ao Despacho GCG Nº 59/09-OG

<sup>19</sup> O Esquadrão de RMOP é constituído por derrame dos dois esquadrões a Cavalo existentes no GHE, deste modo de 6 em 6 meses um destes esquadrões assume as funções de Esquadrão RMOP.

## ANEXO S: Anexo B ao Despacho do GCG Nº59/09-OG

Figura S.1: Anexo B ao Despacho do GCG Nº59/09-OG

UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO																								
Órgão	Of. Gerais		Oficiais								Sargentos							Guardas			Civis	TOTAL	Obs.	
	TGen	MGen	Cor	Cor TCor	TCor	TCor Maj	Maj	Maj Cap	Cap	Cap Sub	Sub	SMor	SMor SCh	SCh	SCh SAj	SAj	SAj 1ºSrg	1ºSrg 2ºSrg	CMor CCh	CCh Cb				Cb A Gd
Comando e Estado-Maior																								
Comandante		1																						1
2.º Comandante			1																					1
Chefe do Estado-Maior					1					1						1			1	1				1
Centro de Formação Equestre					1					1						1			1	1				5
Adjunto do Comando											1													1
Secretaria														1			2	2	5					10
Secção de Justiça							1										1			2	1			5
Secção de Op., Info. e Rel. Púb.					1		1			1				1			1		1	3	1			10
Secção de Formação e Treino					1					1				1		1	1	1	1	1	1			8
Secção de Recursos Humanos							1							1		2	1	2	3	2				12
Secção de Recursos Logísticos e Financeiros							1			2				1		2	2	1	4	3				16
Total Cmd e EM		1	1			4		4		5		1			5	1	7	6	8	19	8			70
Grupo de Honras de Estado																								
Comando e Secção de Comando																								
2º Esquadrão Moto					1		1							1		1		1	1	1				7
Comando e Secção de Comando									1							1		1	1	1				5
Quarteiros																		1	1	5				7
Pelotões Moto (3)										3							9		18	54				84
Pelotão BTT										1							2		4	16				23
Secção de Manutenção Moto																1	1	1	3	3				9
3º Esquadrão a Cavalos																								
Comando e Secção de Comando									1							1	1	2	3	17				25
Quarteiros																		1	1	5				7
Pelotões (4)										4							4		20	100				128

UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO																								
Órgão	Of. Generais		Oficiais									Sargentos							Guardas			Civis	TOTAL	Obs.
	TGen	MGen	Cor	Cor TCor	TCor	TCor Maj	Maj	Maj Cap	Cap	Cap Sub	Sub	SMor	SMor SCh	SCh	SCh SAJ	SAJ	SAJ 1ºSrg	1ºSrg 2ºSrg	CMor CCh	CCh Cb	Cb A Gd			
4º Esquadrão a Cavalos																								
Comando e Secção de Comando									1								1	1	2	3	17			25
Quarteiros																			1	1	5			7
Pelotões (4)											4							4		20	100			128
Total GHE					1		1		3		12			1		5	22	10	76	324				455
Grupo de Segurança																								
Comando e Secção de Comando					1		1							1		1			2	4	5			15
1ª Companhia																								
Comando e Secção de Comando									1							1				1	1			4
Pelotões (4)											4					4	12			24	96			140
3ª Companhia																								
Comando e Secção de Comando									1							1				1	1			4
Pelotões (4)											4					4	12			24	96			140
Total GS					1		1		2		8			1		11	24	2	54	199				303
Esquadrão Presidencial																								
Comando e Secção de Comando									1							1	1		2	1	6			12
Pelotões Operacionais (3)											3							6		6	72			87
Total EP									1		3					1	1	6	2	7	78			99
Centro de Ensino e Desbaste de Solípedes																								
											1				1	1	1	1	1	9	25			39
Total CEDS											1				1	1	1	1	1	9	25			39
Banda e Fanfarra																								
Chefia						1		1		2	2	1												7
Secretaria e Arquivo Musical													1				1	1		1				4
Secção de Instrução e Formação															1		1	2						4
Banda Sinfónica																13	30	36	6	18	18			121
Orquestra de Câmara																4	5	5	2	2	4			22
Fanfarras													1		2		4	8	4	8	12			39
Banda Marcial															1		8	11	7	9	15			51
Total Banda e Fanfarra						1		1		2	2	1	2		21		49	63	19	38	49			248
Charanga																								
Executantes													1		2		4	8	3	7	12			37
Filas-Guia																					1	5		6
Total Charanga													1		2		4	8	3	8	17			43



UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO																									
Órgão	Of. Gerais		Oficiais									Sargentos							Guardas			Civis	TOTAL	Obs.	
	TGen	MGen	Cor	Cor TCor	TCor	TCor Maj	Maj	Maj Cap	Cap	Cap Sub	Sub	SMor	SMor Sch	SCh	SCh SAj	SAj	SAj 1ºSrg	1ºSrg 2ºSrg	CMor	CCh	Cb A				Cb Gd
Esquadrão de Comando e Serviços																									
									1						2	1	4	5	7	51	59			130	
Total ECS									1						2	1	4	5	7	51	59			130	
PelCmdSvc de reforço ao GSeg																									
															1		1	1	5	21	29			58	
Total PelCmdSvc Gseg															1		1	1	5	21	29			58	
PelCmdSvc de reforço ao 2º Esq																									
															1				3	10	11			25	
Total PelCmdSvc 2º Esq															1				3	10	11			25	
PelCmdSvc de reforço ao 3º Esq																									
															1		2	1	7	19	25			55	
Total PelCmdSvc 3º Esq															1		2	1	7	19	25			55	
PelCmdSvc de reforço ao 4º Esq																									
															1		2		4	10	20			37	
Total PelCmdSvc 4º Esq															1		2		4	10	20			37	
TOTAL USHE		1	1		2	5	2	5	7	8	25	2	3	2	35	3	87	137	71	322	844			1562	

a) Um oficial é veterinário

Fonte: Despacho do GCG Nº59/09-OG

## ANEXO T: Quantitativo dos efectivos do Grupo de Honras de Estado, 2010

Quadro T.1: Quantitativo dos efectivos do Grupo de Honras de Estado, 2010

COMANDO			
	Q.O	Q.E.	Diferença
Coronel			0
Ten. Coronel	1	1	0
Major	1	1	0
Capitão			0
Subalterno			0
Sarg. Mor			0
Sarg. Chefe	1	1	0
Sarg. Ajudante	1		-1
1º/2º Sargento			0
Furriel			0
Cabo Chefe	1		-1
Cabo	1	1	0
Guarda	1	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>-2</b>

2º ESQUADRÃO			
	Q.O	Q.E.	Diferença
Capitão	1	1	0
Subalterno	4	4	0
Sarg. Mor			0
Sarg. Chefe			0
Sarg. Ajudante	2	1	-1
1º/2º Sargento	12	12	0
Furriel			0
Cabo Chefe	3	2	-1
Cabo	27	47	20
Guarda	79	63	-16
<b>TOTAL</b>	<b>128</b>	<b>130</b>	<b>2</b>

3º ESQUADRÃO			
	Q.O	Q.E.	Diferença
Capitão	1		-1
Subalterno	4	4	0
Sarg. Mor			0
Sarg. Chefe		1	1
Sarg. Ajudante	1	1	0
1º/2º Sargento	5	11	6
Furriel		3	3
Cabo Chefe	3		-3
Cabo	24	33	9
Guarda	122	109	-13
<b>TOTAL</b>	<b>160</b>	<b>162</b>	<b>2</b>

4º ESQUADRÃO			
	Q.O	Q.E.	Diferença
Capitão	1	1	0
Subalterno	4	5	1
Sarg. Mor			0
Sarg. Chefe			0
Sarg. Ajudante	1	2	1
1º/2º Sargento	5	7	2
Furriel		4	4
Cabo Chefe	3	1	-2
Cabo	24	27	3
Guarda	122	109	-13
<b>TOTAL</b>	<b>160</b>	<b>156</b>	<b>-4</b>

Fonte: Secção de Recursos Humanos USHE



# ANEXO U: Ordem de Serviço Nº1 da GNR, de 1 de Abril de 1922

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA LISBOA, 1 DE ABRIL DE 1922

COMANDO GERAL ORDEN DE SERVIÇO Nº 91

SUA EXA O GENERAL COMANDANTE GERAL DETERMINA E MANDA PUBLICAR:

SEMPRE PARA AMANHÃ

COMANDO GERAL

IV-Oficial de dia-ten. Magro, reserva ten. Monteiro  
Médico de dia-ten. V. Sanchez, reserva cap. C. Ferreira  
Veterinário-ten. Parra, reserva cap. Lencaastro  
Amannuon-2º sarg. Louro da 2ª R., reserva 2º sarg. Bento da 2ª R.

FUNDA À CIDADE

1º-Oficial de ronda superior-ten. 1º R. S. Adj. do B.1, res. cap. Gonçalves do C.G.

Rondas

1ª Zona--- Ten. Morais do 1º E. do G.E.2  
Res. alf. Roendo da mesma U.

2ª Zona--- Alf. Loureiro do 2º E. do G.E.1  
Res. ten. S. Ribeiro do 3º E. do G.E.1

3ª Zona--- Sarg. Alf. Esteves do 1º E. do G.E.1  
Res. ten. M. Prato do 2º E. do G.E.2

1º-Guarda Principal-----B.2

2º-Secção de metralhadoras pessoais de serviço para amanhã---B.2

3º-Ronda no Rossio-2º sarg. Torrado da 2ª R., e 1º cabo António do S.E., reserva 2º sarg. Neves da 3ª R. e 1º cabo Simão do C.A.

4º-Ronda no Lado de S. Domingos-2º sarg. Figueiredo do C.A. e 1º cabo Gony alves da 2ª R., res. 2º sarg. Ferreira do S.O. e 1º cabo Silva do S.E.

EXTINTO DOS GG, E.E.1 e 2 a CONSTITUIÇÃO DO R.C.

179-Que sejam considerados extintos desde 5 de Março os Grupos de Esquadras nº 1 e 2, sendo organizada nova dia com os seus elementos o Regimento de Cavalaria com a constituição que consta do D.8064 de 21 de Março findo, devendo ser extinto o 3º E. do G.E.1.

Pessoal

O pessoal do G.E.1 e G.E.2 terá todo passeio ao R.C. pago até 31 de Março. Do que exceder o quadro organico do Regimento será imediatamente enviada ao C.G. relação numerada e nominal com indicação da situação que pretende ter, para lhe ser dado destino.

Animal

Os cavalos terão todos passeio ao R.C. ocorridos de forragens até 31 de Março. As duas mareas que exceder os quadros tem passeio a C.T.

Material de guerra e aquartelamento

O material de guerra e de aquartelamento dos GG, E.E. passará a constituir carga do R.C., devendo de que exceder as necessidades do serviço ser requisitada a entrega nos respectivos serrios, a qual se fará quando for ordenado, por meio de relações em duplicado, donde os artigos constam por ordens alfabetico e com as designações com que figuram nas folhas de carga.

Administração

Fica desde 1 de Abril a cargo do Q. do regimento de Cavalaria os activos e passivos da responsabilidade dos CC. AA. dos extintos G.E.1 e G.E.2 referidos a 31 de Março.

Para esse fim serão entregues os duplicados dos dois balanços que se organizaram nos CC. AA. dos Grupos naquela data, no C.A. do R.C., o qual inicia a sua escrita, fazendo averbar no registro nº 5, ao conjunto, todas as verbas do activo e passivo, que acozaram os referidos balanços.

O C.A. do P.G. aproveitará os registos do C.A. do ext. G.E.2, para neles fazer a sua escrita devendo em seguida ao termo de abertura, lançar a seguinte verba: "continua. este registro para se averbar nas contas do Regimento de Cavalaria da G.N.R., oriundo pela D. do C.G. nº.... de ..... de 1922".

O referido C.A. liquidará todos os saldos dos "Resumos de Vencimentos" referidos a 31 de Março bem como todos os demais da responsabilidade do ext. G.E.1, e que constarem do respectivo balanço, restando as importâncias dos positivos e fazendo entrega dos negativos, transcrevendo que se realizem por meio de recibos devidamente assinados.

Que o S.P. do G.G. debite o C.A. do R.C. da G.N.R. pelos saldos que acozaram em 31 de Março as contas de fardamento dos extintos G.E.1 e G.E.2, encerrando as contas com os referidos Grupos.

O C.A. do ext. G.E.1, depois de receber e fazer entrega dos saldos da sua responsabilidade em 31 de Março, encerrará os seus registos, entregando-os com todos os documentos no arquivo do C.G. com excepção das contas de fardamento das praças, as quais arquivará numa pasta tendo na lombada a designação "Contas de fardamento das praças do ext. G.E.1, no período de Julho de 1920 a 31 de Março de 1922", e dos registos individuais nº 7, serão entregues no C.A. do R.C.

A verba para "diversas despesas" que fica atribuída ao Regimento de Cavalaria desde Abril de 1920 de R.300800 anuais.

As requisições para forragens que se tenham organizado de 1 a 5 nos extintos GG, E.E.1 e 2 serão entregues no R.C. ficando a cargo do C.A. desta;

Cantinas

Proceder-se-á conforme o determinado no cap. VII, alinea a) da C.G.G. nº 21, de 25 de Abril de 1920, as cantinas que houverem de cessar o seu movimento liquidarão as suas contas, entregando as existentes em género, material, saldos e lucros às cantinas que o comando do R.C. indicar.

(continua)

Quadros do R.C.

Comando

(Cabeço de Bola)

Comandante-ten. Cel. Mário da Cunha Bordalo Pinheiro, do G.E.2  
2º Comandante (int.)-cap. João Gomes da Costa Ramoa, do C.G.  
Adjuncto- cap. Luiz de Sousa, do G.E.2  
Médico- cap. med. Gustavo Adolfo Pitschlieller  
ten. " Américo Durão  
Veterinário-cap. vet. Maurício Evangelista de Sousa  
ten. " Joaquim Cândido Parra  
ten. " Joaquim de Sousa Martins  
Tesooureiro- cap. do S.A.N. Alfredo Marques Mandonga, do G.E.1  
Encarregado do material de guerra-alf. do Q.A.S.A. Francisco de Freitas Moura, do S.M.G.  
Piaçador- ten. pic. Arnaldo Tavares  
Sarg. Alf. " Sarg. Alf. Carlos Alberto Gonçalves Macieira  
1º Esquadrão (Carro)

Comandante- cap. António Luiz da Silveira  
Subalternos- ten. Jaime Francisco Leão do Rego  
ten. Francisco Gomes Barros  
ten. António Gonçalves  
2º Esquadrão (Cabeço de Bola)

Comandante- cap. José Lucio da Silva Junior  
Subalternos- ten. Manuel da Costa Mangó Preto  
ten. Carlos da Cunha Pinto Balsemão  
3º Esquadrão (Brço de Prata)

Comandante- cap. Manuel Joaquim Perreira  
Subalternos- ten. Manuel Guerra  
ten. Altino Aníbal Gamao  
alf. Francisco José da Caneira  
ten. Manuel Vieira  
4º Esquadrão (Telheiras)

Comandante- cap. Bento Moita  
Subalternos- ten. Roberto Gaudêncio Miguens  
ten. José António Morais  
ten. Raul Martinho  
alf. João Roendo  
5º Esquadrão (Chapolda; provisoriamente Belem)

Comandante- cap. Matias dos Santos  
Subalternos- ten. Matias Gabriel da Silva Soares  
alf. Manuel António Loureiro  
ten. António José Sobral Ribeiro  
ten. Gustavo Santana da Cunha Castelo Branco

Provisoriamente ficam fazendo serviço nos esquadrões que vão indicados os sargentos adjunctos:

1º E. sarg. Alf. João Esteves  
2º E. sarg. Alf. Livio Carlos Cruz  
4º E. sarg. Alf. Luiz Elias Fontes Veiga

Quartel de Alcantara

O quartel de Alcantara do esquadrão dissolvido fica desocupado de tropas podendo continuar a ocupar as habitações lá existentes os seus atuais moradores.

(P.450)

SERVICO EXTRAORDINÁRIO PARA MANUTENÇÃO DE ORDEM PUBLICA do G.E.1

279-Que o G.E.1 mande apresentar amanhã, pelas 7 horas, ao administrador do conselho de Oeiras, afim de conduzir esta autoridade na manutenção da ordem publica, uma força de 24 praças devidamente comandada,

RONDA DE VISITA À U.U.

289-Que, desde amanhã, passe a ser nomeado apenas um oficial de ronda de visita, ficando por isso sem efeito o artº 2º da presente Ordem na parte respeitante aqúello serviço.

299-RONDA DE VISITA À CIDADE-ten. Balsemão do 2º E. do G.E.2, reserva alf. Loureiro do 2º E. do G.E.1

O Chefe do Estado Maior

Ante: S. P. 1922

Fonte: Arquivo Histórico da GNR

## ANEXO V: Detalhe de instrução dos cursos de RMOP ministrados na USHE



### GUARDA NACIONAL REPUBLICANA UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO

#### SECÇÃO DE FORMAÇÃO E TREINO

### 22º CURSO DE RESTABELECIMENTO E MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA FORÇAS A CAVALO

#### DETALHE DA INSTRUÇÃO POR MÓDULOS, MATÉRIAS E TEMPOS

ASSUNTOS	MÓDULOS	MATÉRIAS	TEMPOS
<b>Distúrbios Civis</b>	<b>DCiv</b>	<b>DISTÚRBIOS CIVIS</b>  A. Introdução B. Causas dos distúrbios civis C. Controlo de distúrbios civis D. Princípio de controlo de distúrbios civis E. Factores que levam à procura do objectivo intermédio F. Emprego de meios considerados violentos G. Acções a desenvolver no final dos distúrbios	5
<b>Direito</b>	<b>Dir</b>	<b>DIREITO</b>  A. Legislação sobre direito de reunião e manifestação B. Obstrução de vias e Código Penal C. Utilização do armamento 1. Enquadramento legal a) Constituição da Rep. Portuguesa b) Lei Orgânica da GNR c) Estatuto do Militar da Guarda d) Reg. Geral do Serviço da GNR e) DL 457/99, de 05Nov 2. Determinações e Directivas Internas	2
<b>Psicologia das Multidões</b>	<b>PsM</b>	<b>PSICOLOGIA DAS MULTIDÕES</b> A. Grupos sociais B. Aspectos principais dos grupos C. Processos grupais D. Multidão E. Tipos de multidão F. Teorias explicativas	2

		G. Os incitadores e seus meios de persuasão	
<b>Relações com o Público e a Imprensa</b>	<b>RPI</b>	<p><b>RELAÇÕES COM O PÚBLICO</b></p> <p>A. Relações Públicas e GNR.  B. Objectivos e política de actuação.  C. GNR e serviço público: expectativas da sociedade civil.  D. A comunicação enquanto elemento estratégico.  E. Procedimentos em relação aos jornalistas  F. O impacto do verbal e não verbal na acção do CRMOP.</p> <p><b>RELAÇÕES COM A IMPRENSA</b></p> <p>A. Comunicação social: tipologia e características.  B. O Jornalismo: ética e deontologia ao serviço do interesse público ou do interesse do público?  C. Procedimentos na relação com o jornalista: gestão eficaz da informação e negociação para o processo de concepção da notícia.  D. OC.S. e Técnicas para a promoção da imagem institucional (GNR/RMOP).</p>	3
<b>Restabelecimento e Manutenção da Ordem Pública</b>	<b>RMOP 1</b>	<p><b>CARACTERÍSTICAS DOS ELEMENTOS E FORÇAS DE RMOP</b></p> <p>A. Introdução  B. Princípios de organização  C. Missões que podem ser atribuídas às forças de RMOP  D. Características do elemento de RMOP  E. Estados de segurança dos pelotões de RMOP de Cavalaria  F. Graus de prontidão operacional</p>	2
	<b>RMOP2</b>	<p><b>AS FORÇAS DE INFANTARIA NO RMOP</b></p> <p>A. Equipas de MOP  B. Dispositivos fixos  C. Dispositivos móveis</p>	3
	<b>RMOP 3</b>	<p><b>O EMPREGO DA CINOTECNIA NO RMOP</b></p> <p>A. Equipas de MOP  B. Dispositivos fixos  C. Dispositivos móveis</p>	2
	<b>RMOP 4</b>	<p><b>AS FORÇAS A CAVALO EM ACÇÕES DE RMOP</b></p> <p>A. Generalidades  B. Possibilidades e limitações  C. Regras para o seu emprego  D. Características  E. Organização  F. Equipamento  1. De protecção  2. De comunicação  G. Armamento</p>	1



<b>Restabelecimento e Manutenção da Ordem Pública</b>	<b>RMOP 5</b>	<b>TIPOS DE OPERAÇÕES DAS FORÇAS RMOP</b> A. Preventivas B. Defensivas 1. Patrulhamentos 2. Escoltas 3. Encaminhamentos 4. Guarda de flanco 5. Defesa de pontos sensíveis 6. Barragens temporárias C. Ofensivas 1. Repelir 2. Dispersar	5
	<b>RMOP 6</b>	<b>ORGANIZAÇÃO E PLANEAMENTO DE UMA OPERAÇÃO</b> (p/Oficiais e Sargentos) A. Preparação 1. Ordem de operações 2. Briefing (sessão introdutória/ preparatória) 3. Embarque/desembarque 4. Bivaque 5. Apoio logístico (secção de quartéis) B. Execução C. Relatório final Debriefing (sessão de análise)	5
	<b>RMOP 7</b>	<b>AGRUPAMENTO INFANTARIA/CAVALARIA/CINOTECNIA</b> A. Generalidades B. Condicionantes C. Dispositivos D. Coordenação E.	1
	<b>RMOP8</b>	<b>PRÁTICA DE RMOP</b> A. De comando (p/Oficiais e Sargentos) B. De execução	21
<b>Instrução de Equitação</b>	<b>Equit1</b>	<b>O CAVALO PARA ACTUAÇÃO EM RMOP</b> A. Características B. Selecção C. Treino e preparação D. Pista de cavalo de polícia	1
	<b>Equit2</b>	<b>TÁCTICA DE ORGANIZAÇÃO</b> <b>TÉCNICAS DE TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS</b> <b>IMPROVISADOS</b>	15

<b>Transmissões</b>	<b>Tms1</b>	<p>INTENSIDADE E LEGIBILIDADE SONORA PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO RÁDIO PROCEDIMENTOS RÁDIOTELEFÓNICOS</p> <p>A. Segurança das transmissões B. Alfabeto fonético C. Soletração/pronúncia de numerais D. Técnicas da transmissão e da voz E. Indicativos de chamada F. Expressões de serviço</p> <p>OPERAR OS EQUIPAMENTOS RÁDIO DE RMOP</p>	2
<b>Educação Física</b>	<b>EF</b>	<p>A. Corrida contínua B. Luta e defesa pessoal</p>	3
<b>Equipamento Individual</b>	<b>Equip</b>	<p>Equipamento Individual: A. Cavaleiro B. Cavalo</p>	2
<b>Avaliação de conhecimentos</b>		TREINO CONJUNTO (Cavalaria, Cinotécnica, Infantaria)	3
	<b>Av</b>	TESTES ESCRITOS	2
	<b>Ex Fn</b>	<p>EXERCÍCIOS FINAIS A. Patrulhamentos B. Agrupamento C. Prova prática D. Pista de RMOP a Cavalo (CAV)</p>	3
<b>Socorrismo</b>	<b>SOC</b>	<p>NOÇÕES BÁSICAS DE 1º SOCORROS</p> <p>A. Actuar numa emergência B. Principais técnicas de 1º Socorros C. Feridas e hemorragias D. Queimaduras E. Desmaio F. Entorses, distensões e luxações G. Fracturas H. Manuseamento e transporte de uma vítima I. Posição lateral de segurança J. Suporte Básico de Vida K. Engasgamento</p>	2
<b>À disposição do comando</b>	<b>ADC</b>	À DISPOSIÇÃO DO COMANDO	3
<b>Cerimónia Início/Encerramento</b>			2
<b>Instrução Nocturna</b>		TÁCTICA DE ORGANIZAÇÃO	6

## ANEXO W: Detalhe de instrução dos cursos de MOP ministrados na UI

ÁREAS	HORAS	
	OFICIAIS SARGENTOS	GUARDAS
<b>1. FORMAÇÃO MILITAR</b>		
Armamento e Tiro	14	14
Transmissões	04	04
<b>SUBTOTAL (1)</b>	<b>18</b>	<b>18</b>
<b>2. FORMAÇÃO GERAL</b>		
Relações com o público e com a imprensa	02	02
Noções básicas de emergência médica	18	18
Psicologia	04	04
Direito	02	02
<b>SUBTOTAL (1)</b>	<b>26</b>	<b>26</b>
<b>3. FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL</b>		
Segurança física	06	06
Operações policiais	15	15
Técnicas de manutenção e restabelecimento da ordem pública	50	50
Técnicas de utilização de viaturas no restabelecimento da ordem pública	04	04
Técnicas de patrulhamento em áreas problemáticas	14	14
Técnicas de segurança a operações de fiscalização rodoviária	04	04
Técnicas de intervenção em recintos desportivos	09	09
Técnicas de segurança a operações em feiras e mercados	05	05
Abertura de itinerários	05	05
Apoio contra a criminalidade violenta	04	04
Adaptação às missões internacionais	05	05
Organização e planeamento	02	00
Bastão extensível – curso ASP	11	11
Defesa Pessoal Policial	16	16
<b>SUBTOTAL (2)</b>	<b>150</b>	<b>148</b>
<b>4. APTIDÃO FÍSICA</b>		
Treino físico	8	10
<b>SUBTOTAL (3)</b>	<b>8</b>	<b>10</b>
<b>5. PROVAS E EXERCÍCIOS</b>		
Avaliação teórica	06	06
Exercícios finais	36	36
<b>SUBTOTAL (4)</b>	<b>42</b>	<b>42</b>
<b>TOTAL (1)+(2)+(3)+(4)</b>	<b>246</b>	<b>246</b>

Fonte: ANEXO A (Estrutura Curricular) ao Regulamento do CMOP – Art.º 8º